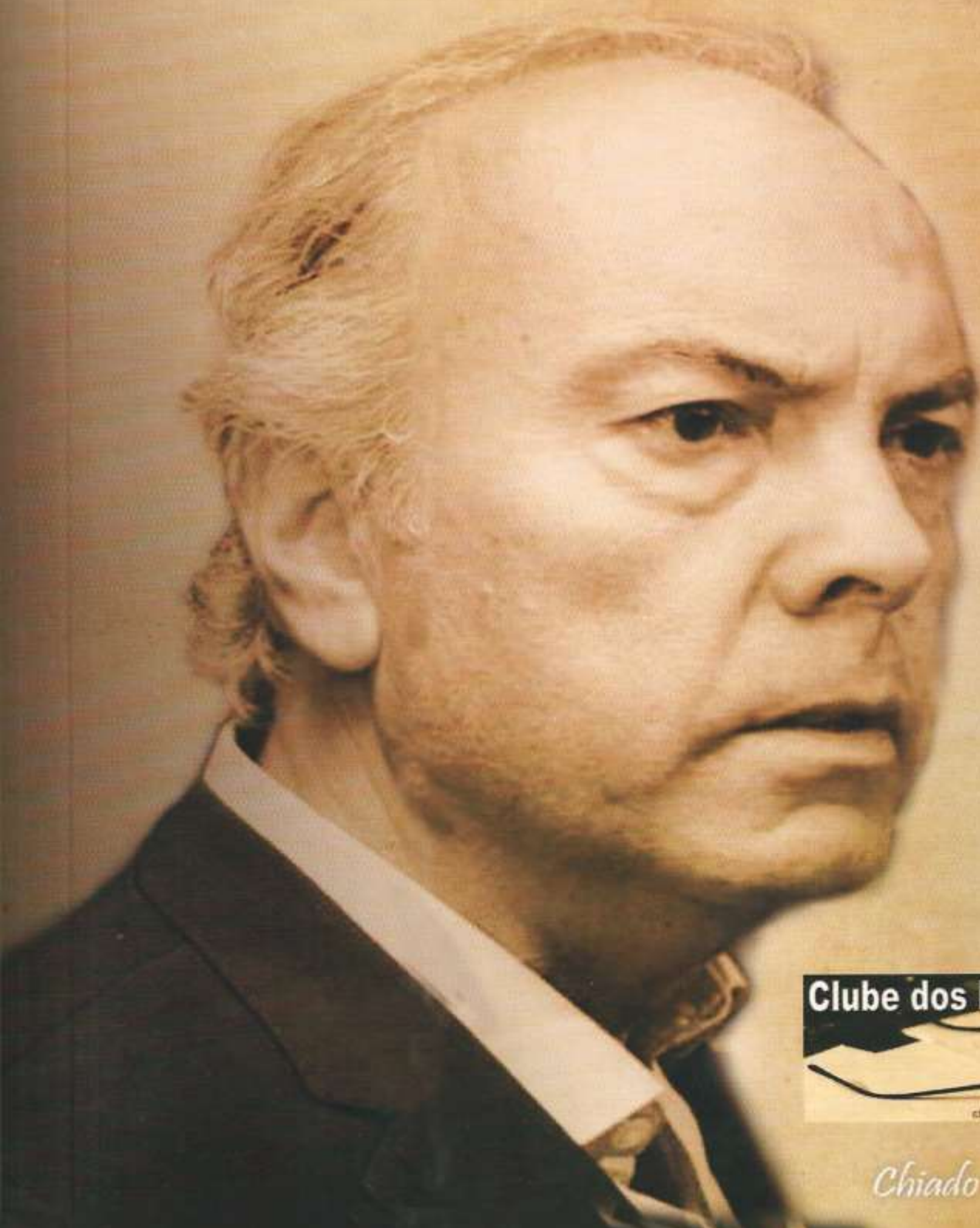


PEDAGOGIA

Joaquim Jorge

CÍVICA



Clube dos Pensadores



clubedospensadores.blogspot.com

Chiado Editora

JOAQUIM JORGE

Fundador do Clube dos Pensadores, blogger, é alguém que tenta pensar e por isso se torna incómodo.

Irreverente, insubmisso, amigo, exigente, crítico, perfeccionista e diferente

Estudou no Colégio Brotero e mais tarde licenciou-se em Biologia pela Universidade do Porto.

Tem uma coluna de opinião no jornal Record no PT Jornal, no Webnotícias, de vez em quando os seus artigos saem no Jornal Público, Jornal de Notícias e Diário de Notícias.

Medalha de mérito cívico da cidade de Gaia.

Foi Membro do Conselho Estratégico da Universidade Lusófona do Porto.

Tem um blogue, Clube dos Pensadores (clubedospensadores.blogspot.com), os seus textos são frequentemente citados.

Teve um programa de rádio na RCM.

Participou num programa de televisão na RTV, «Jota ao Quadrado» e «Visão Alternativa».

Foi colaborador do PortoCanal, no programa «Dia em Análise».

Dizem que tem jeito para realizar debates e que não há político que se preze que não tenha passado pelo Clube dos Pensadores (CdP).

Já publicou vários livros:

O 1º livro – Clube dos Pensadores que é uma resenha do que se fez ao longo dos anos. 2009.

O 2º livro «Blogue Clube dos Pensadores», uma análise da legislatura do governo de José Sócrates com posts do blogue. 2011.

O 3º livro «Política e Coisas Piores» uma crítica à política portuguesa e à sociedade 2012.

O 4º livro - «Pensamentos» uma análise do que se está a passar em Portugal. 2013.

COLECÇÃO

COMPENDIUM

Chiado Editora

www.chiadoeditora.com

Um livro vai para além de um objecto. É um encontro entre duas pessoas através da palavra escrita. É esse encontro entre autores e leitores que a Chiado Editora procura todos os dias, trabalhando cada livro com a dedicação de uma obra única e derradeira, seguindo a máxima pessoana “põe quanto és no mínimo que fazes”. Queremos que este livro seja um desafio para si. O nosso desafio é merecer que este livro faça parte da sua vida.

www.chiadoeditora.com

Portugal | Brasil | Angola | Cabo Verde
Avenida da Liberdade, N.º 166, 1.º Andar
1250-166 Lisboa, Portugal

Conjunto Nacional, cj. 903, Avenida Paulista 2073,
Edifício Horsa 1, CEP 01311-300 São Paulo, Brasil

Chiado Editorial

Espanha
Paseo de la Castellana, 95, planta 16
28046 Madrid
Passeig de Gràcia, 12, 1.ª planta
08007 Barcelona

Chiado Publishing

U.K | U.S.A | Irlanda
Kemp House 152 City Road
London EC1CV 2NX

Chiado Éditeur

França | Bélgica | Luxemburgo
Porte de Paris
50 Avenue du President Wilson
Bâtiment 112 La Plaine St Denis
93214 Paris

Chiado Verlag

Alemanha
Kurfürstendamm 21
10719 Berlin

© 2015, Joaquim Jorge e Chiado Editora
E-mail: geral@chiadoeditora.com

Título: Pedagogia Cívica
Editor: Rita Costa
Composição gráfica: Vera Sousa – Departamento Gráfico
Capa: Pedro Teixeira
Revisão: Vera Sousa
Impressão e acabamento: *Chiado Print*
1.ª edição: Maio, 2015

ISBN: 978-989-51-4003-9
Depósito Legal n.º 389894/15

JOAQUIM JORGE

PEDAGOGIA CÍVICA

Chiado Editora

Portugal | Brasil | Angola | Cabo Verde

Errar é humano. Culpar outra pessoa é política.

Hubert H. Humphrey

ÍNDICE

Preâmbulo	11
Fábula	13
A alma mater da democracia.....	15
Limitação de Mandatos	17
Subvenções vitalícias	19
Nelson Mandela, um unificador, uma consciência moral, uma presença	21
Primárias nos partidos: benefício de dúvida.....	23
A mania do Estado mandar nas pessoas	25
Seguros, seguradoras e clientes.....	29
Uma mera convenção e uma falsidade a toda a prova	31
Neutros	33
Emiel Pauwels e a eutanásia	35
A Igreja, o Estado e os Portugueses	37
A Ilusão	39
Vergonha de viver em Portugal!	41
Cavalos de Batalha	43
Corrupção	45
Péssimo exemplo!	49
Mau exemplo!	53
Christian Wulff	55
Factura da Sorte	59
Portugal com termo de identidade e residência	63
Qualidade da Democracia e Abstenção.....	65

Democracia	69
Sistema político: democracia dos partidos	73
Deputados Independentes	77
Manifesto pela reconstrução de um regime democrático .81	
Liberdade de reunião vs. manifestação	85
Pecados Capitais no BES	87
Ministra da Justiça: enriquecimento ilícito	91
Partidos políticos: funcionamento e gestão	95
Animais abandonados	99
Ser professor passou de profissão digna a humilhante . .	103
Escola, Exames e Pais	107
Pedro Passos Coelho e o exemplo	111
Eleições primárias	113
Nomofobia	115
Jovens: telemóvel em vez de carro	117
A odisseia pela troca de telemóvel	119
Rescisões dos funcionários públicos: à atenção do Governo	123
A falta de credibilidade da vida pública	127
Credibilizar o regime	131
Cargo público: código de conduta	135
À porta de um novo modelo político	137
Não me canso de pensar, a propósito de José Sócrates . .	141
Portugal: outros caminhos	143
Estou farto!	147
Justiça e meios	151
Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais . . .	153
As dificuldades de uma candidatura independente	157
Não sei se sou Charlie Hebdo	163
País de Doutores	165
Porto	169
Acordo ortográfico que não é acordo	171
Ideias	175
Notas soltas	185

Sugestão	193
Algumas razões para crer na política	195
Criticar ou não criticar	197
O poder da escrita	201
Coisas	203
Alguns segredos do Clube dos Pensadores	205
Carta aberta a Joaquim Jorge, fundador do Clube dos Pensadores	207
Bilhete	211
Epílogo	213
Agradecimentos	217

PREÂMBULO

Testar se estamos vivos

Para uma obra contendo textos curtos, incisivos, frontais, umas palavras breves sobre a pessoa do autor, a sua prosa e o tempo em que vem a lume.

O autor, primeiro: criador do Clube dos Pensadores, pólo de atracção de gentes de vários ofícios e credos, factor de debate sobre todos os temas e, nas mais variadas situações, inteligente, persistente, iconoclasta, determinado.

A prosa que nos oferece nesta sua obra: actual, diversificada, clara, atenta ao mundo e, sobretudo, a Portugal, sem rodeios, provocatória por vezes, sempre interessante para o diagnóstico e para a terapêutica no tocante aos males, muitos deles ancestrais da nossa sociedade.

O tempo-duplo, porque o texto nos fala de anos históricos, como foram aqueles que vivemos até ontem, e porque vai ser lido num hoje a caminho do amanhã. Isto é, falando de uma experiência recentíssima, mas a leitores que já têm a cabeça noutro sítio, com outras metas e preocupações.

Tudo visto e ponderado, um livro para não ler de um só fôlego. Para ir lendo, tema a tema, apontamento a apontamento, sem pressa, com vagar para recordar factos e pessoas e tentar estabelecer paralelos ou contrastes com o que nos ocupa agora. Concordando e discordando, consoante

os casos. Mas encontrando lugar para uma reflexão, uma perplexidade, uma interrogação. Não é isso mesmo que pretende Joaquim Jorge com esta sua Pedagogia Cívica? Penso que sim: testar se estamos vivos, como Pessoas e como Cidadãos!

Marcelo Rebelo de Sousa

FÁBULA

É impossível os portugueses aguentarem este vendaval de informação sobre cortes e mais cortes.

Abebe Selassie, do FMI, fez questão de repetir que, apesar de apresentar estas propostas, o FMI deixa ao Governo e à sociedade civil a decisão sobre o que fazer. E admite mesmo a possibilidade de os cortes na despesa poderem ser menos do que os 4000 milhões de euros previstos. Se a sociedade decidir que haver impostos mais elevados é uma melhor alternativa, adaptaremos o programa a isso.

Portugal há muito tempo que atingiu o limite de tudo: impostos, mudança de governantes, promessas, mentiras, esperança, broncas, maus políticos, experiências de laboratório político, oposições fracas, corrupção a todos os níveis, irresponsabilidade a toda a prova, gastos supérfluos e sem nexos, vaidades inconfessadas, falar-se em nome dos portugueses, contrair dívidas em nome dos portugueses, aturar invasores *troikanos*, etc. Basta! Basta! Basta! Alguém tem de pôr cobro a isto! Não sei como, mas tudo tem solução menos a morte. Desta forma já o disse n vezes não vamos lá. O governo português tem que fazer ver à *troika* que mais medidas é uma bomba ao retardador e vai explodir.

O que se passa em Portugal, com esta catadupa de medidas atrás de medidas sem dar para respirar, é um verdadeiro sufoco.

A fábula antiga na qual o sol e o vento fizeram uma aposta: um viajante estava de casaco e andava normalmente

pelo campo. O vento garantiu que lhe faria tirar o casaco com o poder de sua ventania. O que aconteceu é que, quanto mais ele soprava, mais o homem se agarrava ao seu casaco. Quando chegou a vez do sol, ele, simplesmente, com toda sua bondade, abriu um sorriso e deixou o tempo aquecer suavemente. Logo o homem sentiu calor e tirou o casaco por vontade própria.

Esta história ilustra muito bem o que se passa na política portuguesa: é preciso mudar. Os portugueses podem mudar, mas só por imposição e vão fazer tudo para se defender e proteger desta calamidade social. Porém, se as coisas forem feitas de outro modo, mais tempo e mais calendarizado, ao invés de reagir contra, protestando, fugindo, negando, evitando, reclamando, pode aceitar as decisões necessárias.

Afinal, só conseguimos, de facto, mudar quando enxergamos com clareza a nossa situação e tomamos atitudes correctas para resolvê-la, ao invés de ficar a perder tempo com cogitações do que poderia ter sido ou culpabilizações e vitimizações.

A ALMA MATER DA DEMOCRACIA

A vida pública precisa de uma mudança de mentalidade radical, em que impere a educação, princípios, ética, honra, carácter, compromisso e responsabilização pelos seus actos. É necessário separar, de uma vez por todas, os interesses da política. Entender o exercício de um cargo público como serviço público, algo de passagem e não para toda a vida. Não confundir erário público com erário pessoal.

Os desvarios que se verificam, ao longo dos anos, em funções públicas, são um atropelo à verdadeira política. O que se passa no nosso país é o exercício de uma falsa política. É necessário o retorno da verdadeira política e verdadeiros líderes pela negociação e pelo pacto como modo permanente e busca incessante, e não resignadamente suportado, na resolução de problemas e desacordos.

Tem de haver o predomínio do diálogo, do respeito mútuo como estilo na política. Com tanta informação demoscópica como agora existe sobre variados assuntos e ao dispor de todos nós, é inexplicável que os partidos continuem a ouvir unicamente os seus quadros e militantes e apenas se esforcem para ouvir quem vota neles. Daí, mais uma razão para o enfado dos portugueses. Todos os partidos dizem que lhe vão pôr cobro e vão mudar, mas não o fazem na realidade. Não parece plausível haver remédio. A prolongada surdina dos partidos, que aqui e ali parecem corrigir, não chega para alterar o que as pessoas pensam dos partidos.

Há uma tendência para fugir da política. A legitimidade dos sufrágios nem sempre pode ser argumento para tomar decisões unilaterais. Há vantagens em ser-se militante de um partido, por tudo o que dá acesso ao poder, mas ao mesmo tempo há todas as vantagens de não o ser.

A alma mater da democracia são os partidos políticos mas também deveria ser a busca de alternativas, alternância e o acesso ao poder de independentes. A democracia tem singularidades interessantes. Fala-se muito em igualdade de oportunidades, mas depois o acesso de quase tudo que é Estado é feito pela entourage dos partidos.

A sociedade civil reclama uma maior participação na vida pública, além do voto, mas os partidos teimam em ter uma actuação à parte.

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

O Tribunal Constitucional decidiu que autarcas com três mandatos são elegíveis noutro concelho. O critério da limitação de mandatos, segundo o Tribunal Constitucional, é territorial e não funcional. Este imbróglio criado pelo poder político foi resolvido pelo poder judicial, mas as dúvidas e controvérsias vão permanecer além da decisão do Tribunal Constitucional.

Sou tendencialmente contra a limitação de mandatos, no que quer que seja. Seja para presidente de câmara, presidente de junta, etc.

Julgo que numa democracia adulta não se pode sonegar o direito de os cidadãos escolherem quem muito bem entendem. Limitar a possibilidade de um cidadão se candidatar a um cargo público, alegando que esse lugar não é eterno, que se verificam abusos de poder e que a política não é uma profissão, são argumentos que me fazem pensar. Porém, o povo está acima de tudo isto e não se pode procurar ganhar na secretaria algo que só em eleições e com os votos se pode verificar: a aceitação ou a rejeição de uma pessoa.

O descrédito da vida pública e a decepção dos cidadãos com a política não se verifica porque alguém exerce um cargo por muito tempo. O problema é a corrupção tolerada e impune que é relevante e recorrente. Os partidos políticos, por uma mal-entendida solidariedade, tendem

a esconder e resguardar os seus militantes, em vez de os investigar, denunciar e expulsar.

Os partidos políticos na próxima legislatura podem trabalhar e alinhar uma lei de limitação de mandatos clara e inequívoca, que seja, efectivamente, de limitação de mandatos e reponha o espírito inicial da elaboração desta lei: o princípio de renovação consagrado na Constituição, em que ninguém pode exercer, a título vitalício, qualquer cargo político de âmbito nacional, regional ou local. Deste modo, a haver limitação de mandatos, a lei deveria abranger todo o espectro público do Estado. Era incompreensível, por exemplo, não se poder concorrer mais de três vezes seguidas a presidente de câmara e poder-se concorrer toda a vida a número dois dessa mesma câmara! A haver limitação de mandatos, essa intenção devia ser alargada, a começar pelos deputados, dando o exemplo, devendo de haver limitação de mandatos a deputados do Parlamento, deputados municipais, deputados de freguesia, vereadores, directores-gerais da administração pública, presidentes de institutos públicos e membros de entidades reguladoras ou gestores públicos. De salientar também os directores de escolas, directores de hospitais, todos os membros dos conselhos de administração de entidades públicas, Primeiro-Ministro, ministros, presidente da Assembleia da República, presidentes de assembleia municipal e de assembleia de freguesia, Presidente da República (tem limitação de dois mandatos de cinco anos), entre outros. Assim é que deveria ser. Ou é para todos, ou não é para ninguém!

SUBVENÇÕES VITALÍCIAS

As subvenções vitalícias não são pensões de aposentação, assumindo antes uma forma de compensação extraordinária pelo exercício de funções públicas. Deste modo, não está relacionada com carreiras contributivas ou sequer inserida num qualquer regime contributivo.

Estas subvenções, desde 2005, foram revogadas no tempo de José Sócrates, mas permitiram a muitos políticos beneficiar, em parte, das mesmas. Neste momento, há cerca de 400 beneficiários e custam ao erário público 9 milhões de euros por ano. Sinceramente, considero herege, num país pobre, haver gente que tenha uma compensação por exercer um cargo além da sua pensão como um cidadão normal. Se pudesse, abolia pura e simplesmente estas subvenções, como um exemplo a seguir. A austeridade e o acto de poupar são para todos, e ainda mais, para quem tem mais e mais pode.

Um político deve ter um vencimento digno de acordo com o seu cargo e ser tratado como qualquer cidadão que faz descontos e tem um emprego. As subvenções devem acabar de uma vez por todas. Ponto final! Custa-me pensar que não haja, dentro dos partidos ou fora deles, homens e mulheres de alto valor moral e intelectual, animados pelo desejo de serem úteis à Nação e não pensarem neles próprios.

Sou contra os abusos, injustiças, favoritismos ou imoralidades. Esta atitude política tem que ser o exemplo e

não cortar somente 10% das subvenções. Uma coisa é uma pensão de reforma, outra é uma subvenção vitalícia.

As subvenções públicas devem ser abolidas para quem as tem: membros do Governo, deputados, juízes do Tribunal Constitucional.

País pobre, sem recursos, intervencionado, em regime de protectorado não pode e não deve dar benesses a ninguém. Não há dinheiro, isso é para todos e não pode haver excepções.

NELSON MANDELA, UM UNIFICADOR, UMA CONSCIÊNCIA MORAL, UMA PRESENÇA

Nelson Mandela morreu e não sei que diga. Para mim, nunca vai morrer. É imortal, ficará na memória, tendo sido uma espécie de Presidente do Mundo, pelo seu exemplo e postura na vida. Um farol de princípios e de valores. Com ele, raramente se falava de dinheiro, mas em dar tempo aos outros. O seu legado é soberbo, um unificador, uma consciência moral, no fundo, uma presença.

Nelson Mandela dedicou 67 anos ao activismo político, primeiro, na clandestinidade, depois na prisão e, por fim, na Presidência da África do Sul.

Nelson Mandela esteve preso 27 anos nas cadeias de Robben Island, Polismoor e Victor Versteer, de onde foi libertado a 11 de Fevereiro de 1990.

Nelson Mandela é alguém que reconforta e dá sentido a muitas atitudes e comportamentos, sendo para mim uma das referências através das quais procuro pautar a minha vida.

Já disse tudo o que penso em vários textos escritos dedicando-lhe num dos meus livros a capa com a sua foto. Nunca me canso de o enaltecer e elogiar. Agradeço-lhe a sua forma de ser e estar, que dá luz e sentido à minha vida, às minhas atitudes e comportamentos. Vou citar duas frases que escrevi sobre esta grande personalidade:

“Para mim, é o homem mais importante do planeta, uma grande, inigualável e paradigmática figura contemporânea, que conseguiu conquistar quer a população negra, quer a população branca...”

E, por fim:

“É um sedutor, alguém que inspira a paz e saiu do poder pelo seu próprio pé, demonstrando um desapego ao poder raro a mordomias. Não precisa de cargos, porque é superior a estes...”

Nelson Mandela é um ícone, a minha inspiração, nesta vida sem valores, onde só se vê o lucro e o dinheiro acima de tudo. Aprendi que o poder não é tudo, que se deve saber perdoar e o mais importante: saber sair do poder pelo nosso próprio pé e não empurrado. Devemos na vida política e pessoal ser simples, sem protocolos e salamaleques. Todos somos importantes, cada um, à sua maneira. Devemos esbater as nossas diferenças sem rancor e ressentimento.

Foi um exemplo vivo dos principais valores da humanidade que perdoou os seus inimigos para fazer do Mundo um “lugar melhor”.

Parafraseando Nelson Mandela, não há nada mais importante que dar. Um exemplo de desprendimento e um exemplo com o seu exemplo. É muito superior a qualquer político dos nossos dias. Sempre com um sorriso e boa disposição, foi único com uma postura única, foi uma lenda viva e será um ícone para o futuro.

É uma pessoa de que gosto tanto, nunca o conheci e falei com ele, e tanto me tem influenciado na minha vida. Obrigado, Nelson Mandela, por teres sido assim.

Deixo aqui um dos muitos pensamentos de Nelson Mandela: “ser pela liberdade não é apenas tirar as correntes de alguém, mas viver de forma que respeite e melhore a liberdade dos outros.”

PRIMÁRIAS NOS PARTIDOS: BENEFÍCIO DE DÚVIDA

Em Espanha, o PS espanhol decidiu abrir um processo estimulante e arriscado para decidir quem deveria ser o nome indicado pelo partido para Primeiro-Ministro.

O PSOE (Partido Socialista Espanhol) tem 200.000 militantes e 20.000 no PSC (Partido Socialista da Catalunha). Como se processa essa votação? Qualquer espanhol com mais de 16 anos, que se inscreva, pague 2€ e assine uma declaração de princípios e valores do partido socialista e aceite a recolha e uso dos seus dados pessoais, pode votar. Pode ser candidato quem recolha, no mínimo, 5% de assinaturas e um máximo de 10% (11.000 a 22.000).

Olhando para o panorama geral da relação entre cidadãos, política e políticos é um procedimento de aproximação dos cidadãos louvável. Todavia este processo já foi efectuado no PS francês e os resultados não me parecem os melhores. Foi eleito François Hollande, um homem do partido em detrimento de outras candidaturas mais eloquentes e mais capazes.

Seria importante a possibilidade de dar acesso a candidatos não filiados nos partidos, isto é, abre-se a possibilidade de votar em não militantes, mas não se facilita uma candidatura independente. Por outro lado, a priori, um militante ter 11.000 assinaturas não é coisa de somenos. Por outro lado, haver uma inscrição prévia pode retrair a

participação. Vai haver um antes e um depois, mas pouco ou nada vai mudar.

Este processo é um pouco cosmético, dá-se com uma mão (permitindo simpatizantes ou qualquer cidadão votar), mas tira-se com a outra, dificultando, ao máximo, uma candidatura independente do partido e, diria até, do próprio partido.

É um passo muito tímido, porventura sedutor, que induz em erro os cidadãos. Os partidos têm medo de perder o controlo sobre este processo que é a eleição do candidato a Primeiro-Ministro. Pode-se fazer uma leitura contrária à pretendida. Há uma abertura, mas o PSOE continua a olhar para o seu umbigo. No fundo, as primárias do PS espanhol convertem-se num mero *casting* e uma passagem de personagens e sorrisos cativadores. Por outro lado, nas eleições locais, é vedado o acesso de cidadãos fora dos partidos, somente para militantes.

Os cidadãos aprenderam a ser cépticos ou abertamente contra estilos de gestão autoritários e controladores. Querem políticos que os escutem, não, déspotas.

É um bom estímulo ao debate político sobre o futuro. Em Portugal, fazem-se primárias, porém só podem votar militantes. Os ventos de mudança ainda não chegaram cá...

Dou o meu benefício da dúvida, mas não passa disso. É o início de uma caminhada que peca por tardia.

A MANIA DO ESTADO MANDAR NAS PESSOAS

O Estado vai limitar o acesso à *internet* nas escolas. O Ministério da Educação decidiu limitar o acesso a *sites* como *Facebook*, *Instagram*, *Tumblr*, lojas *Android* e *Apple*, para toda a comunidade escolar: alunos, professores, pessoal administrativo e auxiliar. Alega o Ministério que as referidas páginas não são pedagógicas. Porém, o Youtube não terá limitação de acesso.

Não entendo mais esta censura e controlo sobre as pessoas. O Estado tem a mania de que é nosso paizinho que nos diz o que devemos fazer ou não. Rejeito completamente esta norma. As redes sociais, devidamente utilizadas, são um acrescento intelectual e não algo execrável e malévolos. Aliás, este governo utiliza imensas vezes o *Facebook* para comunicar com os portugueses anunciando medidas, explicando resoluções, nefastos programas eleitorais, para inglês ver, etc. Ainda, recentemente, a maioria governamental apresentou no *Twitter* algumas linhas mestras do seu programa para as eleições europeias de 25 de Maio.

Em relação a haver algum controlo e horas específicas para que os alunos possam utilizar as redes sociais devidamente controladas e visionadas pelos professores, estou completamente de acordo. Uma criança ou um jovem precisa de ser orientado, informado e ensinado de que há momentos de trabalho e lazer e aprender a distinguir o bem

do mal. Todavia, condicionar o acesso a redes sociais a pessoas de maior idade (professores, funcionários da escola), sinceramente, não lembra ao diabo.

Por outro lado, o *Youtube* tem tanta coisa má ou lixo quanto as redes sociais, a começar por pornografia, etc.

A Escola não se pode alhear do mundo que a rodeia e deve sempre estar à frente na evolução e na vanguarda do que se passa à sua volta. A Escola já é há muito tempo acusada de não acompanhar os ventos de mudança e a ficar ultrapassada. Há muita gente que utiliza, por exemplo, o *Facebook* ou *Skype*, para tratar de assuntos laborais, trocar informações e experiências. É uma forma de comunicar rápida, evoluída e barata.

Temos sempre a mania da sociedade prevaricadora e do controlo de tudo e mais alguma coisa. Por outro lado, o Estado trata os seus cidadãos como atrasados mentais, em que se tem que lhes indicar tudo e como se deve fazer. Todavia, há imensa dificuldade, até inoperância, para os cidadãos controlarem quem governa e toma estas resoluções sem pés nem cabeça.

Há tempos, o governo queria ou quer limitar que uma pessoa, dona do seu automóvel, seja proibida de fumar dentro dele! Eu vivo numa sociedade livre e democrática, em que há o direito à liberdade de escolha, à privacidade e a fazer o que bem entendo sem prejudicar terceiros, no que é meu. Isto é, na minha casa, no meu carro, mando eu: fumo, se me apetecer; ponho música, se me apetecer; vejo televisão e os programas que me apetecer; durmo, se me apetecer; falo do que me apetecer; como o que me apetecer; bebo o que me apetecer; etc. Eu não fumo nem bebo. Estou à vontade, apesar de saber que faz mal fumar e beber em demasia. Porém, não posso proibir as pessoas de o fazer. Claro que terão as consequências, mas isso, é um problema de quem o faz.

Se há pessoas que gostam de fumar, porque não o podem fazer no seu carro? Acho um absurdo, excesso de zelo e sensatez impor a pessoas de maior idade, com capacidade eleitoral, o que devem fazer ou não. Só nos falta dizer em quem somos obrigados a votar!

Não aceito que me digam ou imponham o que devo fazer ou ver na *internet*. Estou cansado deste Estado pseudo-policial, meu paizinho, sempre com controlo e a dizer o que devo fazer. Sou a favor de uma sociedade livre mas responsável. Não bebo nem fumo, porque sei que me faz mal à saúde, mas não deixo de beber ou fumar, porque alguém me impõe por lei que não o posso fazer. Não deixo de ir ao *Facebook*, porque há quem o utilize de forma deturpada.

Talvez o Estado devesse pensar no mal que faz às pessoas com esta austeridade anacrónica e brutal sem escolha e impositiva, e fizesse uma avaliação séria dos efeitos colaterais que terá no futuro nesta geração e nas vindouras!

SEGUROS, SEGURADORAS E CLIENTES

Li no jornal *Público* que uma seguradora foi obrigada pelo Supremo Tribunal de Justiça a pagar o crédito à habitação de um cliente que contraiu uma doença oncológica aos 63 anos. No entendimento do Tribunal, os contratos obrigatórios e impostos por grandes organizações aos particulares, as seguradoras, deveriam esclarecer devidamente o cliente acerca das cláusulas particulares de exclusão (da apólice).

Não é fácil para qualquer pessoa entender o conteúdo das cláusulas de um seguro, dada a sua complexidade, a perda de tempo e o seu estudo minucioso.

O cliente é o elo mais fraco, quando deveria ser o elo mais forte. Dá lucro, por vezes, de duas maneiras ao banco e à seguradora que está por detrás desse banco associado. Deste modo, paga duas prestações: casa e seguro de vida.

A maioria das pessoas não se dá ao trabalho de ler as condições do contrato e é apanhada desprevenida, ficando altamente lesada, para não dizer “roubada” dos seus direitos.

Neste caso específico, a apólice só cobre risco de invalidez por doença até aos 60 anos, mas podia fazer este seguro até aos 65 anos!

A ganância e avareza das companhias de seguros, em que para se fazer um seguro é só facilidades, mas para se accionar os direitos dos clientes é um mar de dificuldades,

desconhecimento e sonegação de informações importantes como determinadas condições especiais se sobrepõem às condições particulares, etc.

Quem deveria responder em tribunal por má-fé deveria ser a seguradora, pois não alertou o cliente para o fim da cobertura de risco de invalidez por doença que caducava aos 60 anos e, da mesma forma, além da informação e aviso, o prémio do seguro deveria ser reduzido.

As seguradoras têm como lema “Quero, posso e mando”, assim como “Cubro, cala e paga”. Porém, às vezes, o tiro sai-lhes pela culatra.

A seguradora teve que pagar o crédito habitação no valor de 153 mil euros, acrescido das prestações que o cliente teve que pagar desde que a doença se declarou (seis anos). Que sirva de exemplo, para qualquer seguradora, que deve informar os seus clientes daquilo que estão assinar, nomeadamente das cláusulas perigosas para os seus interesses. É inconcebível num Estado de Direito estar-se a pagar um prémio de seguro e perder-se essa cobertura.

Reconheço que muitos cidadãos já ludibriaram as seguradoras em acidentes fictícios com automóveis, inflacionaram o sinistro, assim como roubos simulados, sinistros dentro da habitação, quer eléctricos, quer inundações, etc.

Todavia, este caso de doença é abjecto, torpe, vil e degradante. Já não chega a doença cancerosa do cliente e ainda ter que pagar uma casa, não tendo meios para o fazer. A lei não pode ser cega. Tem que ver muito bem, nem que para isso tenha que usar óculos (recorrer ao tribunal) para salvaguardar os direitos legítimos dos clientes-cidadãos.

Desta vez, não prevaleceu a lógica do mais forte.

UMA MERA CONVENÇÃO E UMA FALSIDADE A TODA A PROVA

Natal não é todos os dias. É um dia, porém, para muitos, é um dia especial, mas para outros há um esforço para que seja mais um dia absolutamente normal, com as limitações de estar tudo fechado na noite de Natal e quase tudo no dia de Natal.

A tradição já não é o que era: de reunir a família na véspera e depois prolongar-se pelo dia de Natal até à noite.

Para as famílias que se dão bem, caso raro, ou mentem, é bom, mas para as famílias que se dão mal é uma seca dos diabos estar-se por obrigação com gente que não se gosta ou com quem já se teve uma questão mal resolvida.

Para quem não liga nada ao Natal, é complicado sobreviver durante essa noite e dia de Natal, por estar tudo fechado. Parece que o mundo está todo virado para um ritual de imitação e quem não o cumpre é mal visto.

Por mim, preferia viajar nesta data, cear num hotel ou ficar entre quem mais gosto e gosta de mim: entre os poucos mas bons amigos.

Esta data, para mim, é um castigo, todavia para a maioria das pessoas é um prazer e uma festa. Sendo fiel aos meus princípios de ligar sempre às pessoas e contactá-las, nesta data vou procurar ter um comportamento normal e não vou andar a enviar desenfreadamente SMS, *e-mails* ou telefonar a toda a gente e mais alguém. Os de sempre podem

contar comigo, os outros, desculpem, mas não sou hipócrita. Esta data, para mim, é um martírio e parece que nunca mais passa. Nunca mais é dia 26 de Dezembro!

Acreditem que eu estava bem numa praia a gozar o Natal longe deste rebuliço, azáfama e em paz. Longe mas feliz. Não me esqueceria dos meus verdadeiros amigos, não era preciso ter grande memória. Contam-se pelos dedos de uma mão.

Este ano, talvez pela austeridade, porventura, não vai custar passar tanto o Natal. Menos dinheiro, menos compras e gastos.

Hoje em dia, perdeu-se a noção do que é a pobreza, mas ela parece que se está a instalar. Em relação à pobreza, também temos muita gente pobre de espírito e é o que abunda mais em Portugal.

No Natal, parece que há um espírito de trégua e as pessoas ficam inundadas de bons sentimentos e bons desejos para os outros. Desejam Bom Natal com alguma simpatia e benevolência, embora tudo isto seja uma mera convenção e uma falsidade a toda a prova. Não deve haver nenhum país do Mundo em que a representação, hipocrisia e falsidade sejam maiores. Os portugueses são um povo que tem a mania de não se admirar nem respeitar ninguém, sobretudo se forem portugueses. Movem-se pela insatisfação e ressentimento, em vez da felicidade e aprovação. Temos lamentavelmente um carácter geneticamente invejoso, tenebroso, malicioso, torcido e cruel.

Qualquer pessoa que se destaque é logo alvo de ataques furiosos sem nexos e sem razão aparente. Vivemos num país iconoclasta, em que o pior é ser-se notado e capaz. O melhor é não dar nas vistas, ainda mais por uma boa causa. Neste país, é-se obrigado a ser-se normal, *tutto sommato* não se pode pensar, fazer nada e o melhor é ser-se medíocre.

NEUTROS

O que é um neutro? Uma pessoa com o gênero neutro é alguém que não se identifica como homem ou mulher. Há pessoas que podem não ser nem do sexo masculino nem do sexo feminino. Deste modo, têm um gênero não especificado. As pessoas têm que perceber que não existem apenas duas opções quando se fala em gênero sexual. Pode haver uma terceira opção.

O Registo de Nascimentos, Mortes e Casamentos do governo de New South Wales, na Austrália, emitiu um documento que reconhece Norrie May-Welby, originalmente um residente britânico naquele país, como uma pessoa de sexo não especificado. Esta é a primeira vez que alguém é oficialmente considerado como uma pessoa de gênero neutro. No fundo, é andrógino. Norrie nasceu na Escócia (Reino Unido), como homem, mas, em 1990, foi submetido a uma operação de mudança de sexo, no entanto continuou a não se sentir confortável como mulher. Como resultado, pediu para ser considerado gênero neutro e apresentou os relatórios de dois médicos que o trataram, afirmando que estava fisicamente e psicologicamente andrógino.

Há pais que, quando o bebê nasce, ficam confusos sobre o seu sexo e fazem uma opção. Houve casos de pais que optaram por criar o seu filho (bebê) como uma menina e encontrá-lo, na adolescência, em vez de uma menina, um menino e vice-versa.

Esta é uma forma de evitar a situação que é forçada a escolher. A novidade é que Norrie não teve que escolher.

Algumas pessoas com características dos dois sexos (hermafroditas ou intersexuais), a partir de agora não têm que optar. No fundo, é uma terceira opção a do terceiro género.

Infelizmente, por vezes, num recém-nascido, o sexo não é claro e evidente. Há recém-nascidos com características masculinas e femininas, como os hermafroditas e os pseudo-hermafroditas. Num hermafrodita, há tecido ovárico e testicular, enquanto num pseudo-hermafrodita só têm ou testículos ou ovários e os genitais são do outro sexo.

Completamente a favor destas pessoas, sem segregação ou discriminação de espécie alguma. Sou a favor da igualdade e do respeito de como nasceu: neutro.

EMIEL PAUWELS E A EUTANÁSIA

A Eutanásia, que significa boa morte ou morte sem dor, é suportada pela teoria que defende o direito do doente incurável de pôr termo à vida quando sujeito a intoleráveis sofrimentos físicos ou psíquicos. Os motivos que levam à prática da eutanásia são: a vontade do doente (normalmente desesperado com dores e com uma doença incurável); o caso de doentes mentais, cujos descendentes seriam nocivos para a sociedade (eutanásia eugénica), e o dos doentes crónicos incuráveis, senis etc., cuja manutenção constitui uma carga para a sociedade ou para os seus familiares (eutanásia económica).

Isto vem a propósito de Emiel Pauwels, com 95 anos, que decidiu morrer antes que um cancro o impedisse de fazer o que sempre gostou: correr. Era o atleta no Mundo com maior longevidade, tendo ganhado mais de mil medalhas. Quando soube que tinha um cancro e que não poderia correr mais, decidiu pôr termo à sua vida. Por um lado, mostrou medo perante a dor e doença, por outro lado, valentia perante a morte. Isto aconteceu na Bélgica e é um dos países mais avançados na regulação da eutanásia, assim como a Holanda, o Luxemburgo e a Suíça.

Em Portugal, tal seria impensável! Admitida por algumas culturas, a eutanásia é condenada pelos códigos penais que costumam considerar esta prática um homicídio. Neste caso concreto, a eutanásia activa acontece quando se

utilizam recursos para pôr fim à vida do doente (injecção letal, medicamentos em dose excessiva, etc.).

Caso distinto é o da eutanásia passiva, que consiste em pôr termo ao prolongamento artificial da vida humana reduzida já ao seu estado meramente vegetativo e sem esperança alguma de recuperação.

Emiel Pauwels, até na sua morte, foi um atleta com uma força e determinação incomum. Decidiu, um dia antes, fazer uma festa e dizer adeus à vida. Reuniu os seus amigos e família mais chegada e fez uma festa de despedida. Fico atónico com este caso e não sei que dizer! É uma situação muito complexa e uma maneira heterodoxa de celebrar a morte ou pôr termo à vida, mas compreendo. Atendendo à sua idade avançada, tinha 95 anos, quando foi detectado o cancro com metástase, ameaçado de ficar numa cama para o resto da vida, depois de operado, na melhor das situações. Não queria sofrer aos 95 anos e não poderia voltar a fazer o que mais gostava na vida: correr e viver feliz.

Ter um sofrimento físico e psíquico que se sabe que não se pode aliviar é doloroso e muito duro, em vez de ir morrendo aos poucos, até chegar a um estado terminal. Emiel Pauwels decidiu morrer feliz e acho que fez bem.

A IGREJA, O ESTADO E OS PORTUGUESES

Os Bispos portugueses estão muito preocupados com o novo corte nas pensões de sobrevivência e sustentam que é obrigação de quem governa ser solidário. Por outro lado, defendem que o Executivo de Passos Coelho deve esclarecer a medida.

Completamente de acordo, porém a Igreja não se deve imiscuir em assuntos de âmbito político. Essa contestação deve ser feita pelos sindicatos, associações de pensionistas e pelos próprios cidadãos. A Igreja deve olhar pela sua vida, que não está fácil e dar o exemplo. O seu quintal continua a arder com escândalos de pedofilia, corrupção e dificuldade com os novos tempos (aborto, casamento de pessoas do mesmo sexo, ordenação de mulheres, etc.). A deserção de católicos é assustadora. O novo Papa Francisco parece-me atento ao soprar dos novos ventos...

Os Bispos e a Igreja devem, sim, apresentar medidas de apoio aos mais necessitados e desprotegidos.

A Concordata assinada entre a Santa Sé e a República Portuguesa está desactualizada. Considero-a lesiva dos interesses nacionais nos privilégios que confere à Igreja.

Seria importante a caducidade do artigo 26, que concede total isenção fiscal sobre os rendimentos e bens da ICAL [Igreja Católica Apostólica Romana], por razões de equidade, no esforço fiscal a que os portugueses estão a

ser sujeitos. Por exemplo, a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), etc. Considero ofensivo e imoral para todos os portugueses: católicos e não católicos, que sofrem as sucessivas medidas de austeridade.

Este privilégio da Igreja deve ser extinto! Não tem nexos nem é justo exigir a todos sacrifícios de forma tão pesada e o Estado poder isentar a Igreja Católica.

Estamos num tempo de todos ajudarmos, sem privilégios e isenções.

A ILUSÃO

Esta crise está a ser trágica, sempre com novos contornos a adicionar aos anteriores. Gostava de ter um ano de 2014 carregado de ilusão, mas a realidade é bem diferente. A verdadeira realidade é que a maioria dos funcionários públicos com os novos cortes ainda nem sabe quanto vai receber no mês de Janeiro.

Esta crise, como os grandes terremotos e ciclones, deixa enormes escombros e grande quantidade de mortes. Porém, com estes cataclismos da natureza, não temos a sorte que levem o “mal” e fique o “bem”. Esta crise, pelo seu carácter emético, marca a nossa vida futura, num antes e num depois. O nosso dia-a-dia é um gigantesco fardo equivalente a um hediondo aterro fedorento que, por mais se procure limpar, nunca mais se consegue fazê-lo e o cheiro nauseabundo mantém-se.

Da actual política não se pode esperar nada. Temos abdicado e renunciando a tanta coisa, a troco de quê? Os cidadãos, neste regime democrático, comprometem-se a uma série de obrigações e deveres na sociedade actual, uma delas, entregar os seus impostos ao Estado. Fazem-no a troco de uma série de direitos e garantias – protecção na saúde, educação, segurança e justiça. Porém, este contrato social tem sido alterado constantemente e nalguns casos rasgado. Sobem-se os impostos sem cessar, baixam-se os salários, as pensões esperadas pelos descontos feitos são

pura e simplesmente trancadas. De salientar que se assiste a menos saúde, menos ensino, menos segurança e menos justiça.

Deste modo, não temos razão alguma para pagar os nossos impostos. Nós seguimos cumprindo a nossa parte e o Estado cada vez mais pequeno, isto é, privatizado. Então, para quê pagar tantos impostos? Porquê pagar tantos impostos a quem não cumpre a sua parte? Não me proporciona cuidados de saúde, ensino decente, segurança. Por que razão este governo delega competências constantemente ao sector privado? Não há razão, então, para os cidadãos entregarem tantos impostos ao Estado. Se o Estado está cada vez mais pequeno, não precisámos de governos tão extensos e de uma Administração Central enorme. Seria melhor, portanto, nós controlarmos a nossa aplicação dos impostos em seguros de saúde, poupança de reforma, poupança geral. Decerto, teríamos o dinheiro necessário.

O contrato com o Estado com os diversos governos foi posto em causa e está justificado no não-pagamento de impostos. Este desrespeito baseia-se em dados concretos do incumprimento sistemático do Estado das suas obrigações e abandono das suas funções.

A ilusão tornou-se uma desilusão. Não vale a pena manter este contrato com o Estado. O Estado está a viciar o jogo fazendo constantemente batota. Trabalhar sem futuro e perspectiva de dias melhores é um martírio. É como o amor sem paixão, vivermos numa prisão, passando a ideia de que vamos morrer resignados.

Os portugueses são uns otários que deveriam aprender perante todo o tipo de abusos. Deveriam não confiar e rejeitar todas estas situações.

A privatização do país está em curso a começar pela privatização mental!

VERGONHA DE VIVER EM PORTUGAL!

Notícias como estas fazem-me ter vergonha de ser português e, por outro lado, julgar que os portugueses são muito melhores que a maioria dos nossos governantes e pessoas que têm responsabilidades neste país. Tenho vergonha de viver em Portugal e de ser português com alguma casta de governantes (nem todos, felizmente!)

Um doente de 60 anos, em situação de doença oncológica, esperou dois anos por uma colonoscopia que depois confirmou um cancro em estado avançado, inoperável.

Adianta muito o Ministério da Saúde lamentar profundamente e achar uma situação intolerável! O doente vai morrer ou ficará muito limitado na sua vida. O diagnóstico precoce é um cavalo de batalha na medicina moderna, no tratamento com êxito de casos como este. Mas a negligência foi o que aconteceu.

Um caso como este é esclarecedor das nossas políticas para a saúde. Sempre e sempre o cortar, cortar, o poupar, poupar, dá nisto!

Qualquer português fica atónico e não tem palavras perante uma situação destas. O pior, como sempre, é nunca haver culpados. A culpa, evidentemente, recai na pessoa que tinha a doença. Que não a tivesse... (riso sarcástico)

Quem está doente está tramado neste país. Este país vai de mal a pior, sempre dividido. Esta situação é

exemplificativa na divisão entre as pessoas sãs e as pessoas doentes. A seriação chega a este ponto: os saudáveis vão sobrevivendo, os doentes são um empecilho e é bom que morram, que assim não se gasta dinheiro.

Ao que chegou este país! Ao nível de dignidade, não passam de uns trapaceiros, indignos e vermiculados! País indigno, governado por gente menor. O mínimo, o ministro da Saúde, Paulo Macedo deveria demitir-se ou ser demitido pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e ser dada uma explicação aos portugueses. Os serviços médicos devidamente inquiridos, médico, director do serviço, director do hospital, etc., e um relatório final do que sucedeu, podendo haver demissões.

Primeiro, a saúde e, depois, a porra do défice e da economia! Estou estarecido e indignado. Pode um dia acontecer-me ou a um de vós.

Quem não tiver dinheiro para se tratar, morre pura e simplesmente. Quem tem dinheiro e contactos safa-se... O director do Hospital, o chefe de serviço, o médico que fez a consulta, o ministro, o Primeiro-Ministro não têm problemas desses. É tão fácil falar-se dos outros e em seara alheia. O problema é quando nos toca a nós!

CAVALOS DE BATALHA

Há um inqualificável sentimento de raiva, cólera e desilusão com a política. Tudo isto se manifesta de variadíssimas formas de norte a sul de Portugal. Uns não vão votar, outros anulam o voto, outros protestam como tem acontecido nas nossas ruas, reivindicando medidas menos gravosas, outros fazem pedagogia cívica e lançam alertas.

Tem-se gritado contra os políticos, banqueiros, corruptos, falta de justiça, contra a Europa, contra o euro, etc. A rua junta o desespero de pequenos empresários, agricultores, camionistas, professores, trabalhadores, desempregados, estudantes, simples cidadãos, claques de futebol e radicais de direita e esquerda. Este movimento de rua é um movimento social espontâneo, apolítico, cujo objectivo é defender os cidadãos desta crise feroz. É um protesto contra a perda da nossa dignidade. Lentamente, estão-nos a tirar tudo: salários, saúde, educação, casas, futuro e sonhos. No fundo, os portugueses são escravos da *troika* e do governo.

Esta raiva não tem efeitos práticos, devido à lentidão exasperante que as instituições públicas sob o mote dos partidos políticos vão adiando continuamente.

O princípio da universalidade e igualdade consagrado na Constituição, assim como a participação política dos cidadãos, não é aplicado. A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição

e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, promovendo a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação no acesso a cargos políticos. Por outro lado, todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.

Todos nós sabemos que é letra morta e um dos cavalos de batalha de quem contesta este sistema político. Há um sentimento comum e sintonia do nosso eleitorado farto das mesmas pessoas que exige a regeneração do sistema político e eleitoral, a reforma do sistema eleitoral vigente com a possibilidade de acesso ao poder de independentes em igualdade de circunstâncias com militantes de partidos nas autarquias, deputados e governo.

Isso não vê a luz do dia. Há um cansaço com a alternância PS, PSD. Há uma reacção generalizada a esta política que tarda em renovar-se e em reduzir custos.

Os partidos que tratem depressa de regenerar a democracia e lutar contra a corrupção. Por outro lado, que cidadãos independentes tenham acesso a cargos públicos sem constrangimentos. Ou um dia destes o radicalismo toma conta de Portugal e acaba com os partidos políticos.

Por vezes, tenho vergonha do meu país e de não poder defendê-lo. Vivemos num alforge democrático.

CORRUPÇÃO

A corrupção está generalizada, tendo piorado nos últimos anos. Afecta o dia-a-dia de mais de um terço da população, segundo o Relatório de Bruxelas da Comissão Europeia. Este resultado é gravíssimo, em que a eficácia no combate a este crime está longe de convencer os portugueses.

A corrupção é um crime, mas é difícil descobrir o seu rosto por não haver vontade política de definir uma estratégia de luta contra este flagelo que assola o nosso país. Infelizmente, do número de casos investigados por corrupção (838), somente 8, 5%, resultaram em decisões judiciais, passados vários anos.

É lamentável os portugueses acharem que a corrupção é um problema totalmente generalizado no país, para 90% dos portugueses, assim como a única forma de ter sucesso no mundo empresarial somente com ligações políticas, para 60% dos portugueses.

Os partidos políticos dão um péssimo exemplo. Como diz Augusto Branco, “enquanto forem permitidas campanhas eleitorais milionárias, haverá corrupção no governo, pois alguém precisará de pagar a conta da campanha. Ninguém doa tanto dinheiro para uma campanha eleitoral à toa. Não existe tanto idealismo assim, neste mundo, ou a humanidade não padeceria de tantos males”. Eu acrescentaria este pensamento ao poder local.

A corrupção é definida como a utilização do poder ou autoridade para conseguir obter vantagens e fazer uso do

dinheiro público para o seu próprio interesse, de um familiar ou de um amigo.

Há várias formas de combater a corrupção. Começa logo pelo nosso comportamento e atitude no dia-a-dia, mas a vida é complicada e injusta. Ser honesto nesta vida é filha da mãe. Ser honesto num mundo corrupto é para totós e tansos. Devemos comportar-nos honestamente em todas as coisas, como diz Hebreus.

Todavia, ver o parceiro do lado a ser corrupto e a enriquecer de forma ilícita e desmesurada e o honesto com uma vida digna, humilde e com dificuldades todos os dias, não é fácil.

Por outro lado, a corrupção, a partir de certo nível, exige que todos sejam corruptos. Quem se recusa é alvo de pressões insustentáveis. É um processo de selecção negativo.

Mas a corrupção favorece as ideias novas, como diz Teixeira Pascoaes, com medidas preventivas, contra práticas de corrupção no financiamento de partidos e pela existência de código de conduta aplicáveis aos funcionários públicos que se devem estender aos funcionários privados e ao sector privado. Além da prevenção, a investigação criminal e o aperfeiçoamento da legislação. A corrupção começa num pequeno favor e vai por aí adiante, sem fim, tornando um “crimezinho” num “crime” e num “crimão”.

É preciso mão dura, um redobrado esforço para combater a impunidade e que se vejam resultados. Por exemplo, a justiça islandesa considerou que o antigo Primeiro-Ministro Geir Haarde foi culpado pelo crime de negligência que levou o país à bancarrota. Na Roménia, foi preso o antigo Primeiro-Ministro Adrian Nastase, condenado a quatro anos de prisão por aceitar subornos. Na Grécia, o antigo Ministro da Defesa, Akis Tsochatzoopoulos, foi condenado por lavagem de dinheiro em contratos de compra de equipamento militar.

Em Portugal, os processos demoram uma eternidade. Há imensos casos que envolvem suspeitas de alto nível de corrupção e financiamento ilegal de partidos. Temos os casos Apito Dourado, Freeport, Submarinos, Taguspark, Face Oculta, etc. Só o Apito Dourado teve consequências e condenações, tudo ligado ao futebol português.

No fundo, em Portugal, na prática, pouco muda e as reformas são para inglês ver. E a pior coisa que pode acontecer é a percepção dos cidadãos: a de que não adianta nada combater a corrupção, porque os corruptos andam à solta e cheios de dinheiro pelo que fazem ilegalmente.

Por isso, digo que neste país ser honesto é uma anormalidade e é muito difícil resistir à influência da corrupção. Ver os corruptos a enriquecer, a terem uma vida boa e nada lhes acontecer, ao contrário de quem é honesto e incorruptível.

Não há corrupção zero, mas é muito importante uma população esclarecida acerca dos seus direitos. É mais difícil de enganar. A corrupção é proporcional à democracia, como diz Thomas Huxley. Deste modo, a nossa democracia tem um longo caminho a percorrer. A culpa é dos cidadãos corruptos sem princípios mas também de quem não denuncia por medo, devido à falta de mecanismos de protecção para o denunciante. Entre se incomodar e fazer de conta que não se passa nada, é mais fácil ficar quieto e mudo.

Uma das formas melhores de combater a corrupção é cada um de nós, no dia-a-dia, ter uma atitude vigilante, firme contra todo o tipo de práticas ilícitas, a começar pelo pequeno favor.

PÉSSIMO EXEMPLO!

O Tribunal Constitucional multou partidos por infracções em 2005 e 2009, em 226 milhões de euros. As irregularidades detectadas pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) nas contas e nas campanhas eleitorais deixam o PSD com coimas acumuladas de 420 mil euros. O PS chega aos 388 mil euros e o CDS/PP a 344 mil euros. Estas irregularidades nas diversas eleições constatam-se nas eleições autárquicas, legislativas, europeias, regionais nos Açores e Madeira. Abrangeram 18 partidos e quase nenhum escapa.

Apesar de elevados, estes valores acabam por não ter grande expressão no exercício financeiro anual dos grandes partidos. Estas multas são uma gota de água no oceano de lucros líquidos que apresentaram os partidos por essa altura. O PSD apresentou 2 milhões de euros e o PS 1, 5 milhões de euros.

Em alguns casos, há ilegalidades sérias na contabilidade, integração como receita da subvenção da bancada parlamentar, a criação de várias contas bancárias para a mesma campanha, a impossibilidade de confirmar algumas receitas e a falta de documentos de receitas e despesas, a exigência de donativos indirectos, a não inclusão de todas as acções desenvolvidas, pagamentos em numerário superiores ao permitido e a impossibilidade de se verificar a razoabilidade de algumas despesas. Alguns partidos chegam

ao ponto de não apresentarem contas ou as entregarem fora do prazo.

Antes das eleições autárquicas de Setembro de 2013, escrevi um artigo publicado no DN, a propósito das vantagens dos candidatos dos partidos em relação aos independentes, sobre os gastos dos partidos nas campanhas eleitorais e a pipa de massa que recebem.

Que lindo exemplo que os representantes do povo dão a esse mesmo povo! É preferível prevaricar e pagar multa para poder ter lucros avultados. O crime compensa. Partidos iguais ao que há de pior nas empresas. O que conta é o lucro, porém, todo este dinheiro subvencionado pelo Estado sai dos bolsos de todos nós.

O controlo das contas dos partidos deveria ser logo feito a seguir às eleições e não com anos de atraso. Por outro lado, quem não tivesse as contas em ordem, além de coimas elevadas, ser impedido de concorrer a próximas eleições. O mais estranho de tudo isto é que as irregularidades são quase sempre as mesmas, ano após ano. Os partidos, para além de caça subsídios, são reincidentes e aldrabões.

Para a imagem da nossa democracia isto é péssimo e um mau exemplo de comportamento. Parece um fatalismo e cepticismo: as coisas não mudam, nem hoje, nem no futuro. Os partidos trazem a maldade na alma e fazem o que muito bem entendem e como entendem e nada se passa. Os partidos e quem os dirige com a conivência de quem os deve controlar (a Justiça) vivem num mundo de intrigas, falsos rumores, mentiras flagrantes ou impossíveis, contradições, um mundo onde ninguém diz a verdade, porque isso traz inimizades e problemas e os seus militantes vivem dentro de um sistema em que se chega a um ponto em que é praticamente impossível distinguir o falso do verdadeiro e a realidade do engano.

Mas, além deste péssimo exemplo de conduta, em que se exige aos cidadãos e empresas que cumpram com as

suas obrigações fiscais e contabilistas, para nós, os partidos, somos um mundo à parte.

Há muito mais que dizer e que atesta o mundo invisível em águas profundas, por que se move os partidos tendo nós acesso à ponta do iceberg. O que se diz e o que se faz não joga a cara com a careta. As palavras negam os factos e os factos desmentem as palavras. Tudo funciona num “conto do vigário” generalizado, num divórcio crónico entre o dizer e o fazer que toda a gente pratica. Daí, o divórcio entre os cidadãos e os políticos. As diligências, promessas, informações, desmancham-se e dissolvem sem que os factos alguma vez correspondam às palavras.

MAU EXEMPLO!

Vários autarcas que agora se reformaram vão auferir de verbas consagradas por uma lei que foi extinta em 2005, segundo li no *Jornal de Notícias*. Trata-se de um subsídio de reintegração, ao qual, Fernando Ruas adjudicou poucos dias depois das eleições autárquicas. Por sinal, o antigo presidente da Câmara de Viseu já solicitou essa verba.

Acontece que este subsídio está previsto em lei, por forma a auxiliar os antigos presidentes de Câmaras a regressarem ao mercado de trabalho. Estão reformados, mas vão encaixar uma verba extra. Esta gente faz dos portugueses idiotas e atrasados mentais. Não sei o que dirão todos os portugueses que estão a passar mal, reformados, etc. E os que perderem o seu emprego e não têm este subsídio? Esta gente continua atear o rastilho para o barril de pólvora. Perante tanta desfaçatez, vergonha e lata, os portugueses têm de responder com a mesma moeda. Um dia destes isto vai rebentar. Mudem a lei, se faz favor, e rápido! É urgente haver um Senado constituído por indivíduos independentes e credíveis, que reformule determinadas leis e que aos políticos seja vetado poder votar leis em causa própria e em que esteja em causa interesses pessoais.

Num país que está em dificuldades, este tipo de notícias e possibilidade de subsídios é ofensivo e abjecto. O governo deveria acabar com todo o tipo de benesses para

políticos nesta fase de austeridade. Era o mínimo, como exemplo e acção política!

Este tipo de maus exemplos e excepções descredibiliza a política e qualquer governo. Sempre tenho dito, ao longo destes anos, que estar na política e por via disso, estar num cargo público, deve ser uma honra e não ter benesses, além das normais e comuns para todos os cidadãos. Por outro lado, penso que um político deve ser bem remunerado, para não ter tentações e deslumbramentos.

Ser político e exercer um cargo público tem que ser o mesmo que exercer qualquer tipo de profissão. Evidentemente com outro grau de responsabilidades, pois trata do bem comum e mexe com dinheiros do erário público, mas isso, não lhe pode permitir usufruir de reformas antecipadas, subvenções vitalícias e subsídio de reintegração.

Somos um país de pindéricos, a armar ao fino, cheio de salamaleques e de pavões, novos-ricos e doutores, julgando sempre que somos mais do que os outros e que vivemos lá de cima do nosso pedestal. Errado! Enquanto não mudarmos esta mentalidade do “armanço”, que temos motorista e carro, cartão de crédito, mas sem credibilidade e sem o reconhecimento, ético, moral e honrado.

Este tipo de subsídio de reintegração, como forma de auxiliar os políticos a regressar ao mercado do trabalho, quer dizer que antes não tinham emprego ou não sabiam fazer nada.

Qualquer político não deveria poder exercer um cargo, se não tivesse uma profissão antes de ter um cargo público. A política não pode ser um “carreirismo” mas um “honrismo”.

CHRISTIAN WULFF

Christian Wulff é um nome que não diz muito aos portugueses, mas foi presidente da Alemanha. Vou falar deste caso como um exemplo de como devem funcionar as instituições de um país, nomeadamente a justiça.

Verdade que passou de acusado a absolvido. Porém, um político não pode e não deve estar acima da justiça. Se quer ser absolvido e defender a sua honra, deve prová-lo em tribunal. Não pode pôr contorcionismo, fuga, ou deambulações, furtar-se ou fazer de conta perante as suas responsabilidades políticas e públicas. Deve ter cuidado a aceitar presentes, passar férias em casa de amigos, etc. No fundo, evitar situações que levantem suspeitas e dêem azo a interpretações menos transparentes e fofoca.

Foi acusado de suborno e o tribunal de Hannover solicitou o levantamento da sua imunidade, para o poder acusar pelo delito de suborno.

Christian Wulff teve de renunciar ao cargo de presidente da Alemanha, pois não tinha alternativa possível. Seguidamente, compareceu perante a imprensa para dizer que havia deixado de contar com a confiança dos alemães e, por essa razão, já não lhe era possível exercer as suas funções e demitiu-se. Todavia, esta sua intervenção tem uma *nuance* importante. Na parte final da sua conferência de imprensa, na altura, disse que tinha cometido alguns erros, mas que foi sempre sincero. A sua demissão deveu-se a um

pequeno pecado, diria ingénuo, comparado com muitos pecados tenebrosos cometidos por políticos portugueses a quem nada lhes acontece. Ainda se riem baixinho de todo o *sururu* à volta de uma qualquer bronca e saem-se sempre bem, dando a sensação, para a opinião pública, de que a justiça lhes passa ao lado.

Quando era presidente da Baixa-Saxónia, o empresário Egon Geerkens concedeu a Christian Wulff um empréstimo de 500 000€, o qual utilizou para comprar uma casa. O empréstimo tinha que ser pago no prazo de 5 anos a um juro de 4%. Tudo isto é legal e nada demais. Eu posso ter alguém que me empreste dinheiro e ninguém tem nada a ver com isso. Porém, cometeu um erro crasso. Interpelado no Parlamento regional da Baixa Saxónia, negou ter vínculos comerciais com Egon Geerhens.

Não tardou a ser descoberto pela imprensa. O que fez não é proibido por lei, porém regula o comportamento de um político e despertou suspeitas que Christian Wulff tivesse feito valer a sua influência para que o seu amigo fizesse negócios chorudos.

Christian Wulff tinha fama de ajudar os seus amigos milionários. Foi também acusado de aceitar um convite de um amigo pessoal, o empresário cinematográfico David Groenewold, para a festa da cerveja em Munique. O delito foi que o empresário pagou o quarto do hotel e despesas no valor de 71 040€. Em contrapartida, Wulff escreveu uma carta à multinacional Siemens para ajudar o seu amigo.

Porém, em tribunal, não se provou que Christian Wulff fosse corrupto. Este relato, comparado com muitos que conhecemos em Portugal, é uma brincadeira de aprendiz e até me faz rir.

O que se passou na Alemanha é impensável passar-se em Portugal: alguém ir a tribunal e demitir-se por tão pouco. O tráfico de influências e fazer valer o seu poder, em

Portugal, é comum e normal. Por outro lado, ir a tribunal e ser acusado de corrupção e suborno é só para os fracos e sem poder.

Os políticos em Portugal antes de serem eleitos têm intenções perfeitamente puras e boas. Mas, uma vez em funções, tornam-se uns convencidos e esquecem completamente o objectivo para o qual se tinham fixado. Têm a ideia de que podem fazer tudo o que querem, sem que ninguém tenha nada a dizer. Mesmo que cometam actos repreensíveis acham que não é grave, tendo em conta a dedicação com que cumprem a sua tarefa. É assim que acabam por se deixar corromper facilmente. Quanto mais poder um político detém, mais vigilante e atento deve estar. Não pode perder o sentido da sua missão: servir os outros e não servir-se a si próprio, à sua família e aos seus amigos. Isso é o que deve ditar a consciência de um político, os seus pensamentos e intenções. Sempre o bem comum...

FACTURA DA SORTE

Não concordo com a criação da factura da sorte e a base em que está inserida a sua génese, o espírito, em que cada cidadão é fiscal, tendo direito a pedir factura, seja do que for. O controlo dos impostos cabe ao governo e às finanças, não aos cidadãos.

Continuo a pedir as facturas que sempre pedi. Não é pela possibilidade de me sair um carro que vou mudar a minha maneira de actuar.

Se o Estado quer que eu seja fiscal, então terá que me pagar melhor, isto é, o Estado permite-me que desconte nos impostos até ao montante de 250€, mas para isso teria que ter gastos em mais de 20 000€. Uma soma absolutamente astronómica para o comum dos cidadãos.

Não renego como formação cívica, ética e moral, cada cidadão poder denunciar indícios de corrupção e sinais de enriquecimento ilícito, etc. Esta é uma ideia genial e barata, cujo aliciante é o incentivo de um sorteio em que o prémio é um carro, que põe todo o mundo a pedir factura de tudo e mais alguma coisa, nem que seja de um café.

Porém, tenho de reconhecer que as empresas estão com o caminho mais dificultado na sua evasão fiscal.

No ano passado, o Fisco detectou 5121 contribuintes em falta. A Autoridade Tributária e Aduaneira avançou com 7424 processos de contra-ordenação. Em causa, estão contribuintes que entre Janeiro e Outubro do ano passado

não comunicaram ao Fisco qualquer factura emitida nem entregaram a declaração de IVA.

Esta situação mostra como actua a economia paralela na fuga aos impostos. As situações foram detectadas graças ao sistema de comunicação das facturas dos consumidores no portal das Finanças e ao cruzamento das facturas emitidas pelas empresas em falta a outros agentes económicos.

Há tempos, o Fisco detectou 23 mil empresas que não entregaram as retenções na fonte do IRS dos trabalhadores ou que aplicaram mal as tabelas, retendo menos imposto do que deviam. Estão em causa dezenas de milhões de euros.

Recentemente, com a factura da sorte, o Fisco apanhou mais de 170 mil empresas. Isto é, empresas passaram a reportar sinais de actividade às Finanças que até então nada declaravam.

A factura da sorte, com a emissão de um número significativo elevado de facturas, concede a probabilidade de muitos empresários serem apanhados no controlo do Fisco. No fundo, mostra ser particularmente eficaz no combate à economia paralela. O Fisco passou a ter meios para controlar todos os meses eventuais desvios ou erros.

Apesar de eu recusar uma clivagem na sociedade portuguesa entre o sector público e privado, entre patrões e empregados, não deixo de assinalar a mania e o deslante de muita gente do sector privado, quer patrões, quer empregados, dizerem à boca cheia que são eles que pagam os salários dos funcionários públicos. Uma mentira retinta. Um empresário ou alguém que monta uma empresa tem direito a abater nos seus impostos as despesas com o carro, almoços, despesas de representação, entre outras. Um funcionário no privado também tem inúmeras benesses como senhas de almoço, carro ou despesas pagas.

Por outro lado, um funcionário público muito mal visto socialmente, como um malandro e um peso na economia

deste país, tem de pagar religiosamente os seus impostos sem poder fugir num tostão ao Fisco.

Não querendo entrar por aí nesta divisão sem nexo e que não leva a nada, é preciso reconhecer que o privado consegue e tem meios, até agora, para fugir aos impostos e praticar economia paralela (não pagar impostos).

No futuro, pode ser que as coisas mudem...

PORTUGAL COM TERMO DE IDENTIDADE E RESIDÊNCIA

Nem ao Domingo nos vemos livres dos mesmos bonecos! Pedro Passos Coelho anunciou este Domingo que o governo optou por uma saída limpa da *troika* no dia 17 de Maio sem programa cautelar, recorrendo aos mercados. Porém, vamos ter uma almofada financeira que permite resistir ao risco de qualquer abalo ou eventual sobressalto dos mercados.

Como diz Jerónimo de Sousa, “Portugal fica livre, mas com pulseira electrónica”. Portugal vai continuar sob vigilância dos credores até pagar o essencial da dívida. A sustentabilidade da dívida é uma preocupação.

Tudo muito bonito para “eleições ver”, as eleições europeias do dia 25 de Maio e as eleições legislativas de 2015, a seguir.

Eu diria que, no dia 17 de Maio, Portugal foi a tribunal como réu e saiu em liberdade com termo de identidade e residência. “Termo de Identidade e Residência” é a medida de coação mais leve, imposta a um arguido (Portugal), num processo de investigação. Significa que, se esse arguido tiver de se ausentar do país durante mais de cinco dias, tem a obrigação de informar as autoridades policiais (*troika*).

Alguém que num processo esteja sujeito a investigação terá de ser alvo de uma medida de limitação da sua liberdade. Termo de Identidade e Residência é a medida

de coação mínima, que decorre durante um período em que são recolhidas provas, até que a acusação seja formulada. Quando há perigo de fuga do arguido, por exemplo, ou de destruição de provas, a medida de coação normalmente aplicada é a prisão preventiva.

No fundo, Portugal não sai com um programa cautelar, mas está limitado à liberdade que tem em vista assegurar que o processo pós-*troika* decorra sem incidentes. A *troika* confia, desconfiando.

Portugal não sai de forma limpa nem suja, sai de forma “meio limpa” com medidas de natureza cautelar, que têm em vista assegurar que o processo decorra sem incidentes.

QUALIDADE DA DEMOCRACIA E ABSTENÇÃO

Estas eleições europeias vieram salientar ainda mais o que todos já sabemos, mas que os políticos não ligam ou fazem de conta. Dizem-se muito preocupados com a abstenção, mas nada fazem para que a abstenção diminua e haja mais participação dos cidadãos. A rejeição destas eleições europeias passou largamente os 70%. A abstenção foi de 66,9%, votos brancos 4,41% (144. 815) e votos nulos 3,06% (100. 475). Os votos, brancos e nulos, se elegessem cadeiras vazias, seriam o quarto partido mais votado. Tiveram quase 250.000 votos, atrás do PCP, superando o BE e o MPT, via Marinho Pinto.

Um estudo dado a conhecer há algum tempo, “A Qualidade da Democracia – a Perspectiva dos Cidadãos”, da autoria de António Costa Pinto, Pedro Luís de Sousa e Ekaterina Gorbunova, mostra que a insatisfação com a democracia está a aumentar – só 56% acreditam que a democracia é o melhor sistema político. O pior defeito da democracia é o chamado “picos de cidadania”, em que as pessoas vão votar e, pronto, já está. Esquecem-se que depois há um trabalho constante de informação e interrogatório acerca de quem elegemos, daí o voto ser uma maneira muito naif de participar.

O voto é uma maneira muito pobre de se saber o que as pessoas querem e desejam. A sociedade civil deve

funcionar como contrapeso em relação às decisões políticas. Actualmente, há várias maneiras de nos fazermos ouvir, em redes sociais, clubes de reflexão, movimentos, etc. A *internet* tem sido a nossa salvação contra o sistema político hermético, muito pouco permeável e recomendável.

Os partidos políticos são muito pouco flexíveis para incorporar a voz da cidadania. A democracia carece de contrapesos, de formas e fórmulas de controlo, de transparência, de participação de cidadania.

Os partidos têm que ser revistos. Está na hora e no momento da sociedade civil. A falta de confiança e respeito pelos políticos deve-se aos seus exemplos pouco edificantes. O exemplo do nosso poder tem de ser igualado pelo poder do nosso exemplo. As instituições públicas devem estar ao serviço das pessoas e não ao serviço de interesses e objectivos particulares e partidários. Os protagonistas têm de ser os cidadãos com as suas exigências. Essa é a forma de lutar contra o desinteresse! Os cidadãos acreditam cada vez menos nos políticos, sendo prova disso a fraca participação em actos eleitorais. Como diz Michel Maffesoli, “o político é o contrário da democracia”. Esta saturação e insurgência contra os partidos e líderes partidários podem levar à ruptura.

Devemos estar todos preocupados, mas os 21 deputados europeus serão na mesma eleitos e irão para Bruxelas, porém a sua legitimidade está diminuída e é mais um aviso para este sistema político, caduco, decrépito e ególatra.

Ao absterem-se, as pessoas estão a dizer que estão furiosas, indignadas e não confiam em nenhum político. Não os querem nem nos servem.

Com uma abstenção deste calibre, as eleições deveriam ser anuladas e dar-se início à mudança na lei eleitoral. Os portugueses repudiam esta forma de fazer

política em que os políticos parecem autistas e não ligam absolutamente nada ao que se passa à sua volta.

A abstenção está a dizer em alto e bom som para quem quiser ouvir: não gostamos desta democracia e as eleições converteram-se numa farsa.

Não votar está a contribuir para se fazer uma forma de protesto por omissão. Nesta democracia, o sistema e os seus actores, a maior parte das vezes, não vão ao encontro dos cidadãos e os cidadãos não se revêem nestes líderes e protagonistas. O dever dos políticos é ir ao encontro dos cidadãos e estimular a sua participação.

Os políticos devem exercer os cargos públicos com ética e rigor deontológico. Se não o fazem, há o direito de ir votar, mas também o direito de não ir votar conscientemente e não por comodismo.

Os políticos deveriam cumprir e executar o que prometem, caso contrário, deveriam ser penalizados. Um cidadão não tem como tirar um político somente no fim do seu mandato pelo voto, se ele mentiu e enganou durante a vigência desse mandato.

DEMOCRACIA

Abraham Lincoln definiu democracia como “governo do povo, pelo povo, para o povo”. Péricles, considerado o pai da democracia no séc. V a. C., na antiga cidade de Atenas, definiu democracia: “somos nós que deliberamos e decidimos de acordo com a lei em assuntos públicos”.

Porém, toda a gente sabe que quem nos governa tem dificuldade em controlar as suas acções e pedir responsabilidades pelos erros cometidos, não implicando nas eleições os seus representantes (deputados), nem confiando na separação de poderes, nem articulando com os cidadãos a criar espaços para as tomadas de posição.

Quem governa em Portugal? O governo português? Governa a Europa? A Alemanha? Até agora a *troika*? Quem será a seguir?

Em último sentido, as eleições existem para eleger os que nos governam e legislam em nosso nome. O nosso voto, última expressão de cidadania e de igualdade entre cidadãos (um cidadão = um voto), tem uma dupla função: premiar ou castigar quem nos governa, designar e dar indicações a quem nos governa e como queremos ser governados.

Estas eleições europeias têm várias leituras políticas: a Europa atravessa uma crise de identidade e algo que não nos diz muito. Está lá longe e não nos identificamos com ela. Por outro lado, aproveitamos para castigar o governo e demos

sinais de que o PS não é alternativa e não está preparado para nos governar. No fundo, estas eleições europeias puseram-nos num impasse e num dilema. Em quem votar nas legislativas em 2015?

Nos últimos anos, temos experimentado governos alternativos entre o PSD e PS que nos decepcionam e esvaziam a democracia de significado, pois não elegemos estes governantes para fazerem o que lhes apetece.

A democracia tem inúmeros problemas com os seus vícios, além da relação cidadãos-políticos. A ancilose da representação e participação política.

Veja-se o que se está a passar no PS, em que António Costa mostra finalmente que deseja disputar a liderança do PS e pode nem chegar a ir a votos pela blindagem dos estatutos do seu partido. Há uma sensação de que a democracia se está a evaporar do seu sentido e do seu significado. A forma de se praticar a democracia está em campo entrincheirado. Muitos portugueses não foram votar, porque sentem que a sua capacidade de ir votar não acrescenta nada e não passa de uma mera formalidade. O nosso governo assemelha-se a Ulisses amarrado ao mastro.

Uma das alternativas a esta democracia vazia é reconstruí-la a uma escala superior em que as decisões representam e beneficiam a maioria dos cidadãos. Outra é os partidos deixarem de estar reféns dos aparelhos e abrirem-se à sociedade civil e não pensarem que os seus militantes são cidadãos de primeira e quem não pertence a um partido é cidadão de segunda e proscrito.

É preciso dar mais espaço ao comum dos cidadãos que queira intervir sem pertencer a nenhum partido. É preciso desbloquear esta situação, abrir os partidos aos cidadãos.

O paradoxo da nossa democracia! António Costa, se fosse candidato a Primeiro-Ministro, teria uma aceitação muito maior que a de António José Seguro, porém dentro do seu

partido pode nem chegar a secretário-geral. António Costa tem muito maior aceitação nos cidadãos portugueses do que nos cidadãos militantes-socialistas que não passam de 50 000. Há aqui qualquer coisa que não bate certo e não está a funcionar bem!

SISTEMA POLÍTICO: DEMOCRACIA DOS PARTIDOS

Os partidos políticos são um instrumento fundamental para a participação política, em que as suas estruturas internas e funcionamento devem ser democráticos. A seguir ao 25 de Abril, os partidos foram muito bem recebidos, depois de longo tempo em regime fascista. No entanto, houve uma deriva dos aparelhos partidários sobre os militantes e votantes. Há uma luta pela obtenção do poder pelo poder mais do que a sua administração equitativa. Os dois principais partidos (PS, PSD), a espaços o CDS, são os responsáveis pela ocupação do poder constituído e utilizam o partido para colocar gente em todo o aparelho do Estado. À partida, os lugares estão viciados. A sua avidez pelo exercício do poder não lhes deixa tempo nem vontade para aprofundar a sua democracia interna e abrir o partido à sociedade civil.

O sistema político actual retrata a nossa escala de valores. O sistema político actual tem uma cara e cruz. A cara é que não se concebe uma democracia sem partidos mas, por sua vez, uma cruz, porque este sistema político está anquilosado, tendo acesso ao poder por via da democracia, mas não se democratiza e iguala as oportunidades. Os partidos têm uma democracia interna muito especial. O sistema político está numa encruzilhada e impõe-se lucidez para perceber que temos de adaptar o nosso quadro

constitucional à evolução da sociedade. Os cidadãos querem votar em pessoas e não em nomes de pessoas escolhidas pelos partidos, sejam para uma junta de freguesia, presidente de câmara, deputados, Primeiro-Ministro e membros do Governo.

Os portugueses, verdade seja dita, são cobardes e não assumidos e têm dificuldade em assumir nas suas próprias mãos o seu destino, exigir resultados e contestar o que não parece aceitável. Mas continuarem alheados, desligados, desatentos, enlevados e desinteressados não leva a lado nenhum.

A política tem de subir a um patamar de um “Novo Mundo”, a política já não é uma questão de democracia e partidos, mas de evolução, realizações e de sociedade civil. A política exige capacidade de mandar, ter cintura, inteligência e um bom critério para decidir.

É preciso alterar o sistema. A maioria dos portugueses vê a classe política com inquietação, sendo necessária uma profunda reforma, a fim de reverter a distância abismal entre os cidadãos e os políticos. Enquanto os cidadãos continuarem a ver os políticos como um mundo à parte, a distância vai-se cada vez adensar mais.

É necessário democracia mais participativa e na constante defesa do Estado de direito, através da separação de poderes. Votar, manifestar-me e participar é importante, mas os resultados obtidos ficam aquém do que se pretende e são um incentivo ao afastamento das pessoas assim como um cansaço evidente.

Há algo que está a falhar estrondosamente. Basta ver a abstenção. Trata-se somente de pensar. Pensar no sentido socrático, decidir, ser capaz de reflectir e fazer os nossos juízos de valor. Se os nossos políticos e gente dos partidos reflectissem com o mínimo de sensatez e prudência, davam conta do que se está a passar.

Não é só a austeridade pelos cortes sociais e económicos. Há um drástico corte nas oportunidades e liberdade dos cidadãos. Ainda não perceberam que “a vida não examinada não vale a pena ser vivida”. Podem estar no poder e ter altos cargos, mas não passa disso. É muito importante saber-se como se chegou a esse cargo, a forma como se exerceu esse cargo, por fim, a forma como se saiu desse cargo.

DEPUTADOS INDEPENDENTES

Os deputados debateram recentemente uma petição que defende o fim do monopólio dos partidos nas legislativas.

Esta iniciativa não terá efeitos práticos, até porque a alteração implica uma revisão constitucional e para isso é preciso os famigerados 2/3 de deputados. Esta medida visa aproximar eleitos e eleitores, contribuindo assim para uma democracia mais saudável. Os partidos acham que é uma fraude que contribui para o discurso anti-partidos e mina os fundamentos do regime democrático.

Os partidos têm muitas reservas e advogam as mais variadas razões para que não abram mão do seu poder:

1- Pode parecer uma ideia atraente à partida, mas é preciso ter cuidado. Os movimentos de cidadãos não estão sujeitos ao nível de escrutínio que têm os partidos e é preciso fazer valer as regras da democracia. Muitos movimentos nascem apenas para uma eleição e são desfeitos logo em seguida;

2- Agora estão na moda os independentes. Uma semana após as autárquicas, de repente, toda a gente acha que os independentes são a solução para todos os problemas;

3- Não vejo nenhum fundamento, nenhuma razão, em particular, numa altura em que o país tem tantos problemas graves para resolver. Quem advoga as candidaturas a deputados independentes são Pacheco Pereira e Manuel

Alegre: dois desempregados da política, que estão zangados com a política e os políticos. Temos coisas muito mais importantes para discutir;

4- A candidatura de cidadãos independentes às legislativas é inconstitucional e considera que avançar neste sentido seria uma absoluta fraude. Para alguém se apresentar a umas eleições legislativas tem de ter o quê? Um programa de governo e um número de assinaturas que demonstre a existência de um mínimo de representatividade social. O que é isto? É um partido. Podem chamar-se independentes, podem chamar-se blocos, o que quiserem. São partidos que não se querem chamar partidos;

5- Não é aceitável abrir a porta a um discurso perigoso, que esteve em voga nos anos 20/30 [do século XX], de contestação generalizada aos partidos, com consequências trágicas. É um discurso contra a própria democracia. Era o discurso de Salazar, que dizia que a União Nacional não era um partido. Por detrás disso está uma mistificação. Ainda ninguém me explicou qual é a superioridade moral de um cidadão se apresentar como independente face a outro cidadão que se apresente como candidato de um partido.

Seria importante os partidos abrirem mão de tanto poder, mas não acredito. Podem ceder em alguns pontos, mas colocam imensos entraves legais.

Sempre fui e sou a favor de uma sociedade civil interventiva com capacidade de reivindicar novas formas de actuação política. E vou mais longe: a possibilidade de individualmente um cidadão se candidatar a deputado e não em lista de cidadãos e grupos. Como há o direito de apresentar individualmente petições, queixas e reclamações. Não são muito usadas, mas estão consagradas na Constituição da República Portuguesa artigo 52º.

Se houvesse vontade dos partidos políticos concederem a possibilidade de cidadãos independentes concorre-

rem à Assembleia da República, há muito tempo que o tinham feito. A Assembleia da República pode assumir, em qualquer momento, poderes de revisão extraordinária por maioria de 4/5 dos deputados em efectividade de funções (artigo 284º). Nunca o fez e nunca os partidos se entenderem nesta questão. Daí vejo sérias dificuldades. O sistema político tem que se refundar e abrir aos cidadãos numa revolução pacífica mas efectiva. Os partidos têm de mudar o seu funcionamento, mas não querem abrir mão de tanto poder. Assim, os portugueses não vão voltar a crer na política. A abstenção é o maior partido português e os votos em branco e nulos, juntos, formariam um partido maior que o CDS.

Mas mais cedo ou mais tarde vai acontecer, já faltou mais...

MANIFESTO PELA RECONSTRUÇÃO DE UM REGIME DEMOCRÁTICO

Mais um manifesto, este defende a reconstrução do regime democrático. Li no DE e encolhi os ombros. Não deixo de concordar com muitas coisas lá escritas.

- Defesa da reconstrução de um regime democrático e o fim da concentração do poder político nos partidos;

- O que está em causa já não é a opção pela democracia, mas torná-la efectiva e participada. Não está em causa governar, mas corrigir um rumo que nos conduziu à actual crise e realizar as mudanças que isso implica;

- Já não está em causa aderir à Europa, mas participar no relançamento do projecto europeu;

- Chamar a atenção para a tragédia social, económica e financeira a que vários governos conduziram o país, dificultando a participação democrática dos cidadãos e impedindo que o sistema político permita o aparecimento de verdadeiras alternativas;

- Ruptura que passa por três passos fundamentais, começando pelas leis eleitorais transparentes e democráticas que viabilizem eleições primárias abertas aos cidadãos na escolha dos candidatos a todos os cargos políticos;

- A abertura da possibilidade de apresentação de listas nominais, de cidadãos, em eleições para a Assembleia da República, tornando obrigatório o voto nominal nas listas partidárias.

- A necessidade fundamental da garantia de igualdade de condições no financiamento das campanhas eleitorais;

- Urgente reivindicar a democratização do sistema político com firmeza, exigindo de todos os partidos a legislação necessária.

Isso de dar conteúdo positivo à revolta e à crescente indignação dos portugueses demonstrada através das manifestações dos últimos meses, tem que se lhe diga!

Não me parece que quem organizou essas manifestações aceite que venham à boleia do que aconteceu. O movimento “Que se Lixe a *Troika*” está contra o governo e também contra os partidos da oposição. As pessoas deste manifesto dão a entender que querem ir à boleia.

Entre os signatários do manifesto, figuram os ex-ministros José Veiga Simão e Manuel Maria Carrilho, os ex-deputados socialistas Henrique Neto, Eurico Figueiredo e Edmundo Pedro, o advogado Rómulo Machado, o historiador e deputado do Parlamento Europeu, Rui Tavares, o capitão de Abril Vasco Lourenço, o escritor e encenador Hélder Costa e o músico João Gil.

Muitos deles têm culpas no estado a que isto chegou. Foram ministros, deputados e outros com responsabilidades. É uma incongruência e a cara não diz com a careta!

No Clube dos Pensadores, há nove anos temos alertado, chamado à atenção de que é preciso uma verdadeira regeneração da democracia e que é premente mudar. Não somos políticos e passámos a anti-políticos. Somos simplesmente pessoas, cidadãos preocupados com o rumo dos acontecimentos deste país faz muito tempo. Eu sei que nunca tivemos a preocupação de elaborar grandes textos, mas sempre fizemos críticas, propostas e recomendações. Verdade que nunca fizemos um texto elaborado mas nunca foi o nosso fito. As ideias e sugestões estão neste espaço. Basta consultar.

Este manifesto não traz nada de novo somente porque a comunicação social faz eco por ter pessoas conhecidas. Fala-se e depois cai no esquecimento.

Em 2011, Mário Soares fez também um manifesto “Um Novo Rumo”, no qual faz referência aos obscuros jogos do capital e de como podem fazer desaparecer a própria democracia. Alerta para a multidão de aflitos e de indignados que existe entre nós que espera por uma alternativa inovadora que só a esquerda democrática pode oferecer.

Recentemente, também escreveu uma carta em que pede a Pedro Passos Coelho que se demita. Os subscritores desta carta, muitos deles são também do seu manifesto.

Mário Soares não foi Primeiro-Ministro? E não foi Presidente da República? Eu penso que vivemos em democracia, houve eleições e muitos dos que criticam agora votaram no PSD e CDS. Porém, é preciso corrigir os seus erros e melhorar esta democracia. A maneira mais evidente para mudar este estado de coisas será em próximas eleições não votar nos partidos do arco do poder e dar uma oportunidade a outros partidos e personalidades. Ou quem está enfadado com tudo isto não ir votar. O voto em branco não tem representantes, o nulo não tem efeitos práticos. Se todos não votássemos, a legitimidade sairia ferida de morte.

Esta crise actua como uma lupa em que mostra os defeitos da democracia que já existiam, mas não se tinha a exacta percepção e se sentiam.

A resposta a esta crise está entrelaçada: a resposta para a saída da crise está na política e nos políticos, mas, por sua vez, a política e os políticos estão em risco pelo descrédito e má imagem na opinião pública.

A maioria dos cidadãos é a favor de mudanças: na Constituição, nas instituições públicas, no modelo de Estado.

Vamos, então, reinventar a democracia e o funcionamento dos partidos, mas esse trabalho não se faz com manifestos ou cartas. Faz-se com uma revolução pacífica de ideias, comportamentos e atitudes com muita persistência e denodo, todos os dias, com actos e não palavras.

E, desculpem-me, não pode ser feito por quem esteve em cargos de chefia tantos e tantos anos e agora limpa as mãos como Pilatos.

LIBERDADE DE REUNIÃO VS. MANIFESTAÇÃO

O direito de manifestação, assim como o direito de reunião, está consagrado na Constituição. Porém, o que se passou no Clube dos Pensadores num debate com Miguel Relvas faz pensar e reflectir...

Há o direito de reunião que é o que acontece habitualmente no Clube dos Pensadores, que o faz periodicamente, de uma forma livre, aberta, plural e transversal à sociedade. Porém, esse direito, no fundo, foi violado pelo direito de manifestação.

De uma forma vincada, o direito de reunião colidiu com o direito de manifestação. De uma forma nítida, houve competição e conflito de interesse, com dois direitos fundamentais dos cidadãos: direito de reunião e direito de manifestação.

O que se passou no Clube dos Pensadores foi o facto de se querer pelo direito de manifestação, com um excesso de liberdade de expressão, procurar silenciar alguém com quem não se concorda e concomitantemente impedir um grupo de cidadãos de ouvir alguém que os manifestantes não gostam e detestam. Não nos podemos esquecer e devemos salientar que muitos que assistiram a esse debate não gostam e detestam o ministro, mas predispuseram-se para o ouvir, procurando, de outra forma, o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, em função da

metodologia seguida no Clube dos Pensadores: aproveitar o amplo período concedido à assistência, em que cada pessoa tem como regra dois minutos de intervenção com direito a uma pergunta. Este método baseia-se na premissa de procurar estabelecer alguma ordem nas intervenções e dar oportunidade ao maior número de pessoas poderem intervir.

A liberdade de expressão não pode impedir outros de se exprimirem e tornar-se uma agressão a outros valores. A liberdade de expressão não se impõe silenciando os outros.

O que aconteceu no Clube dos Pensadores foi uma tentativa de boicote e não parece ser um bom princípio, porque permite, a partir daí, tudo. Por outro lado, insinuar que um grupo de cidadãos ao convidar um ministro para explicar o que o seu Governo está a fazer ou vai fazer, apesar de polémico e controverso, é feito para se ter notoriedade e também colide com o aproveitamento mediático dos manifestantes para fazerem eco da sua iniciativa. Não podemos acusar alguém de querer mediatismo porque convida um ministro ou pessoa importante (aparentemente) e depois aproveitarmo-nos do que essa organização faz, para termos nós eco na imprensa. Mais ainda, tendo acesso livre e sem condições ao local da iniciativa.

PECADOS CAPITAIS NO BES

1 - Havia uma mesma direcção para tudo: tentaram convencer que uma coisa era o BES outra o GES, uma era o Banco Espírito Santo, outra o grupo com o mesmo nome. O tempo demonstrou que o mal que correu ao grupo da família acabou por prejudicar o banco. Deste modo, Ricardo Espírito Santo foi destituído, irá a tribunal e, no mínimo, será inabilitado para ser de novo banqueiro;

2- Tentou a todo o custo evitar a entrada do Estado: realizou três aumentos de capital, sempre com dinheiro privado, forçando o endividamento das empresas e das famílias para manter o controlo do banco. A entrada de dinheiro público dava direito a fiscalizar as contas e isso a família não queria que acontecesse. Faria com que acabasse o uso do BES para benefício dos seus negócios;

3- Ludibriar a CMVM: segundo Carlos Tavares, presidente da CMVM, nos últimos anos foram abertos 20 processos sobre entidades do BES. Uma das maneiras encontradas para contornar a lei, vendendo os seus produtos a menos de 150 clientes, deste modo, não tinham que prestar contas à CMVM. Agora vão ser os clientes a actuar judicialmente sobre o BES;

4- Ludibriar o Banco de Portugal: as contas apresentadas eram uma panóplia de anomalias e Ricardo Salgado contrariou várias vezes as ordens do supervisor central. Por exemplo, tinha que reduzir até 30 de Junho

a exposição de risco em 400 milhões de euros, todavia aumentou os empréstimos à GES em mais de 200 milhões de euros. Realizou transacções no valor de 120 milhões sem que fossem autorizadas pelo Banco de Portugal;

5- Relações perigosas: em Angola, o BES detinha a maioria do BESA, banco angolano. Descobriu-se que o ano passado havia 5.700 milhões de euros sem a devida informação e, por vezes, nem se conhecia o nome do cliente a quem se emprestava o dinheiro;

6 - Relações perigosas: acerca da PT, a *holding* Rio Forte, dos Espíritos Santo, precisava de dinheiro. Emitiu dívida, mas o BES não podia comprar nem colocar. Assim que o BES entrou na PT (10%), a PT comprou 900 milhões de euros de dívida à Rio Forte. Chegou o momento de pagar em 18 de Julho e não pagou;

7- Enganar clientes: para financiar as empresas da família, o banco vendeu dívida da GES. Mais de 200 clientes do banco recorreram à Associação de Defesa de Clientes Bancários (ABESD), porque não conseguem que lhes reembolsem o seu dinheiro. Reclamam prejuízos e danos causados. Não sabiam os riscos que estavam a correr ao comprar estes títulos;

8- Favorecer outros clientes: alguns clientes preferenciais, o banco recomprou a sua carteira de dívida, antes do seu vencimento, acima do preço do mercado. Tudo isto, dias antes de entrarem os novos administradores. O Banco Portugal quantifica perdas no valor de 1.500 milhões de euros para o BES. Outra prática era a emissão de obrigações com o compromisso de recompra pelo banco, que não estavam registadas nas contas do banco. Se tudo isto se provar em tribunal, Ricardo Salgado e colaboradores mais próximos arriscam cadeia por favorecimento, gestão danosa, falsificação de documentos e contas;

9- Conclusão: num mês, o BES passou de um dos melhores bancos portugueses e mais bem cotado na Bolsa à

fatalidade de desaparecer. O BES transformou-se em Novo Banco. O que é espúrio, porque ficou no banco mau. Até ao fim do ano o banco pode ser vendido. Já há compradores interessados. Em Portugal o BPI é o mais bem posicionado, mas não tem tamanho suficiente. No estrangeiro, o Santander, o BBVA e o Sabadell são alguns dos principais bancos espanhóis que estão a avaliar a possibilidade de compra.

MINISTRA DA JUSTIÇA: ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Paula Teixeira da Cruz, ministra da Justiça deste Governo, é uma pessoa com personalidade forte, muito combativa, com experiência na área judicial e advogada de profissão. Está à frente de um dos ministérios mais problemáticos e mediáticos, onde as várias classes que integram o sector têm tido, nos últimos anos, dificuldade em entender-se.

Considero a ministra uma mulher distinta, com denodo, que move montanhas para alterar a imagem da Justiça em Portugal. Para mim, um dos melhores ministros do governo de Pedro Passos Coelho, que procura mudar radicalmente a inércia da justiça e condenar imparavelmente os prevaricadores e quem comete crimes.

Está em curso a reforma do Mapa Judiciário. Foi feita uma avaliação minuciosa às pendências e adopção de medidas que ponham fim aos processos parados e tentar cobrar os elevados montantes que estão em dívida nos processos executivos e fiscais, e tentar apaziguar um sector onde vários interesses se chocam.

Os portugueses mostram-se cépticos em relação à Justiça. A realidade fica sempre aquém da expectativa. A ideia que passa para a opinião pública é a de que a Justiça não funciona. A Justiça tem e deve ser igualitária. Num Estado de Direito, se a Justiça não funcionar está em causa a própria

democracia. Não se pode aceitar que o Estado se submeta aos interesses particulares e que o dinheiro se coloque por cima do interesse geral.

A ministra foi, desde sempre, uma defensora da criação do crime de enriquecimento ilícito e apresentou no Parlamento um diploma sobre esta matéria, o qual foi chumbado pelo Tribunal Constitucional. Na altura, li no Público que a ministra reafirmou peremptoriamente: “este diploma sobre enriquecimento ilícito iria ao Tribunal Constitucional as vezes que fossem necessárias”, para poder ser aprovado. Agora, querendo ir ao encontro das razões invocadas pelo Tribunal Constitucional, quer colocar o Ministério Público a provar o enriquecimento ilícito. Vejo que não se esqueceu de procurar aprovar este decreto-lei. Talvez não seja alheio e tenham tido peso os recentes casos que se têm passado na banca, no BES e noutros sectores. A sirene do alarme social tocou e há um conjunto de evidências que exige que haja responsáveis e que respondam em tribunal.

Um cidadão (seja político ou não) pode ser investigado, ao ver-se os seus rendimentos pela declaração de IRS e o seu património, pelo acesso aos registos na conservatória. É importante fazer prova da origem do património e rendimentos, analisar a disparidade entre os bens e o património e a sua origem lícita e determinada.

Louvo esta lei e espero que seja aprovada. Vou esperar pelos seus efeitos práticos. Há muita gente séria em Portugal, incluindo políticos, mas não chega. É preciso com actos simples e total transparência provar à sociedade que é assim mesmo.

Porém, como sabem, isto é um começo, mas quem usa de má-fé pode fugir de forma oportuna, colocando dinheiro e bens no nome de outras pessoas, por exemplo, de familiares. Será importante averiguar quem anda ao

redor dessa pessoa duvidosa. É um começo, mas penso que não chega. Veja-se que Ricardo Salgado não tem bens em seu nome.

Paula Teixeira da Cruz tentou há tempos uma alteração ao Código do Processo Penal que passou a permitir os julgamentos sumários em casos de flagrante delito. Tentou ir mais longe e procurou alargar estes julgamentos sumários a crimes mais graves (homicídio), mas também esbarrou na oposição e no Tribunal Constitucional.

Alega-se que viola o princípio da igualdade e das garantias de defesa do arguido em processo criminal. No enriquecimento ilícito, alega-se o princípio da presunção da inocência. Toda a gente conhece alguém que enriqueceu subitamente sem se saber como e onde. E o pior ainda fazem alarde disso!

Queixamo-nos que em Portugal a justiça não funciona, um julgamento demora anos e perde sentido. Agora que temos alguém do governo (Paula Teixeira da Cruz) que quer mudar este estado de coisas, colocam-se entraves sem fundamento.

A ministra procura pôr em prática medidas em que, perante a justiça, todos sejamos iguais: ricos e pobres, influentes e não influentes, políticos e não políticos. E o mais importante vai de encontro aos anseios da maioria da população que deseja justiça célere e castigo exemplar dos prevaricadores.

Esta norma de enriquecimento ilícito faria pensar quem pretende cometer um crime deste tipo. Esse crime não ficaria impune e seria julgado. Como cidadão, exijo justiça e não tenho que a pedir. A independência da justiça é um indicador da qualidade da democracia.

Está na hora do Tribunal Constitucional entender a personalidade e motivações dos portugueses sérios, honestos que desejam viver com dignidade e com o seu salário.

A ministra sofre para levar a avante os seus desígnios. Temos de acabar com este cenário de irresponsabilidade e incompetência: tramas de corrupção, financiamento ilícito de partidos, enriquecimento ilícito, impunidade, entre outros. Ninguém está acima da lei e dever-se-á punir exemplarmente todos os abusos. A sociedade não pode tolerar que não haja justiça e não devemos admitir que quem detém poder se aproveite sem escrúpulos de determinados privilégios. Não podemos permitir que o povo fique a olhar resignado e a encolher os ombros.

A justiça deve ser honesta e imparcial mas também parecê-lo, porque essa mesma aparência transmite tranquilidade aos cidadãos. Se não o faz, a suspeição está instalada.

PARTIDOS POLÍTICOS: FUNCIONAMENTO E GESTÃO

O PS está num processo de regeneração, abertura à sociedade, apesar de o fazer às avessas. Primeiro, vai escolher, em primárias, o candidato a Primeiro-Ministro, em vez de arrumar a casa e escolher, em directas, o seu futuro líder.

Porém, o PS assim não vai lá. Em Coimbra, voltam de novo os problemas processuais que colocam em causa a credibilidade de um partido. Há suspeitas de que cadernos eleitorais estejam viciados. Se há um militante em determinada secção que faz uma afirmação desta natureza, o dever de um partido de bem deve ser procurar averiguar a sua veracidade e perceber o que se está a passar. Neste caso concreto, quem denunciou foi expulso e quem cometeu a fraude ficou. Um lindo exemplo de democracia. Em causa, estão inscrições de militantes com “moradas que não existem”, “moradas erradas” e “duplas filiações”, entre outros casos.

Li no jornal *Público* que é premente rever o sistema político, a começar pela lei eleitoral, como forma de aproximação entre eleitos e eleitores, opiniões expressas por António Barreto e António Vitorino. Esta tentativa só pode ter êxito se começar pelo exemplo dos partidos. Qualquer eleição interna de um partido dever-se-ia reger pela lei eleitoral vigente para eleições nacionais, autárquicas,

européias e legislativas. Só assim, com total transparência, o comum dos cidadãos percebe e aceita este tipo de eleições. Os partidos são uma associação de cidadãos que pretendem obter o exercício e os benefícios do poder, porém a forma como ascendem na estrutura do seu partido não é, por vezes ou quase sempre, a mais consentânea com princípios democráticos. A política, quer partidária, quer pública, exige o exemplo como mote para se poder acreditar nalguma coisa. Eu militei muito pouco tempo num partido e uma das razões mais fortes para sair foram coisas que vi e que considero abjectas do ponto de vista democrático. Militantes a serem inscritos por atacado (50, 100 novos militantes) em determinada secção, para dar a hegemonia e a vitória a quem o fazia. O pagamento de quotas dessa gente toda. No dia das eleições e mesmo à hora que se votava, receber SMS, estando muitos na fila para votar, a solicitar o voto num candidato. Estar a votar e ter por detrás da mesa de voto a cara de um dos candidatos, publicidade no jornal a dizer votar em A, etc. Estas e outras *nuances*, pressões descabidas e enganosas faziam-se e fazem-se num partido em eleições internas locais para presidir a uma secção, concelhia ou distrital. Sempre combati estas atitudes e estes comportamentos. A democracia começa de baixo para cima, e não de cima para baixo.

Há corrupção, falta de transparência e vitalidade democrática e isso leva a que se olhe com desconfiança, de soslaio, que haja indiferença e desprezo pela política e pelos seus agentes (partidos e dirigentes). Esta é a realidade e não se pode escamotear. O desdém da política, pela falta de compromisso e respeito pelos outros, leva a maioria dos cidadãos a pensar que é uma perda de tempo e que todos os políticos não são confiáveis e são, na maioria, corruptos. Esta atitude cínica a que se chega é perigosa para o futuro da democracia e da liberdade.

O formato convencional de funcionamento dos partidos perdeu presença no tecido social, debilitou os laços com os eleitores e limitou-se a actuar em meios institucionais, olhando sempre para o horizonte eleitoral. Porém, à sua volta, tudo está a mudar. Os grandes partidos perderam funcionalidade, qualidade representativa e são vistos mais como parte do problema do que parte da solução.

O problema de fundo é que os partidos, na sua versão *standard*, são organizações anacrónicas em relação a um modelo de democracia que não se pode limitar a uma versão exígua de representação, mas também não pode tolerar falcatruas e jogos baixos na sua militância. Os cidadãos reclamam mais voz e presença nos assuntos públicos, mas também dentro dos partidos, menos hierarquia e rigidez, mais diálogo e participação, menos *slogans* e meias verdades, mais transparência e eleições limpas.

Neste momento, no PS, a hora é dos militantes e simpatizantes com transparência e correcção para poderem ascender, um dia, ao poder e ao governo. Uma das maiores debilidades da democracia é a distância entre cidadãos e a política, culpa dos dirigentes partidários e da sua forma de actuar dentro deles. As bandeiras de um partido político devem passar por maior transparência, proximidade, informação e representatividade.

Uma das formas de mudar o sistema político não passaria somente pela alteração da lei eleitoral mas pela organização, gestão e funcionamento dos partidos. Só deste modo se recuperaria a confiança dos cidadãos.

ANIMAIS ABANDONADOS

Nesta altura de férias, alguns de nós já terão visto animais abandonados nas ruas, perto das suas casas, quiçá alguns mortos nas estradas e com as tripas de fora.

Em Portugal, quase 30 000 animais foram abandonados o ano passado, tendo vindo a aumentar imenso. O seu número duplicou desde 2008. Os animais são essencialmente cães e gatos e esta estatística é miserável. Há gente sem escrúpulos e canalha. Muitos são pobres e não têm condições para manter os animais mas outros aparentam ser ricos. Os ricos compram um cão para o filho ou para si, porque é chique, logo de seguida atiram-no pela porta fora, porque faz as necessidades dentro de casa e sujaram o sofá. Deste modo, preferem um dia levá-lo a um campo no seu carro faustoso e abandoná-lo na calada da noite. Gente desta espécie nunca deveria ter um cão ou um animal de estimação.

É lamentável fazer o que se faz com um animal indefeso, que nos ama com adoração e que depende de nós, para, num ápice, com aleivosia, deixá-lo num lugar remoto, abandonado à sua sorte. Muitos dos animais, coitados, têm um poder de orientação notável e voltam para o seu dono, mas têm de novo o mesmo destino.

Há vários trabalhos internacionais que demonstram que há uma relação directa entre os maus-tratos ao animal e a criminalidade contra pessoas. Quem maltrata um animal

pode muito bem maltratar um filho, a esposa ou os idosos a seu cargo. E não só: também há uma relação com delitos públicos: sequestro, violação, roubos com violência. Custa pensar que, por detrás de 30 000 animais abandonados, estejam seres humanos que são verdadeiros energúmenos com propensão para este tipo de crimes. É brutal só pensar na ideia. A conclusão que se tira é que quem abandona um animal pode abandonar uma pessoa e infligir-lhe maus tratos.

O diploma que altera o Código Penal, criminalizando os maus-tratos e abandono de animais, vai entrar em vigor e prevê penas de 6 meses de prisão, multa de 60 dias (para quem abandone animais), 1 ano de prisão, multa de 120 dias (para quem maltrate), 2 anos de prisão ou multa de 240 dias (maus-tratos com morte do animal). É pena esta lei entrar em vigor depois das férias (1 de Outubro). Muita dessa gente pensaria duas vezes antes de abandonar e maltratar animais este Verão.

Muitos animais são deixados à porta do canil, porque os donos não têm meios para os manter. Antes disso, o actual dono deveria tentar arranjar um novo dono. Porém, é necessário dar condições aos canis e aos seus trabalhadores para que não haja um abate em massa e se tenha condições para manter os animais vivos.

Esta insensibilidade é uma vergonha nacional. Ouve-se constantemente esta frase cliché, “com o que nos há caído em cima de nós com esta crise, não nos podemos preocupar com animais”. Uma frase absurda e egoísta que demonstra a formação das pessoas.

De certa forma, uma sociedade que maltrata os animais é um claro indicativo do seu nível de desenvolvimento democrático e cívico. Sinceramente, gostava de conhecer essa gente que tem a desfaçatez de fazer mal a animais e desmascará-la publicamente. Eu gostava imenso de ter um cão em minha casa – Serra da Estrela –. Em miúdo, tive

um cão desses em casa dos meus pais. No entanto, como não tenho condições, não tenho, com muita pena minha. Ter um cão requer cuidados redobrados, como higiene, visitas ao veterinário, passeios constantes e local decente para o ter. No fundo, ter um cão é como ter um filho. Mas costumo dizer que, para se nascer, é preciso sorte, para se ser cão também...

SER PROFESSOR PASSOU DE PROFISSÃO DIGNA A HUMILHANTE

Todos os anos é este calvário dos professores sem vínculo à função pública e o atraso na publicação das listas de professores não ter sido feita antes da abertura do ano escolar, que aconteceu no dia 1 de Setembro. Porém, a maioria dos portugueses pensa que o ano escolar começa quando têm de levar os filhos à escola, entre os dias 11 e 15 de Setembro.

Como o contrato destes professores termina no último dia de Agosto, para todos os efeitos estão no desemprego. Deste modo, passam a receber subsídio de desemprego, mas quando forem colocados por vaga, com efeito a 1 de Setembro, têm que devolver o dinheiro. Um absurdo!

A *internet* evitou maiores filas nos centros de desemprego, todo aquele aparato e imagem degradante.

Os professores são, na maioria dos casos, notícia por más razões: ou porque são um bando de malandros, ou andam à procura de emprego. É doloroso ver professores nas filas dos centros de emprego, sentir a ansiedade, o seu cansaço, o desespero e a sua revolta por esta situação. É um sinal de desrespeito, mais um, sobre esta classe vilipendiada e ostracizada ao longo dos anos. Esta incerteza é o pior, associada à má imagem desta classe. Não é bom para os professores, alunos, pais e para quem dirige as escolas no arranque de mais um ano escolar.

Além desta situação, os professores percorrem o país de Norte a Sul para terem um emprego, sem estabilidade profissional, sendo utilizados como carne para canhão. Uma vergonha!

Segundo Mário Nogueira o número de docentes contratados tem vindo a diminuir: em 2011, mais de 13 000, 7600 em 2012, e agora são 5454. A redução deve-se à quebra da natalidade, à entrada no quadro de mais de 2700 docentes e ao ajustamento das contratações às necessidades do sistema.

Li vários depoimentos de professores que desejam abandonar o ensino e concluí: a ineficácia no modelo de avaliação que não valoriza o mérito, a carga burocrática que deixa os professores assoberbados em trabalho, desvalorização na preparação de aulas, a perda brutal da qualidade de vida. Por fim, a actual forma de elaboração de horários obrigou os docentes a ter a seu cargo mais de centena e meia de alunos, por vezes uma dezena de turmas.

Acrescento que as alterações às regras da aposentação e ao estatuto da carreira docente com os cortes temporários passaram a permanentes. No fundo, ser professor passou de profissão digna a humilhante. Os professores são a classe mais maltratada nos últimos anos em que há memória, por outro lado, passam pela fama de terem tudo e mais alguma coisa: bons salários, emprego seguro, muitas férias, boa vida – mas é mentira.

A ausência de perspectivas de carreira, escassas possibilidades de mudança e não saber o que lhes espera em termos de salários é algo frustrante.

Além desta imagem distorcida dos professores, há a acrescentar a desmotivação dos professores. A sua motivação e gosto pela profissão era ainda há uns anos o último resquício da capacidade de termos uma boa educação e ensino nas escolas, com o seu esforço alheio a tudo que se

passava à sua volta. Mas isso está a acabar. Se falar com um professor de meia-idade, ele só fala em reformar-se e vir-se embora. O sonho de ser professor tornou-se num pesadelo com estas políticas de constrangimento às cegas sem olhar a quem.

ESCOLA, EXAMES E PAIS

Uma escola espelha bem o nosso país, a sua forma de funcionar, a sua mentalidade, atitudes e comportamentos. Atira-se sempre para os outros a responsabilidade. Nesta última década, passou-se a vida a denegrir e a humilhar os professores, sendo estes os menos culpados de tudo o que ocorre actualmente no ensino. Evidentemente que há bons e maus professores e, como há cerca de 150 000, há mais maus nesta nobre profissão do que noutras.

A Escola é um local onde deve assentar raias a educação e o ensino. Não é um local para se tomar conta de meninos ou meninas. Não é o local de *baby-sitting*. Os pais, quando decidiram ter os seus filhos, foram incumbidos de uma tarefa nobre – educar e criar os seus filhos até à idade adulta. Essa tarefa é sua e devem cumpri-la escrupulosamente. Os professores também são pais e têm que se arranjar. O que eu acho é que existem em maior quantidade piores pais do que professores.

Muitas vezes fiquei com o meu filho e prejudiquei a minha vida profissional. Quando decidi ser pai, sei o que me esperava e o que tinha que fazer com o meu filho: proteger, acompanhar, educar, orientar, acolitar, guiar e aconselhar.

Infelizmente, uma escola é um local onde todos ralham e ninguém tem razão. Sempre que há uma interrupção de aulas, os pais atiram-se ao ar, porque não têm onde deixar os

seus filhos. A Escola é um local de ensino-aprendizagem e não um armazém de pessoas.

O calendário escolar para este ano termina da seguinte forma:

- Dia 6 de Junho de 2014 – para os alunos do 6º, 9º, 11º e 12º anos;
- Dia 6 e 13 de Junho de 2014, inclusive, – para os alunos do 4º ano;
- Dia 13 de Junho de 2014 – para os alunos do 1º, 2º, 3º, 5º, 7º, 8º e 10º anos;
- Dia 4 de Julho de 2014 – para os alunos dos 4º e 6º anos que venham a ter acompanhamento extraordinário;

Antigamente, as aulas acabavam sempre no início de Junho para se efectuarem os exames da 4ª classe (4º ano), do antigo 2º ano do 2º ciclo (6º ano), do antigo 3º ano do 3º ciclo (9º ano) e antigo 7º ano (equivalente ao 12º ano). Não foi por isso que a aprendizagem foi menos boa e não deixaram de se formar excelentes quadros nas diversas áreas. Esta medida de o Governo acabar as aulas mais cedo é boa, sensata e não sobrecarrega quem está na escola: professores, pessoal não docente, funcionários, etc. Evidentemente que sobra para os pais, mas isso é um problema deles. A Escola não tem obrigação de resolver os problemas das famílias. Pode, sim, ajudar, a orientar e a resolver problemas de comportamento, atitudes e aprendizagem. Onde os filhos devem ficar esse é um problema que diz respeito exclusivamente aos pais.

Vem isto a propósito de se irem realizar, pela primeira vez, os exames do 4º ano e 6º anos em Maio. Esta Segunda-feira, dia 19, são feitas as provas nacionais de Português quer do 4º ano, quer do 6º ano. Na Quarta-feira, é feita a prova de Matemática para o 4º ano e 6º ano. Estas provas foram antecipadas, de modo a existir um período de recuperação,

permitindo aos alunos que revelem dificuldades, depois de um período extra de aulas, repetirem as provas na 2ª fase de exames, a 9 de Julho (Português) e a 14 de Julho (Matemática).

Os pais e os seus representantes consideram que as aulas não deveriam parar nos dias dos exames. Os exames requerem sossego, silêncio e logística, completamente incompatível com o funcionamento normal de aulas para os outros alunos. Por outro lado, apesar de encurtar o período de aulas (2 dias), alegando os pais prejuízo, esquecem-se de que é para permitir uma nova oportunidade de fazerem exame e passarem. No meu tempo, não havia nada disto...

Os pais têm de perceber, de uma vez por todas, que não devem sistematicamente interferir na vida da Escola. Os professores também são pais, assim como o pessoal não docente. Os pais não podem ter filhos e deixar a cargo dos professores os seus filhos.

O Estado deveria, com calma e reflectidamente, criar uma rede de locais de actividades lúdicas e complementares com animadores culturais para terem os filhos dos pais que não podem ficar com eles.

Durante muitos anos, como pai, tirei férias em função do meu filho e não do meu próprio interesse. O Ministério da Educação, a escola, os professores, o pessoal não docente e os pais devem estar unidos e lutarem por uma escola pública melhor e de excelência.

PEDRO PASSOS COELHO E O EXEMPLO

Pedro Passos Coelho tinha e tem uma imagem de seriedade e recato. Não é exibicionista nem com a mania das grandezas. Tenho a noção de que o lugar de Primeiro-Ministro não lhe subiu à cabeça e não se deslumbrou. Um dia, quando estive no Clube dos Pensadores, confidenciou-me que tinha saudades de voltar a conduzir um automóvel e dar uma volta à sua maneira, como quisesse. Algo normal num comum dos cidadãos sem responsabilidades governativas ou partidárias de topo. O problema é que Pedro Passos Coelho está em questão. Uma democracia não pode, num Estado de Direito, ter à sua frente alguém que declara que é deputado em regime de exclusividade e receber por isso um subsídio de reintegração na vida privada, depois de deixar de ser deputado. Todavia, além da remuneração de deputado em regime de exclusividade, terá recebido outras quantias não declaradas.

Para ser sincero, todos os portugueses falam muito, mas é dos outros. Esquecem-se de olhar para o seu umbigo. Qualquer português, no seu íntimo e na sua essência, se puder fugir aos impostos, fá-lo com a maior das facilidades e na primeira oportunidade.

Pedro Passos Coelho não terá fugido à regra. Nesse ponto, compreendo, apesar de censurável na máxima — ninguém deve fugir ao Fisco. Isto é, não declarar às Finanças quantias recebidas.

Porém, a questão de receber um subsídio de reintegração no valor de 60 000 euros, alegando exclusividade, já é mais complicado. O problema que começa a colocar-se aos portugueses é que olham à sua volta e ninguém se safá e todos, ou quase todos, têm rabos-de-palha. Este alegado delito de Pedro Passos Coelho, comparado com outros processos e tramas, é minúsculo e uma gota neste oceano de corrupção que banha Portugal.

É um mau exemplo para os portugueses que, perante mais este facto, já não sabem em quem acreditar. Quando se deixa de acreditar na Democracia, pode começar a acreditar-se noutras coisas.

Estamos no fim desta legislatura e no fim deste Governo. É sina em Portugal o final de um Governo ser uma agonia, deprimente, fastidioso e corruptível. O problema é que, depois de o PS andar à turra e à massa, este Governo estava a reunir as condições para se manter em funções.

À mulher de César não basta ser honesta. Tem de parecer honesta. Não tenho dúvidas de que Pedro Passos Coelho é honesto, mas este deslize pode custar-lhe caro.

A sobrevivência da nossa Democracia passa por uma política de exemplo. Os portugueses já não acreditam em grandes discursos e palavras.

ELEIÇÕES PRIMÁRIAS

As eleições primárias no PS podem considerar-se uma aposta ganha. Mas atendendo às circunstâncias em que se realizaram, António José Seguro espoletou esta iniciativa, numa fuga para a frente, para ganhar tempo, de forma a não ser apeado do poder. Falou em abertura do partido aos cidadãos pensando que eles lhe dariam o seu apoio. Perdeu, porém, há males que vêm por bem.

A novidade funcionou, contudo entre os inscritos: simpatizantes e militantes. Mesmo sem as quotas em dia, houve uma abstenção de cerca de 30%.

Nas eleições internas do PS, em que votam à volta de 30 000 militantes num universo de 90 000 militantes, é muito bom. Votam menos de 50%, com a abstenção a rondar mais de 40 %.

Este processo foi estimulante e a aproximação aos cidadãos louvável. Todavia, este processo já foi efectuado no PS francês e os resultados não me parecem os melhores. Foi eleito François Hollande, homem do partido, em detrimento de outras candidaturas mais capazes.

Seria importante a possibilidade de dar acesso a candidatos não filiados nos partidos, isto é, abrir-se a possibilidade de votar não militantes, mas não se facilita uma candidatura de um simpatizante ou independente.

Estas eleições primárias são uma medida de regeneração e limpeza democrática, mas deveria ser

acompanhada de outro tipo de medidas. Mudança no sistema de nomeações para órgãos institucionais e a elaboração de uma nova lei de partidos que democratiza a sua gestão e funcionamento. Essa nova lei dos partidos deve obrigar todos os partidos a fazerem eleições primárias para designar os seus candidatos e abri-los a simpatizantes ou independentes. Este processo é um pouco cosmético, dá-se com uma mão (permitindo simpatizantes ou qualquer cidadão votar), mas tira-se com a outra, (não permitindo um simpatizante ou independente ser candidato).

É um passo muito tímido, porventura sedutor, mas induz em erro os cidadãos. Os partidos têm medo de perder o controlo sobre este processo, que é a eleição do candidato a Primeiro-Ministro. Pode-se fazer uma leitura contrária à pretendida. Há uma abertura, mas o PS continua a olhar para o seu umbigo. No fundo, as primárias do PS converteram-se num mero *casting* e uma passagem de personagens e sorrisos cativadores.

Nas próximas eleições autárquicas, vai haver primárias para a escolha dos candidatos a presidente de Câmara?

Estas primárias no PS foram tão livres, que os cidadãos as utilizaram para castigar a fraca oposição feita por António José Seguro e os militantes socialistas para chegar de novo ao poder e distribuir lugares. Não foi um voto ideológico mas mais exótico de gente que aproveita para passar facturas.

A política portuguesa só sairá deste lodaçal em que se encontra, se passar pela iniciativa dos cidadãos com mais democracia, menos colonização dos partidos e do aparelho do Estado.

Os cidadãos devem estar atentos e serem mais exigentes com os políticos e as políticas que executam. Se este PS for igual ao que governou antes do governo PSD/CDS, torço o nariz. Acabou o tempo de passar cheques em branco e acreditar no inacreditável!

NOMOFOBIA

Hoje, os telemóveis são mais do que meros telefones móveis. Notícias, agenda, *e-mail*, música, redes sociais são estes pequenos computadores que nos ligam ao mundo e já há quem não saiba viver sem eles.

Nomofobia é o medo de estar incontactável através do telemóvel e alguns estudos revelam que esta fobia afecta cada vez mais pessoas. Eu sou uma pessoa que necessita de andar com telemóvel. Tenho dois: um da rede Vodafone, outro da rede NOS, de forma a poupar dinheiro jogando com os diversos tarifários.

Gosto mais de falar de voz do que enviar SMS, todavia está na moda e é muito mais barato, para não dizer de borla.

Reconheço que não vivo sem telemóvel, porque tenho o hábito de contactar os meus amigos e é um modo simples e prático de estar em linha. E, ajuda muito, por exemplo, num desastre de automóvel, contactar pessoas, a seguradora, etc. Com um telemóvel tem-se a sensação de que se está ligado ao Mundo. Sem ele, está-se um pouco menos informado, mas há quem viva sem telemóvel e nós todos já vivemos sem telemóvel. Mas não estou dependente e não tenho medo de não estar contactável. Às vezes, até dá jeito. O que me irrita são as chamadas anónimas ou, quando ligo, quem recebe a chamada sabendo que sou eu (envio sempre o número), ou não atende, ou não devolve a

chamada logo que possa. Ao princípio, pensei que era falta de educação, mas cheguei à conclusão de que não querem gastar dinheiro. Assim, fica-lhes mais barato, mas também não sabem o que eu queria dizer (risos).

JOVENS: TELEMÓVEL EM VEZ DE CARRO

Os jovens de hoje, uma grande parte sem emprego, podem não ter muita coisa mas tem sempre um *iPhone*. A sua lista de prioridades nada tem a ver com a minha geração. A minha geração aspirava à sua emancipação, libertar-se dos pais, sair de casa e viver sozinhos, mesmo antes de casar e ter um carro. Ter um bom carro era um ícone de afirmação.

Muitos jovens do meu tempo optavam por trabalhar para ter acesso mais cedo ao que pretendiam. Porém, hoje em dia, a nossa juventude, a mais bem preparada da nossa história, prefere ter um computador, um *tablet* ou um telefone inteligente a uma moto ou carro. Vivemos uma época de inteligência sem futuro, mas ao mesmo tempo uma sociedade consumista e banal. Os jovens são capazes de preferir um telemóvel a uma boa companhia.

Mudar esta situação é difícil e está em curso uma revolução cultural. É normal querermos ser felizes, mas não nos podemos cingir à felicidade de comprar. Sente-se uma felicidade, mas é temporal.

No meu tempo de juventude, não tínhamos tantas coisas que comprar, mas tínhamos o hábito de ir ao café conviver e ajudar-nos mutuamente.

Hoje em dia, a sociedade está em mudança e definimo-nos não pelo que fazemos mas pelo que compramos. Nos tempos que correm, Descartes diria “tenho um *iPhone*, logo existo”.

Apesar de os jovens viverem com muitas dificuldades com esta crise que nos assola e nem terem dinheiro para estudar na universidade, têm dinheiro para assistir a concertos e ter um caro telemóvel.

Recentemente, nos Estados Unidos da América, dois jovens morreram afogados ao tentarem salvar o telemóvel que tinha caído ao rio. Isto mostra a escala de valores e do que os jovens gostam. Podem não ter dinheiro para o essencial e artigos de primeira necessidade, mas têm de arranjar dinheiro para ter o seu telemóvel preferido.

De uma coisa os jovens estão certos: é preferível ter um telemóvel do que um carro. Um carro é uma carga de despesas: preço, seguros, impostos, manutenção, gasolina, manutenção, etc. Para os jovens, um telemóvel é um artigo básico de primeira necessidade, para o seu desenvolvimento e comunicação. O jovem de hoje está sempre *on the phone*.

A ODISSEIA PELA TROCA DE TELEMÓVEL

Nos tempos que correm ninguém, ou muito pouca gente, usa um telemóvel para contactar e ser contactado. Eu conheço uma pessoa que não usa telemóvel: o cientista Sobrinho Simões, mas não é por isso que não deixa de estar contactável. Felizmente, ainda existe o telefone fixo.

O telemóvel passou a ser uma ferramenta de primeira necessidade com os inconvenientes que tem a sua falta. Passamos a estar teledependentes. Tinha um telemóvel Nokia Lumia 800, eu sei sou um parolo, porque não tenho um iPhone, mas eu gosto mais do sistema operativo Windows, similar ao que tenho no meu computador. O telemóvel teve um problema na entrada USB e comecei a pensar em trocá-lo por outro.

Como sou cliente Vodafone, pus a hipótese de adquirir um novo telemóvel pela troca de pontos, pois ficaria mais acessível. Assim o fiz. Consultei o portal da Vodafone e liguei para o apoio cliente para ver quantos pontos tinha. Depois de ver os preços dos telemóveis no Clube Viva, optei pela compra *online* de um Nokia Lumia 930. Além de me entregarem gratuitamente o telemóvel em casa, no prazo de dois dias usufruí de um desconto de 10% no seu preço final. Até aqui tudo bem. Como tinha muitos pontos, o telemóvel ficava-me quase por metade

do preço. Contudo, começou a minha aventura cheia de histórias e factos estranhos.

Para comprar, só facilidades, porém o telemóvel tem naturalmente conversas importantes e imagens que são necessárias manter e passar para o novo telemóvel. Por outro lado, ao já ter uma conta Outlook, a passagem dos contactos, sem perda de nenhum, era um sossego e satisfação. Ao falar com o operador, enquanto fazia a compra via *online* e se inseriam os dados, o telemóvel Lumia 930 deixou de estar disponível na plataforma. O operador, muito simpático, ficou atrapalhado e procurou resolver o problema de uma forma profissional e interessada. Disse-me que iria tratar do assunto e mandou-me ir a uma loja oficial Vodafone, que estava lá reservado o meu telemóvel.

Quando cheguei à referida loja, o preço do telemóvel estava com mais 10% que o valor acordado, isto é, não tinha o preço simpático via *online*. Eu pergunto: que culpa tem um cliente, enquanto se processam os dados para efectuar a compra do telemóvel e este deixa de estar disponível? Dirão: “Tiveste azar!” Certo! Mas esse problema não pode ser imputado a quem compra. Se está disponível e depois não está, o que há a fazer foi o que fez o operador. Para satisfazer o cliente, mandou-o ir buscar a uma loja oficial.

Comecei-me a rir, porque deviam de estar a brincar comigo. Tive que gastar o meu tempo, gasolina e ainda iria pagar mais pelo referido telemóvel. Pedi o livro de reclamações e mandei chamar o responsável pela loja, mostrando a minha indignação e argumentando com factos. O referido responsável pela loja, inicialmente, mostrou-se relutante e manteve o preço. Pela minha insistência e que iria fazer uma reclamação fundamentada por escrito, acedeu, de uma forma inteligente. Contornou o problema, depois de efectuar várias diligências e lá me vendeu o telemóvel pelo preço acordado.

Sou cliente Vodafone, gosto da Vodafone e vou continuar a ser cliente Vodafone, até um dia. Finalmente, disse para os meus botões que tudo estava resolvido. Pedi naturalmente para me passarem os dados do telemóvel antigo para o novo. Retorquiu o operador:

– Isso tem um custo.

– Então, isso não é de borla? Quanto custa? – Perguntei.

Resposta pronta:

– Tem de marcar um dia para o fazer. Passagem de contactos: 5€, passagem de imagens e conversas: 25€.

Dei uma gargalhada perante este absurdo. Como dizia Eça de Queirós, “o melhor perante tanta estupidez, a única crítica é a gargalhada”. Sou cliente Vodafone com um tarifário contratual, no fundo, um bom cliente e ainda tenho que pagar para continuar cliente. Somente mudei de equipamento!

Lamento ter que dizer, mas as operadoras de telecomunicações vêm nos clientes um filão de caça ao dinheiro e usurpação sem a menor contemplação.

Decidi ir à Nokia que me fez o que eu precisava de forma gratuita. Mas não deixei de perder tempo, dinheiro para o fazer e incomodar-me. Vá lá, que ainda penso...

RESCISÕES DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS: À ATENÇÃO DO GOVERNO

Fala-se constantemente de que há funcionários públicos a mais no Estado, que é preciso o Estado gastar menos e ter menos despesas com pessoal. Todavia, quando um cidadão vai a uma repartição de Finanças, ao Hospital ou a uma Escola, só sabe reclamar, reivindicar e pôr em causa os serviços, sem saber as condições em que trabalham as referidas pessoas nesse local, nesse departamento, nessa secção...

Houve já vários planos de rescisões de pessoal da função pública, para professores, operacionais, técnicos superiores, entre outros. Está a decorrer um para funcionários da administração local nas câmaras municipais, etc. Seria da mais elementar justiça o Governo rever as condições de rescisões dos funcionários, tendo em conta que o pressuposto para a idade de reforma aumentou um ano: passou de 65 para 66 anos.

Alguns esclarecimentos importantes:

- O funcionário que aderir ao Programa pode solicitar a aposentação ou reforma quando atingir a idade legal, aplicável no momento em que reunir as respectivas condições (66 anos), mas não quer dizer que até lá não possa aumentar a idade de reforma;

- O funcionário que aderir ao Programa pode solicitar a aposentação, quando atingir a idade legal, e não a aposentação

antecipada. O funcionário cessa a relação jurídica de emprego público e não mantém a qualidade de subscritor da Caixa Geral de Aposentações, condição para solicitar aposentação antecipada;

- O funcionário que aderir ao Programa perde a qualidade de subscritor da CGA, pelo que não pode manter os respectivos descontos;

- Por outro lado, mantém o direito à manutenção da inscrição na ADSE, nos termos a definir por diploma. Do referido diploma, resulta que a manutenção da inscrição está dependente do pagamento do mesmo montante que qualquer trabalhador em funções públicas, tendo por referência a remuneração auferida no mês anterior à data de cessação de funções;

- Na rescisão, não há lugar a atribuição de subsídio de desemprego, quer para funcionários públicos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, quer para funcionários públicos abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social;

- A celebração do acordo de rescisão previsto no artigo 255º, e seguintes, do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, na redacção vigente, não configura uma situação de desemprego involuntário caracterizável nos termos do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro;

- Às situações em apreço é aplicável o disposto no Código do IRS. De onde resulta, como regra geral, que o trabalhador que rescindir o contrato de trabalho, apenas terá que pagar IRS sobre o valor da diferença entre a compensação recebida e a compensação que receberia, caso a regra a aplicar fosse de um salário (remuneração-base mais suplementos regulares) por cada ano de antiguidade. Para mais informações, consultar a alínea e) do n.º 3 e os nos 4 a 7 do artigo 2º do Código do IRS.

Nas rescisões, existem três escalões de compensação no processo de rescisões amigáveis: para funcionários até 50 anos, uma indemnização de 1,5 meses de remuneração-base por cada ano de serviço. Para funcionários entre 50 e 54 anos, é oferecido 1,25 meses de remuneração-base por cada ano de serviço. Para quem tem entre 55 e 59 anos, uma proposta de um mês de remuneração-base por cada ano de serviço.

O que proponho é o aumento do coeficiente de cálculo compensatório sobre a remuneração-base, tendo em conta o aumento de um ano para a idade da reforma legal. Isto é, funcionários com menos de 50 anos poderem rescindir com 1,75 meses da remuneração-base (aumento de 0,25); funcionários entre 50 e 54 anos poderem rescindir com 1,50 meses da remuneração-base (aumento de 0,25) e, por fim, funcionários com mais de 55 anos poderem rescindir com 1,25 (aumento de 0,25).

Seria mais aliciante e permitiria ao funcionário ter uma almofada financeira até se poder reformar. Esta seria a minha sugestão e faria com que os funcionários públicos mais velhos, que estão perto dos 60 anos, viessem embora e dessem lugar aos mais novos.

A FALTA DE CREDIBILIDADE DA VIDA PÚBLICA

A nossa democracia não é fruto da improvisação, mas da vontade expressa pelo povo português de constituir Portugal num Estado social e democrático de direito inspirado nos princípios de liberdade, igualdade, justiça e pluralismo, em que todos os cidadãos e instituições estão submetidos, por igual, perante a lei.

Contudo a discórdia, a divisão, os casos de corrupção, a falta de respeito e observação destas normas têm debilitado a nossa democracia. Não há a garantia necessária de que todos os portugueses sejam iguais perante a lei, possam exercer os seus direitos e para que a nossa vida colectiva funcione normalmente e ordeiramente e que se sinta que há ordem, respeito e civismo.

Os portugueses estão muito preocupados com o estado da democracia e reagem de diferentes formas. Uns já deitaram a toalha ao chão, a grande maioria não quer saber – não vota a abstenção grassa. Outros formam novos partidos e muita gente apoia, outros protestam nas ruas, outros votam no anti-sistema, etc.

A sociedade precisa de normas morais, de admirar e respeitar quem o merece. É preciso elogiar o enorme sacrifício e esforço dos portugueses para superarem esta crise económica. O exemplo de muitos cidadãos que demonstram admirável capacidade de esforço e sacrifício neste tempo de

desencanto, pessimismo e desconfiança. Muitos portugueses têm enfrentado, com coragem, a adversidade e demonstrado uma capacidade de sacrifício fora do comum. São milhares de portugueses que todos os dias lutam para seguir em frente, com honestidade, com tenacidade, com valentia e com humildade. Estas pessoas é que fazem de Portugal uma nação onde vale a pena viver e onde vale a pena lutar.

Há uma grande vontade de querer acreditar nas instituições, mas a frustração dos portugueses é enorme pelos péssimos exemplos da vida pública. Não sabem como mudar este saque público a que estivemos e estamos sujeitos ao longo dos anos.

Serão os partidos capazes de se regenerarem a si mesmos, antes que possam ser varridos do mapa eleitoral? Não sei. Veja-se as últimas sondagens em Espanha. O que vejo é uma aparente preocupação com a abstenção em plenas eleições, mas deixando passar a onda esquecem. Outras vezes, ficam-se pela cosmética das aparências e lavam somente a cara, não chegando ao fundo da questão. Por exemplo, haver eleições primárias para Primeiro-Ministro num partido aberto a simpatizantes, mas não permitem que um simpatizante possa concorrer. Por outro lado, não abrem as eleições primárias a simpatizantes para a escolha dos candidatos a presidente de Câmara.

Os partidos sabem que têm que fazer algo, mas estão sempre em compasso de espera para ver no que dá e procuram ganhar tempo para mudar o menos possível. Andam sempre a reboque, nunca por sua iniciativa. É imprescindível não pactuar com a corrupção dentro dos partidos e fora deles e modificar as normas do seu financiamento, tornando-as claras, transparentes e sérias.

Todavia, o rei vai nu, por falta de vontade, por impotência, falta de qualidade intelectual dos seus dirigentes e puro clientelismo. Os que regem as instituições cobrem-

-se uns aos outros, incumprem leis, burlam os controlos e enganam-nos. Qualquer tentativa de regeneração tropeça, logo à partida, na falta de credibilidade que é o seu obstáculo maior.

As pessoas dos partidos que deixaram chegar o sistema a este estado não podem ser elas a regenerar e melhorar o sistema político. A sua credibilidade está perdida. Os principais partidos, pouco a pouco, tomaram conta de tudo o que é poder, procurando estender o seu poder ao controlo dos órgãos encarregados de fiscalizar e julgar. O sistema político precisa de válvulas de segurança, de mecanismos de controlo e auto-regulação. A legitimidade do voto tem um papel fundamental em democracia, mas não lhe dá o direito de influenciar e interferir noutras áreas.

A nossa democracia, ao longo das últimas décadas, foi frequentada por um bando de saqueadores (nem todos) que funcionou como uma bomba ao retardador que nos estalou na nossa frente. É necessário um controlo efectivo, dar explicações e erradicar a impunidade. É fundamental prestar contas à sociedade. A arbitrariedade, a corrupção e negócios escuros têm de ser banidos.

Os partidos têm de ceder parte do seu poder à sociedade, abrir as suas portas e janelas para quem quer entrar e perceber, de forma detalhada e perceptível, o que é feito.

Se não o fizerem, o preço a pagar será altíssimo, o barco da democracia pode encalhar e destruir-se nas rochas.

Os partidos fazem-me lembrar um velho anúncio na escolha da cor de um automóvel, em que se pode escolher todas as cores, desde que seja preto. Isto é, os partidos deixam decidir, desde que se vá ao encontro das suas pretensões e que esteja já previamente decidido.

George Orwel dizia: "Ver o que se tem na nossa frente exige uma luta contínua". As coisas como estão vão levar

ao desastre e ao bloqueio da vida pública por este sistema político caduco.

A hora é da regeneração da democracia e a despolitização das instituições públicas a começar pela Justiça. O sistema político tem que saber regenerar-se para evitar o descrédito total e evitar que fique nas mãos do anti-sistema ou do populismo.

CREDIBILIZAR O REGIME

Uma das formas de inverter esta situação é haver controlos efectivos e evitar a todo o custo a opacidade que permite não dar explicações e actuar com impunidade.

Portugal ainda está a tempo de contornar o perigo da total partidocracia e a consequente regeneração da democracia e dos partidos para restaurar a confiança dos cidadãos.

O nosso sistema político é caracterizado por um semi-presidencialismo, em que os governos de maioria absoluta ou em coligação se alternam na chefia do governo, ora o PS, ora o PSD, em que há uma primazia do executivo sobre o legislativo e os seus líderes indicam juizes para o Tribunal Constitucional, Tribunal de Contas, nomeiam o presidente do Banco de Portugal e chefias de todos os organismos reguladores e fiscalização do Estado, entre outros, além de influenciar as cúpulas do poder judicial.

Uma das vias possíveis para a democracia sobreviver e devolver alguma confiança aos cidadãos será aplicar controlos institucionais que impeçam a impunidade, a arbitrariedade, a corrupção, os enganos e a insegurança jurídica.

O Presidente do Tribunal de Contas é nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Governo. O Procurador-Geral da República é também nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Governo. O

Presidente da República nomeia cinco membros do Conselho de Estado e dois vogais do Conselho Superior de Magistratura. O Provedor de Justiça é nomeado pela Assembleia da República.

Em Portugal, há várias categorias de tribunais. Além do Tribunal Constitucional existem as seguintes categorias de tribunais: o Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais judiciais de primeira e segunda instância; o Supremo Tribunal Administrativo e os demais tribunais administrativos e fiscais; o Tribunal de Contas; podendo existir tribunais marítimos, tribunais arbitrais e julgados da paz.

O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça é eleito pelos respectivos juizes, todavia, o Conselho Superior da Magistratura é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e composto pelos seguintes vogais: dois designados pelo Presidente da República, sete eleitos pela Assembleia da República e sete eleitos pelos juizes.

O Ministério Público, ao qual compete representar o Estado e defender os interesses que a lei determina, também tem a interferência nas suas nomeações. A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público que é presidida pelo Procurador-Geral da República nomeado pelo poder vigente e compreende o Conselho Superior do Ministério Público que inclui membros eleitos pela Assembleia da República e membros entre si eleitos pelos magistrados do Ministério Público.

Por fim, o Tribunal Constitucional é composto por treze juizes, sendo dez designados pela Assembleia da República e três cooptados por estes.

Com estes exemplos, fica clara a interferência do poder nos tribunais. Os tribunais e respectivas chefias deveriam ser eleitas e escolhidas pelos seus pares sem interferência exterior e de nenhum poder.

Outra razão para a falta de transparência é a ECFP (Entidade de Contas e Financiamento de Partidos) limitar-

-se a apontar irregularidades nas campanhas eleitorais dos partidos, muitas vezes fora do tempo e sem efeitos práticos, limitando-se os partidos a pagar multas irrisórias nos montantes em causa.

Uma das formas correctas seria restringir os donativos de empresas e incentivar o auto-financiamento dos partidos. Apresentar as contas das respectivas campanhas eleitorais em tempo real. Se essas contas tivessem erros grosseiros, os eleitos desses partidos não poderiam tomar posse. As contas devem ser detalhadas e do conhecimento público.

Um partido político democrático não pode contemporizar com a corrupção, nem tratar de se confundir com o Estado e pensar que está acima da lei. Os partidos têm que ceder parte do seu poder à sociedade e serem uma pessoa de bem.

Além dos tribunais, a Administração Pública não deve ser um feudo de distribuição de lugares por quem tem cartão de militante ou amigos, mas deveria ser profissional e meritocrática, de modo a que não haja a possibilidade de nomeações e separações discricionárias.

CARGO PÚBLICO: CÓDIGO DE CONDUTA

A conduta para quem exerce um cargo público, pois maneja dinheiro dos contribuintes, deve ser orientada por muito sentido de responsabilidade e ponderação nas suas decisões. Goza de uma posição de poder e influência enorme. Entre muitas, uma delas é não favorecer um filho, a esposa, o seu pai ou mãe, um irmão, cunhado ou outra família.

Se, porventura, pode ter influência na decisão de alguém de família, deve-o comunicar às autoridades competentes e pedir escusa nessa decisão. Deve abster-se de opinar, influenciar a favor ou contra, possível ajuda de qualquer tipo: emprego, subsídio, contrato, etc. Assim deve ser uma dessas regras de conduta. Muitas vezes, as pessoas de família saem prejudicadas, mas não pode haver dúvidas de que se foi favorecido por laços familiares ou por serem muito próximos.

A tendência na política portuguesa é exactamente a contrária: colocar cônjuges e raízes, caules e folhas. A árvore fica completa com a família toda.

É humano querer-se o melhor para a família, mas altamente reprovável em termos públicos. Entregam-se empresas públicas a colegas do liceu e aos seus correligionários de partido. Por outro lado, parecem uma placa giratória saindo do governo para as empresas com

quem o Estado tinha contratos e interesses públicos e vice-versa.

Há inúmeros casos que me abstenho de citar, mas quem anda atento à vida política sabe muito bem do que falo. Os escolhidos são os medíocres, ineptos, que têm, na maioria, falta de mérito para desempenhar um cargo para o qual foram escolhidos. A corrupção, o nepotismo e o “amiguismo” vencem. A honestidade, excelência e mérito são piadas para esta gentalha e ralé.

Infelizmente, a vida pública, tirando raras exceções, é dominada por este peixe miúdo, sucatas, detritos e lixo.

É pena! “Eles” funcionam como se tudo fosse normal, mas pode ser que um dia “o normal” passe “a anormal”. Já faltou mais...

À PORTA DE UM NOVO MODELO POLÍTICO

O modelo institucional e político que se sustenta sobre os partidos hegemónicos (PSD e PS), que se alternam no poder com distintas maiorias, está posto em questão e ameaçado. O último governo já foi constituído em coligação (PSD e PP). Muito dificilmente no futuro terão uma maioria absoluta de um só partido.

O desgaste do PSD e PS, assolado pelas diversas crises políticas e agora crise económica, obrigará a pactos com vários partidos com assento parlamentar. Se este clima social se mantém, estamos à porta de um novo modelo político, aproveitando a falta de liderança do PSD, PS, a quem os portugueses vêem como os principais responsáveis pela crise, pois conduziram os destinos do país pós-Abril. E, por outro lado, um Presidente ausente e agarrado a uma interpretação da Constituição que lhe permite sacudir a água do capote, desresponsabiliza-se pelo que vê à sua volta.

No futuro, vários partidos podem somar, em votos, o que outrora era conseguido pelo PSD e PS.

Repare-se nas recentes sondagens: o PS não logra ter maioria, mas junto com o PCP e BE tem uma ampla maioria.

Estamos no princípio de uma nova democracia constitucional com a pulverização dos votos por diversos partidos exigentes ou o aparecimento de novas forças políticas.

Não tenho dúvidas de que as próximas eleições legislativas serão propícias para castigar os partidos maioritários. Os portugueses não querem o PSD, mas não se esquecem do que fez o PS. Deste modo, os portugueses sabem o que não querem, mas ainda não sabem o que querem, isto é, dar o voto a outros partidos ou a novas forças políticas que apareçam, sem ser o PS ou o PSD.

O clima político da nossa sociedade caracteriza-se por um profundo e extenso desapego dos cidadãos no que concerne à vida pública. As severas críticas dos cidadãos são dirigidas fundamentalmente aos actuais protagonistas da vida pública (partidos e representantes políticos), sem esquecer os seus antecessores.

Deste modo, não se vislumbra, no nosso horizonte – pelo menos por agora – a probabilidade de um *tsunami* anti-sistema e anti-político que arrasasse o actual estado de coisas, mas há sinais de alguma mudança.

O que os portugueses reclamam é outro estilo e modo de exercer a política: menos arrogância e menos autismo, nos partidos e seus dirigentes. Mais sensibilidade sobre os problemas reais, menos antolhos ideológicos, mais abertura e transparência, sobretudo mais capacidade de fazer pactos e consensos em questões essenciais que não deveriam reabrir-se ciclicamente sempre que há uma mudança de cor política, com a chegada de um novo Governo.

Perante o actual desastre da vida política e a imagem de incapacidade de resolver os problemas, sem soluções e encontrar remédio, muitos cidadãos inclinam-se para abstenção, voto em branco, voto nulo, mas começam a pensar em votar noutras forças políticas.

Actualmente, o sentimento que existe sobre a nossa democracia é espelhado na frase do historiador Richard Hofstadter: “um equilíbrio harmónico de frustrações mútuas”. Queremos viver numa democracia, mas não nesta.

Por outro lado, os movimentos inspiram simpatia e confiança, as pessoas acham que têm razão nas coisas que dizem e porque protestam. Estão a influenciar a vida política e os partidos que querem recuperar a simpatia dos cidadãos.

Muitos movimentos de protesto trouxeram para o debate político: crítica ao sistema financeiro, crítica ao sistema político, desemprego, emprego para jovens, pensões, serviço público, emagrecimento de estruturas públicas, papel do Presidente da República, entre outras.

A ideia de um caldo de cultivo notável pode levar a opções distintas das actuais. A falta de expectativas de muitos cidadãos, principalmente jovens, podem levar a um novo modelo político.

As pessoas estão saturadas de injustiças, indignadas e ressentidas perante a corrupção, a codícia, os cortes e o espectáculo lamentável dado pela política e pelos políticos.

Paciência é o que os portugueses mais têm tido e esgota-se quando não há grandes doses de exemplaridade moral e pessoal.

A regeneração da nossa democracia está na ordem do dia, pelo crescente desagrado pela política tradicional.

NÃO ME CANSO DE PENSAR, A PROPÓSITO DE JOSÉ SÓCRATES

Não me canso de pensar, a propósito de José Sócrates, na história do povo português, um povo inocente e que com o 25 de Abril pensava que a democracia e eleições livres haveria um futuro mais humano, igualitário e profícuo. Nesse ano de 1974, eu tinha 17 anos e fui na onda da mudança e de que as coisas iriam melhorar. Porém, este povo português está a descobrir aos poucos, tendo em conta as infundáveis “brincas” e “casos” que vivemos num regime que nos enganou e está completamente estafado.

Tudo isto aconteceu nas costas deste povo qualificado de inocente, ingénuo, desinformado e desligado.

São tantos os casos. Vou só citar os mais recentes: Monte Branco, Furacão, Portucale, Apito Dourado, Face Oculta, BPN, Remédio Santo, BES, vistos “gold” e, agora, o caso de José Sócrates.

Não tenho dúvidas de que grande parte dos nossos governantes, autarcas e gestores públicos favoreceram familiares e amigos em contratos, lugares de nomeação, etc. E, se puderem, desviam dinheiros públicos. Isso aconteceu sempre com a conivência de um povo cuja inocência o tornava cego e não conseguia ver o que se estava a passar. Finalmente, parece que o povo português começa a arregalar os olhos e ver que foi enganado durante quarenta anos.

Esta é a história triste e comovente de um povo que se libertou de uma ditadura, mas ficou colado a uma casta de gente sem escrúpulos, muita da aldeia, que chegou a Lisboa e tornou-se snob e convencida de que poderia fazer tudo e mais alguma coisa e que tudo lhes passaria por baixo, saindo incólume. Parece uma doença circunscrita a um número determinado de pessoas que manchou com os seus actos, comportamentos e atitudes, a reputação da democracia e de uma nação.

O certo é que há uma quantidade assombrosa de dinheiro desviado por quem, na maioria dos casos, pregava a honradez e se autoproclamava um exemplo de massas. Como foi possível este povo ser enganado tantos anos? A raiva que sentimos hoje é aliada de uma consciência acrílica de premiar com o voto os responsáveis de tal monstruosidade. Os políticos sempre acharam que os erros dos seus correligionários eram menores do que os do adversário e sempre sacudiram as suas responsabilidades.

Com este tipo de abusos, muitos enriqueceram, enquanto outros perderam as suas economias, o seu trabalho, o seu poder de compra e, o mais importante, a sua dignidade e um futuro de vida.

Parece que estamos condenados à adulação, ao silêncio, ao medo e a obedecer.

Nunca me coloquei no lado de aceitar tudo sem perceber e pedir que me expliquem. É um direito querer saber o que se vai fazer. Isto de ser cidadão informado e atento dá muito trabalho...

PORTUGAL: OUTROS CAMINHOS

Portugal vive sob protectorado, frase de Pacheco Pereira, usada amiúde por Paulo Portas. A *troika* funciona como testa-de-ferro. É necessário abrir a política à sociedade. As pessoas querem participar mais activamente, dar a sua opinião sobre o seu futuro e o do país. As pessoas querem fazer parte de um novo tempo e exigem abertura de quem nos governa. Vivemos novos tempos, reptos e desafios.

Cumpriram-se dois anos de governo PSD/CDS e parece uma eternidade. Considero-me um homem normal e estou convencido de que não sou o único a quem causa perplexidade este período em que se aplicou cortes em tudo. Todavia, a deterioração na saúde, educação, segurança social é o mais preocupante. A carga fiscal nunca foi tão alta e este Governo impulsionou a maior subida de impostos de que há memória.

A perplexidade deve-se à constatação: como é possível todos estes cortes brutais, diria saque, e não servirem de nada? O défice melhorou pouco, mas a dívida pública piorou. A falência de empresas segue em catadupa, as lojas comerciais encerram, o consumo está pelas ruas da amargura e o desemprego é enorme. Para onde vai todo este dinheiro dos cortes salariais e dos impostos? Por que motivo não se gasta parte desse dinheiro a servir os cidadãos? Por que motivo nada está a surtir efeito?

A decepção e o desencanto com a política, as instituições e os partidos que as suportam são enormes. Esta

crise está a servir para aumentar o desemprego e marginalizar amplas camadas da população, especialmente a mais frágil e fraca.

O Governo não cumpre promessas de cortes nos consumos intermédios: prometeu reduzir a despesa nos ministérios, no que diz respeito ao seu funcionamento, não incluindo gastos com salários e pensões dos seus funcionários. Anunciou cortes de 854 milhões. Porém, a despesa continua a crescer. Quando quem pede cortes aos outros não dá o exemplo, é muito difícil chegar-se a algum lado. A aquisição de bens e serviços é um sorvedouro do Estado e tem que se lhe pôr fim. Como diz Luís Valadares Tavares, “poupa-se na despesa com o pessoal, mas o funcionamento com a máquina do Estado, as quais incluem despesas com pessoal na administração central (ministérios), despesa com aquisições de bens e serviços e despesas de investimento (obras públicas, etc.), em vez de diminuir, ainda aumentou”.

A política faz-se de exemplos. Quem manda e governa deve dar o exemplo, de preferência, superior ou igual ao que é pedido. Os portugueses precisam de recuperar a confiança e unidade perante a crise. Os portugueses têm-na enfrentado com coragem e demonstrado uma capacidade de sacrifício notável. Deveríamos todos remar para o mesmo lado por cima de tensões, desencontros e discrepâncias.

O presente é negro e ameaça o futuro. Os portugueses inúmeras vezes mostraram, no passado, capacidade de se sobrepor às dificuldades e fazer frente ao pessimismo, à frustração e à desconfiança que afectam hoje a maioria dos portugueses.

A solução dos problemas em Portugal começa pela atitude dos seus cidadãos, mas também pela atitude dos seus governantes. Há milhões de portugueses que lutam todos os dias, para chegar ao fim do mês com muito esforço, com

honestidade, valentia e humildade. Não podemos nunca mais cair em erros e excessos inadmissíveis.

A contrapor a estas adversidades é ter o sentido do dever e ser responsável. Vivemos tempos de colaboração, de união e de implicação de todos. Porém, o que a política portuguesa nos mostra é a desunião, desavenças e divergências, por vezes insanáveis.

O problema na política portuguesa é que os partidos sobrepõem os seus interesses partidários aos interesses do seu país, aos interesses dos partidos e os dos seus líderes parecem eternos e perpétuos.

Como dizia Sá Carneiro, “os portugueses têm o direito de saber, naturalmente, para onde vamos e quando chegaremos. Ou seja, têm o direito de exigir aos políticos que se entre no caminho da resolução efectiva dos problemas nacionais, sem o oportunismo de novas políticas de pura conveniência partidária ou pessoal”.

Nesta hora em que a actividade política está tão desprestigiada, é o momento de dar um passo em frente, com decisão e galhardia, para recuperar o exercício da política como um instrumento útil a favor dos cidadãos. Infelizmente, os partidos fazem parte do problema, e não da solução. Como refere Lula da Silva, “a política, nos momentos difíceis, deve reunir as pessoas competentes para tomar decisões em comum”.

ESTOU FARTO!

Com a idade, estou a ficar sem paciência. Estou farto! Não tenho pachorra para aturar determinado tipo de pessoas e situações que julgo serem uma perda de tempo. No fundo, estou a tornar-me um pouco autista e egoísta. Autista, porque prefiro, muitas vezes, estar sozinho no meu mundo do que ser incomodado por outras pessoas. Egoísta, porque não estou a para perder tempo com minudências e “gentinha”.

Nada tem a ver com snobismo ou pedantismo, mas com os meus 57 anos, pois já não vivo outro tanto. Quero aproveitar o tempo que me resta. Daí ser selectivo nas minhas relações e escolher muito bem com quem estou, para onde vou e com quem vou.

Estou farto! Não tenho paciência para tentar agradar ou fazer novos amigos. Apresento-me tal e qual como sou, sem procurar ser simpático ou hipócrita. Não estou minimamente preocupado com o que os outros pensam de mim, do que sou, como sou, e o que faço. Era o que faltava tentar “comprar amigos” nesta altura da minha vida!

Algumas pessoas acham-me antipático e dizem: “Lá vem ele”, “Tem a mania”, “Há coisas que não se podem dizer”, “És agressivo”, etc. Quero lá saber do que dizem! Pois bem, eu limito-me a querer ser feliz e, para isso, não tenho que me dar com toda a gente. Aliás, acho que é assim que as pessoas se distinguem. Não sou ninguém ou tenho

pretensão a sê-lo, mas quero fazer o que gosto, estar com quem gosto e com quem gosta de mim verdadeiramente. No fundo, quero ser feliz e viver em paz à minha maneira.

Não tolero novos-ricos, mas também não tenho paciência para antigos-ricos que vivem de um passado que já não existe e vivem de um nome que nada vale. Não tolero novos-ricos intelectuais que, por tirarem um curso, se julgam mais do que quem não tem uma licenciatura (estou à vontade, sou licenciado em Biologia), assim como professores da Universidade se julgam num púlpito e de casta superior.

Estou farto! Não tenho paciência para alguns políticos: deputados, ministros, presidentes de câmara, presidentes de junta, em que o poder lhes subiu à cabeça, deslumbrando-se com o dinheiro de todos nós, esquecendo-se de que qualquer cargo ou posição é efémero. As pessoas valem pelo que são e não por cargos ou lugares que ocupam, muitos deles à custa de muito rastejar, o que, para mim, é insuportável e indigno. Muito pouca gente está num lugar ou cargo pelo mérito e pelo seu valor. As pessoas com mais valor e mais importantes estão em casa, pois não estão para se incomodarem e serem escolhidas ou avaliadas por gente medíocre sem escrúpulos.

Estou farto! Não tenho paciência para gente mal-educada, provinciana, inculta e mentirosa. Gosto de gente educada, correcta, séria e honesta.

Convivo mal com a inveja, a coscuvilhice e os contos e ditos no local de trabalho. Detesto pessoas que se julgam mais do que os outros, sempre de dedo em riste para os outros, sem se verem ao espelho. Detesto beatices e graxistas. Estou farto! Já não tenho paciência e idade para aturar estes bacocos, neste país que não passa da mediania e é acéfalo. A paciência, calma, serenidade e tranquilidade perdia para com este tipo de gente. Não há pachorra! Estou farto!

Não suporto, com resignação, a maldade, as injúrias, as importunações. Não tenho estofo para este tipo de jogo.

Congratulo-me e louvo a coragem de escrever este texto, passe a jactância, sem medo, de forma livre e sincera, ao contrário, de quem é cobarde, seguidista e eunuco.

JUSTIÇA E MEIOS

A denúncia em abaixo-assinado pela falta de meios para investigar a corrupção entregue à ministra da Justiça deve ser analisada e escutada atentamente. É preocupante querer-se investigar algo sem meios e condições. Meios humanos já se percebeu que temos e bons, mas não chegam. Apesar da crise, há prioridades e é importante dotar os inspectores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ, de condições para fazerem o seu trabalho.

A falta de meios debilita a sua acção perante crimes de corrupção. Os inspectores alertam para a falta de equipamentos informáticos, que estão desactualizados, automóveis sem condições e falta de recursos humanos.

Todos sabemos que a criminalidade económica tem muito dinheiro ilícito e esse dinheiro permite ter meios sofisticados e avançados muito superiores a quem combate este tipo de crimes. Por outro lado, viaturas com muitos anos e muitos quilómetros não asseguram níveis de segurança e fiabilidade.

Não se pode investigar milhões com migalhas e parques tostões. Há aspectos operacionais em determinadas acções que exigem meios, isto é, verbas para que se crie essas condições. De outro modo, quem comete crimes de colarinho branco fica-se a rir das acções desenvolvidas pela polícia.

Não tenho dúvidas de que, apesar da contenção orçamental, a Ministra Paula Teixeira da Cruz será sensível a

estas reivindicações e escutá-las-á atentamente, procurando resolver o problema. Mal vai um país com um nível de corrupção alto e não ter meios para o combater! Isso é a melhor notícia para quem quer cometer este tipo de crimes: sentir-se seguro e à vontade para o fazer.

Os portugueses, depois do que se tem passado nos últimos anos, querem um combate eficaz à corrupção, porém notícias deste tipo não os deixam tranquilos. É necessário combater este clima criado de intocabilidade a raiar a displicência e o encolher dos ombros. É preciso pôr fim à corrosão do Estado e ao esbanjamento de dinheiros públicos. “Não se pode investigar milhões com migalhas e parques tostões.” Por outro lado, é importante que quem comete crime por fraude fiscal, corrupção, branqueamento de capitais ou peculato, pense que pode ser punido severamente e que as autoridades estão atentas.

A criminalização do enriquecimento ilícito é um passo importante, pela qual a Ministra da Justiça tem lutado, mas, para isso, o PSD e PS têm que se entender para a sua aprovação. Desta forma, o combate à corrupção será mais eficiente, mas parece que não interessa a muita gente.

Os portugueses têm sido muito prejudicados por todos estes crimes financeiros. A justiça deve defender os seus interesses. A forma de restabelecer a confiança dos portugueses é a detecção destes crimes, os culpados serem condenados e se procure recuperar o dinheiro.

FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS E CAMPANHAS ELEITORAIS

Uma das formas de se recuperar a confiança dos cidadãos será a alteração do financiamento dos partidos políticos. Como costume dizer, a nossa democracia fica muita cara aos cidadãos. Como se vê pela abstenção, a maioria dos cidadãos não se revê nos partidos e desconfia de contas aldrabadas e corruptas.

Vem isto a propósito da campanha eleitoral para a Presidência da República levada a cabo por Manuel Alegre, pessoa que reconheço idónea e impoluta. Como a campanha não decorreu da melhor forma, ficando muito aquém dos objectivos traçados, Manuel Alegre terminou a campanha para as eleições presidenciais de 2011 com uma dívida de 422 mil euros para pagar e só o conseguiu fazer graças a uma conta solidária, que arrecadou metade do valor, e ao PS, que pagou o resto.

Este desfecho foi revelado pelo Tribunal Constitucional que diz que não há informação sobre como foram feitos esses pagamentos e que a lei eleitoral tem um buraco na legislação que a impede de controlar quem dá dinheiro aos candidatos, no caso de estes ficarem com dívidas.

Caso haja lucro, os candidatos são obrigados a devolver o excedente ao Estado. Caso haja prejuízo, a responsabilidade cabe ao mandatário financeiro e ao candidato e não há mais relação nem com a Assembleia da

República (que paga as subvenções) nem com o Tribunal Constitucional (que não pode fiscalizar além campanha). Na primeira candidatura presidencial de Manuel Alegre, em 2006, houve lucro pela enorme votação e o excedente foi entregue ao Estado.

A questão que se põe será alterar a lei do financiamento para eleições locais regionais e nacionais, para tornar as candidaturas partidárias e independentes em igualdade de circunstâncias. A democracia tem o dever moral de permitir que um cidadão concorra pelas suas boas ideias e não porque tem dinheiro, ou apoio dos partidos ou apoios muitos deles opacos e transviados. Se houver irregularidades no financiamento das campanhas, esse candidato não deveria poder tomar posse, finda a campanha eleitoral e o respectivo controlo por parte da ECFP [Entidade das Contas e Financiamento dos Partidos], em tempo aceitável, antes da tomada de posse desses cargos, não passando muito tempo e por vezes anos.

Controlo apertado de donativos, caso provenham de pessoas colectivas, são um financiamento proibido e implicaria a exclusão do candidato. É necessário saber-se de onde vem o dinheiro. É importante a publicação num *site* de campanha dos dados de donativos e gastos. Em relação ao financiamento dos partidos, é importante o conhecimento das subvenções, quotas e donativos. Por outro lado, nos tempos que correm de profunda austeridade, os partidos deveriam ser proibidos de contraírem dívidas na banca.

A crise de credibilidade dos partidos políticos poderá ser ultrapassada pela constante prestação de contas e de uma relação contínua com os cidadãos com mecanismos de transparência. Como diz o provérbio, “quem não deve não teme”. Nada a esconder, tudo límpido. Deste modo, a confiança aos poucos poderá voltar.

Uma das estratégias para recuperar a credibilidade seria alterar a lei do financiamento dos partidos e campanhas eleitorais. A política deve deixar de viver de donativos e de empréstimos bancários. Por outro lado, as subvenções devem ser reduzidas ao mínimo. Este é o caminho, numa altura em que se exige aos cidadãos elevados esforços financeiros, pelo que os políticos também devem dar o exemplo.

AS DIFICULDADES DE UMA CANDIDATURA INDEPENDENTE

Concorrer a eleições autárquicas como independente tem que se lhe diga! A nossa democracia, com todos os seus defeitos, aceitou a possibilidade de permitir a um cidadão sem partido que emane da sociedade civil concorrer a uma câmara ou a uma junta de freguesia, mas continua a vedar a possibilidade a um cidadão independente de concorrer ao Parlamento, a não ser incorporado em listas de partidos.

Porém, a grande maioria dos independentes concorre, porque se zangou com o seu partido, por não ter sido escolhido como candidato. Deste modo, os partidos políticos e quem manda neles corrigiu este erro grosseiro de não permitir o acesso ao poder local fora do âmbito dos partidos, dando com uma mão e tirando com a outra. Esse presente está envenenado, pois criam-se todo o tipo de entraves e dificuldades: reunir as assinaturas necessárias para ser candidato, conseguir financiamento, pagar uma taxa de IVA de 23%, ter um número romano no boletim de voto, em vez de um símbolo, etc.

Convenhamos que é um enorme *handicap* para se chegar a ter uma candidatura aos olhos dos eleitores capaz de vencer e de se impor. A candidatura de um independente, por exemplo, a uma câmara tem de ser feita por parte de um grupo de cidadãos eleitores e consiste na entrega de declaração de propositura ou lista de proponentes, lista de candidatos, declaração de candidaturas, certidão de inscrição

no recenseamento eleitoral dos candidatos e mandatário. Por outro lado, a candidatura é proposta por determinado grupo de cidadãos, obrigatoriamente recenseados na área da autarquia a cujo órgão apresentam a candidatura. O número necessário de proponentes é encontrado através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} & (\text{n}^\circ \text{ de eleitores da autarquia}). \\ & 3 \times (\text{n}^\circ \text{ de membros do órgão}). \end{aligned}$$

Por exemplo, no Porto, são precisas 4000 assinaturas e em Gaia 5000 assinaturas, quase tantas como formar um partido (7500).

Outra *nuance* que não é despicienda, pois sem um mínimo de dinheiro nada se consegue fazer, é haver muita dificuldade em obter um empréstimo. O pior disparate desta matéria é não permitir a um independente pedir um empréstimo, mas depois ser ressarcido pelo Estado, se concorrer simultaneamente aos dois órgãos municipais e obtenha representação de, pelo menos, um elemento directamente eleito ou, no mínimo, 2% dos votos em cada sufrágio.

Os partidos políticos são, à partida, subvencionados pelo Estado. A cada partido que haja concorrido a eleições legislativas, ainda que em coligação, e que obtenha representação na Assembleia da República, é concedida uma subvenção anual. Essa subvenção consiste numa quantia em dinheiro equivalente à fracção 1/135 do valor do IAS, por cada voto obtido. O IAS (indexante de acção social) equivale a 419, 22 euros. Deste modo, cada voto vale à volta de três euros. É também concedida aos partidos que, tendo concorrido à eleição para a Assembleia da República e não tendo conseguido representação parlamentar, obtenham um número de votos superior a 50 000 – foi o caso do PTCP/MRPP (62 683) e o PAN (57 849).

Só para se ter uma vaga ideia do que recebem alguns partidos por ano, o PSD, que venceu as eleições de 2011, teve 38,65% dos votos com 2 159 742 votos, elegendo 108 deputados. Os votos equivalem a 6,5 milhões de euros, que o Estado financia todos os anos – essa subvenção é anual. Mas há mais: a cada deputado da Assembleia da República é atribuída, anualmente, uma subvenção para encargos de assessoria e outras despesas de funcionamento, correspondente a quatro vezes o IAS anual, mais metade do valor do mesmo, a ser paga mensalmente. Fazendo as contas por cada deputado, o PSD recebe à volta de 1900 euros. O PSD tem 108, tem de subvenção 205 mil euros por mês e por ano à volta de 2,5 milhões. O PSD tem de subvenção estatal anual à volta de 9 milhões de euros (6,5 euros + 2,5 euros). Este raciocínio aplica-se ao PS, PCP, CDS/PP, BE e “Os Verdes”.

A subvenção pública destinada ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, bem como os limites das despesas de campanha eleitoral previstas, foram reduzidos em 20% até 31 de Dezembro de 2016, mas deveriam ser reduzidos muito mais. Um partido deveria financiar-se marcadamente com receitas próprias ou financiamento privado ou do bolso dos seus militantes e simpatizantes. Deste modo, um candidato independente tem de aguardar as eleições, sendo depois financiados os votos que obteve, não tendo fundo de maneio ou suporte financeiro *a priori* o independente que concorra simultaneamente a dois órgãos municipais e obtenha representação de, pelo menos, um elemento directamente eleito ou, no mínimo, 2% dos votos em cada sufrágio.

Muitos cidadãos põem a hipótese de concorrer, mas a falta de dinheiro é um entrave.

Os partidos continuam em larga vantagem ao terem imensos benefícios fiscais, não estão sujeitos a IRC e estão isentos do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) na

aquisição e transmissão de bens e serviços que visem difundir a sua mensagem política ou identidade própria, através de quaisquer suportes, impressos, audiovisuais ou multimédia, incluindo os usados como material de propaganda e meios de comunicação e transporte, imposto automóvel nos veículos que adquiram para a sua actividade, entre outros.

Mas, além de ser necessário muito dinheiro e toda a logística processual, um candidato independente deveria ter igualdade de oportunidades no direito a efectuar livremente e nas melhores condições a sua propaganda eleitoral, devendo as entidades públicas e privadas proporcionar-lhes igual tratamento. A neutralidade e imparcialidade das entidades públicas é uma miragem.

A Comunicação Social, nomeadamente televisões, rádios e jornais que fazem a cobertura da campanha eleitoral, não dá um tratamento jornalístico isento, adequado e equilibrado, sendo discriminatório com uma candidatura independente. Esta parte é uma das mais importantes para o candidato independente se dar a conhecer, passar as suas iniciativas que leva a cabo e as suas ideias para a opinião pública. O fundamento de não dar relevo em virtude de uma pretensa maior valia de candidaturas partidárias é discriminatório. Deste modo, as regras do jogo estão viciadas, à partida, e tudo se torna enormemente difícil. Desde logo conseguir ser-se candidato (ter as assinaturas) e depois passar a sua mensagem.

Uma das poucas vantagens de se ser independente é ter liberdade e não estar manietado e numa lógica partidária. Por outro lado, as pessoas estão cansadas da política, da forma como se faz política e destes políticos, beneficiando da crescente falta de credibilidade dos partidos, que sacrificam o interesse geral aos seus interesses egoísticos.

Por fim, uma sugestão: um partido que não tenha assento no Parlamento deveria ser obrigado a apresentar um

relatório anual de actividades e destacar nas suas acções o seu desempenho. Partido que não o fizesse era extinto. Os partidos ditos pequenos, alguns deles, porventura, com menos militantes que a obrigatoriedade de 7500 assinaturas, não podem existir à sombra de uma lei ultrapassada e imutável. Não chega ter em dado momento determinado número de assinaturas. Têm de mostrar serviço. De outro modo, não têm razão de ser e acabavam pura e simplesmente.

A ciclópica façanha de se montar uma candidatura independente ombreia com a força de se formar um partido político. Porém, o partido fica para toda a vida. A candidatura, tenha êxito ou não, é extinta no dia das eleições e tudo recomeça de novo.

NÃO SEI SE SOU CHARLIE HEBDO

Por um lado, sou Charlie Hebdo, defendo a liberdade de expressão, pensamento e direito à crítica. Não é legítimo querer que a cultura ocidental, berço da liberdade e da democracia, renuncie ao exercício desses valores, que comece a impor censura e limites à liberdade de expressão, a estabelecer temas proibidos e renunciar a um princípio fundamental da cultura da liberdade: direito à crítica. Fazê-lo sem ter medo de represálias de qualquer tipo. Não poder exercer essa liberdade de expressão, pelo humor, de uma maneira irreverente e crítica é coarctar a liberdade de expressão.

Contudo, não sou Charlie Hebdo, porque a liberdade deve ter alguns limites. Não se pode dizer tudo e escrever tudo o que nos apetece. Deve haver princípios de postura e conduta. De outro modo, muitos líderes que desfilaram na épica manifestação de Paris, nos seus países, os jornalistas e os *bloggers* são sistematicamente perseguidos, por exemplo, no Egito, Turquia, Rússia, Emiratos Árabes Unidos, etc. Isto mostra alguma incoerência e hipocrisia.

Em França, a prisão do humorista Dieudonné por ter publicado no seu Facebook uma mensagem dizendo: “Sinto-me Charlie Coulibaly”, juntando o nome do jornal (Charlie) ao apelido do assassino de quatro pessoas no supermercado judaico (Coulibaly), mostra à sociedade que a liberdade de expressão em França não é assim tão livre.

Esta detenção leva a questionar os limites de liberdade. Porque é que Dieudonné é atacado, ao passo que Charlie

Hebdo pode fazer primeiras páginas sobre religião? A pergunta foi feita por inúmeros franceses e escrita pelo *Le Monde*.

Eu defendo a liberdade de expressão, mas condeno o fanatismo, a violência e o incitamento ao ódio. Todavia, acho que deve haver bom senso, evitar acicatar ânimos e o uso de expressões ofensivas que incitem à violência.

Talvez cada jornal ou meio de comunicação social deva ter códigos éticos de conduta, no fundo, auto-regular os limites da sua liberdade de expressão.

Sou a favor da coexistência pacífica entre o mundo ocidental e oriental, evitando expressões ofensivas, difamatórias e discriminatórias.

Reconheço que os desenhos do Charlie Hebdo podem ofender, mas não matam, todavia não posso idolatrar os jornalistas do Charlie Hebdo, ao ridicularizarem o profeta Maomé com caricaturas, porque tenho que ter um mínimo de respeito por pessoas com credos e fés diferentes.

Pode ser uma boa ocasião para aprender algo e meditar: pode-se ser crítico sem se ser ofensivo. Esta linha ténue que separa a liberdade de expressão e a ofensa.

PAÍS DE DOUTORES

O relatório da OCDE divulgado no Education Policy Outlook 2015 é mais do mesmo e não traz nada de novo. Salienta que, em Portugal, um em cada três alunos com 15 anos já chumbou, 34 % dos alunos portugueses ficaram retidos, pelo menos, uma vez aos 15 anos, quando a média na OCDE se fica nos 15 %. O relatório salienta que, no caso das retenções, estas custam dinheiro e são muito pouco eficazes na recuperação dos alunos.

Portugal, depois do 25 de Abril, andou quase sempre mal em muitas áreas. Abandonámos a agricultura e agora estamos a voltar à terra, abandonámos o mar e agora voltamos à pesca. Acabámos com o ensino profissional, de novo, estamos a voltar aos cursos vocacionais com uma componente prática maior, que têm a ver com a nossa realidade social e com a procura no mercado do trabalho. É imperativo uma maior articulação entre escolas e empresas.

Hoje, já 41% dos jovens portugueses estão inscritos em cursos de ensino profissionalizante (dos profissionais aos vocacionais criados por Nuno Crato). A média na OCDE é apenas ligeiramente superior: 44,5 pontos percentuais.

Por outro lado, de acordo com os dados de 2011, 58 % dos adultos portugueses entre os 25 e os 34 anos tinham, pelo menos, o 12º ano, enquanto na OCDE a média ascende aos 82 pontos percentuais. No que respeita ao ensino superior, o

valor para Portugal é de 28 %, contra uma média nos países da organização de 39%.

Eu julgo que há em Portugal licenciados (doutores) a mais e deveria haver mais cursos intermédios e profissionais. É necessário oferecer cursos que sejam relevantes para a sociedade portuguesa. Se eu precisar, por exemplo, de um serralheiro, picheleiro, jardineiro, tenho muita dificuldade em arranjá-los. Todavia, se tiver um problema no meu computador, não falta um informático que me ajude a resolver o problema.

Articular a oferta com a procura. Eu sei que ter um diploma de ensino superior continua a ser uma vantagem. O facto é que o desemprego entre os licenciados portugueses é o dobro do que se regista lá fora: 10, 5% contra uma média de 5%.

Sempre disse que vivemos num país de doutores e engenheiros, em que as pessoas fazem alarde do seu título académico. Somos um povo vaidoso e convencido, pensando que por termos um canudo somos mais do que os outros, ou somos alguém. Tivemos um ministro que caiu, porque quis ser doutor à força, outro formou-se ao domingo, etc.

Depois, temos enorme massa de desempregados doutores, outros estão empregados nas caixas de muitas empresas, outros balconistas. Tanto se investe na formação para desempenhar profissões que nada têm a ver com a sua profissão desejada. Somos um país de pindéricos, a armar ao fino, cheio de salamaleques e de pavões, novos-ricos e doutores, julgando sempre que somos mais do que os outros e que vivemos lá de cima do nosso pedestal. Enquanto não mudarmos esta mentalidade do “armanço”, que temos um canudo, dinheiro, motorista e carro, cartão de crédito, não vamos lá.

É necessário mudar de paradigma na educação, como apostar no ensino profissional, e as profissões que emanem

desses cursos sejam relevantes e reconhecidas socialmente. Temos que estreitar as distâncias entre um médico e um enfermeiro, entre um professor e um auxiliar de educação, entre um engenheiro e um encarregado de uma obra, entre um juiz e um oficial de justiça, entre um picheleiro e um licenciado.

O reconhecimento social será fundamental para que os pais não queiram que todos os filhos sejam licenciados, mas tenham um curso importante no contexto social, emprego, e o mais importante, uma profissão e sejam felizes.

Eça de Queirós dizia: “todo o ministro que entra, deita reforma e *coupé*. O ministro cai, o *coupé* recolhe à cocheira e a reforma à gaveta.”

O ministro Nuno Crato, ao querer aumentar a oferta do ensino profissional, faz bem. Todavia, a componente obrigatória de 12 anos de escolaridade é muito longa e seria melhor que a partir do 9º ano de escolaridade os alunos seguissem outra via.

A educação em Portugal deve ser um desígnio nacional e quando chega um novo ministro não deve querer mudar tudo. Já chega de reformas. Temos que parar com experiências e tudo querer mudar em tempo relâmpago. O que se deve fazer é procurar incrementar as medidas tomadas, fazer ajustamentos, mas como tronco comum a estabilidade. Um aluno que entre para o 5º ano, manter as regras até ao 12º ano e não andar a mudar a meio desse percurso. Saber por onde pode optar nessa caminhada.

Mais tarde, fazer um estudo científico devidamente elaborado e atestado em premissas práticas e académicas para analisar as medidas tomadas e a sua evolução.

PORTO

A cidade do Porto é muito interessante. Quando algum amigo meu vem visitá-la, mostro-lhe a paisagem à beira-rio e à beira-mar, a parte antiga e histórica e a zona moderna da Avenida da Boavista. Por fim, “apresento-lhe” a Casa da Música, projectada pelo arquitecto holandês Rem Koolhaas. E, para mostrar o que se faz bem, a Casa do Infante que foi exemplarmente recuperada pelo arquitecto Luís Sousa Guedes, e o que se faz mal – o Edifício Transparente, de Solà-Morales, na zona marítima, construído no âmbito da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura. Nunca se deve tapar a vista para o mar. É um atentado e agora não sabem o que fazer com ele. Por outro lado, o Porto e os portuenses falam demais de Lisboa e dão importância excessiva à capital. Devem fazer como Barcelona que não fala de Madrid, afirma-se e segue o seu caminho, ignorando a capital. Temos que nos deixar de lamúrias e queixumes, de outro modo, viveremos sempre com o estigma de ser a segunda cidade do país. E ser segundo é ser o primeiro dos últimos. Todavia, no futebol somos os primeiros e deve-se muito à mais emblemática personalidade da cidade: Jorge Nuno Pinto da Costa. No Porto, pode-se mudar tudo e mais alguma coisa: instalações, jogadores, treinadores ou dirigentes, mas enquanto Pinto da Costa for o timoneiro, o Futebol Clube do Porto continuará a vencer. Os portuenses são gente com personalidade, mau feitio e com vontade

inquebrantável que tem figuras antagónicas como Rui Rio e Pinto da Costa. Mas os extremos, por vezes, tocam-se (risos). O Porto continua com alguns problemas, a deterioração dos prédios na baixa e a sua desertificação. É preciso incentivos para voltar a viver-se na cidade mas com qualidade de vida. É preciso ter em atenção a sua limpeza e a falta de alegria. É uma cidade triste... No futuro, vejo a baixa a voltar a ser um pólo de atracção habitacional, económico e social e, dessa forma, acabar o vaivém constante de pessoas a entrar e a sair da cidade. O futuro é ter tudo perto, mas com equilíbrio ambiental. Não ter que usar carro. Para mim, o Porto é único. É o Porto.

ACORDO ORTOGRÁFICO QUE NÃO É ACORDO

Em 1911, a tentativa de unificação da língua falhou sem a participação do Brasil que não acatou essa reforma. Durante todo o século XX foram várias as tentativas entre Portugal e o Brasil para se chegar a uma ortografia comum. Essas tentativas ocorreram em 1931, 1943, 1945, 1971/73, 1986 e 1990. Nestas últimas tentativas, participaram já os novos países africanos, emergentes da descolonização portuguesa.

As diferenças com o Brasil vão continuar, digo eu, e diz Inês Pedrosa: “o acordo não vai unificar nada. Estão a substituir umas diferenças por outras”.

Acho que não nos vamos entender melhor e há custos económicos que poderiam ser aplicados aumentando o conhecimento que temos uns dos outros (países lusófonos). A maior parte das pessoas em S. Paulo nem sabe o que é Moçambique. Quando o acordo entrar em vigor nas escolas, o que se vai fazer com centenas de milhares de livros? Terão de ser substituídos.

O argumento para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional cai por terra. A língua inglesa que não tem qualquer acordo a regê-la, o Inglês não precisa de unidade ortográfica para que as suas variantes britânicas, americana ou australiana sejam inteligíveis. A vivacidade do Inglês está nas suas variantes e em não haver regras rígidas.

Este acordo não serve para nada e cria desnecessariamente conflito com a tradição ortográfica portuguesa. Não se trata de medo da mudança ou conservadorismo. Trata-se, antes de mais, de respeito pela tradição ortográfica baseada na etimologia e na História da nossa língua. Os brasileiros vão fazer menos alterações do que os portugueses e somos nós que nos vamos aproximar da escrita deles. Vão continuar a escrever “cómico” e não “cômico”, “judo” e não “judô”, etc.

Não aceito isso, não me podem obrigar a adoptar uma ortografia que não se justifica e não é uma necessidade premente. Podem ser simplificadoras, mas não são uma necessidade de uso. A ortografia é a parte mais artificial de uma língua e rege-se pela etimologia. O acordo de 1990, por exemplo, mantém algumas grafias, com o “h” inicial, por exemplo. Corre na *internet* um abaixo-assinado contra o acordo ortográfico. A ideia é reunir 35000 assinaturas para tentar travar este acordo. Não vou escrever “ótima seleção” mas “óptima selecção”. Não vou escrever “crêem” mas “crêem”, “heróico” mas “heróico”, “perra” mas “pêra”, “joia” mas “jóia”. Vou usar sempre o hífen e escrever “há-de” e não “ha de”, “anti-depressivo” e não “antidepressivo”. Vou continuar a escrever “sector” e não “setor”, “característica” e não “caraterística”. Os meses do ano sempre com maiúscula, “Janeiro” e não “Janeiro”, etc. Desculpem! Sou português e defendo a minha língua e como me a ensinaram. Não tentem na secretaria mudar algo que não serve para nada. Esta unificação é ilusória. Quando se muda, não quer dizer que se vá para melhor. Deixemos que a língua evolua naturalmente. Veja-se que estamos no euro, mas continuamos muitos de nós ainda a falar em escudos. Respeitemos o nosso passado.

Um episódio exemplar como nunca haverá unificação de coisa nenhuma. Um dia, em Portugal, o brasileiro Ruy

Castro, autor do livro *Carnaval no Fogo*, teria dito à sua secretária:

– Isabel, por favor, chame o bombeiro para consertar a descarga da privada.

Perante o espanto da Isabel, teve de ser ajudado por um amigo que lhe fez a “tradução”:

– Isabel, por favor, chame o canalizador para reparar o autoclismo da retrete.

IDEIAS

Há um grande desencanto, passados estes anos todos, desde o 25 de Abril de 1974. Já passaram 40 anos. Depois daquele brilho, começou a nublar-se. É o desencanto! O que se terá passado?

A feiura instalou-se nesta democracia. Aquele brilho e aquela esperança são inesquecíveis, apesar da actual decadência.

Foi uma época de grande ilusão e de grande esperança.

As pessoas queriam ser mais cultas, mais educadas e mais participativas.

A política era uma esperança agora um impedimento. A política não; os actuais políticos.

Há uma desilusão e em parte somos responsáveis por ela.

Somos a geração da ilusão e da desilusão.

Somos a geração: “Quem te viu e quem te vê”.

Somos uma geração bizarra entre dois séculos, entre os nossos pais – trabalhadores, poupados, com património e os nossos filhos – noutra onda de vanguarda.

Somos uma geração entre duas maneiras distintas de pensar.

A realidade é como uma enorme bofetada que nos foi dada em forma de crise económica.

Nas manifestações, cartazes, gritos e palavras de ordem “Não nos Representam” mostram este profundo fracasso.

A manifestação de 15 de Setembro de 2012 foi muito interessante e um estalido de civismo, mas desvaneceu-se.

Há também uma crise no modelo de representação com muitas sombras.

O povo já não se sente representado de nenhuma maneira e os políticos tão pouco sabem como nos representar.

Não estamos só numa crise económica. Estamos também numa crise institucional: a política não é só gerir determinados pressupostos, mas também priorizar as necessidades sociais. (Neste capítulo, estamos a falhar redondamente).

A democracia não é mais do que um biombo do poder do dinheiro.

Vivemos um momento de ignomínia. Parece um guião de um filme que mudou de repente e não sabemos o novo guião...

Estão-se a verificar mudanças na nossa sociedade. O nosso sistema político, como o vemos, está em queda livre e a aparecer um novo sistema emergente.

Esta democracia tem muito de falsa e é incompatível com o humano.

Os cidadãos começam a insurgir-se e a fazer coisas.

Quando as leis são injustas, não vejo mal algum em não as cumprir.

A evolução da democracia portuguesa excluiu os cidadãos do debate, das decisões sobre a sociedade que queremos. Estes democratas têm alergia à participação de cidadania. Consideram-nos meninos em vez de adultos.

Actualmente, a indignação é geral e os portugueses pensam que há motivo para protestar.

Os protestos de rua e os protestos cirúrgicos onde estavam governantes deixaram os sindicatos para trás.

As manifestações de 15 de Setembro 2012 e de 2 de Março 2013 são pertença de todos e de ninguém.

Estes protestos já não são um conflito clássico: o empobrecimento e a perda de direitos é transversal à sociedade.

Vamos ver no que isto vai dar... Protesto social, movimento social, revolução social, ou uma nova via?

Temos de continuar a resistir em condições extremas. Não nos podemos render.

O nosso povo é muito melhor que a maioria de governantes que tivemos até hoje.

Sinto que somos um país sequestrado.

A política não tem sido sensível aos problemas dos cidadãos.

Os eleitos não são os nossos representantes. O pior é nós não nos sentirmos representados.

Os políticos não caíram do céu! Foram eleitos pelos cidadãos...

Entendo os protestos, mas tem de haver um limite – a não violência –, a não coacção e a não moléstia.

A rua tem razão em muitas coisas, mas temos um Parlamento que deveria representar os nossos interesses e os do país.

Se diminuirmos e desprezamos a política, crescerá a influência de poderes não controláveis.

Há um défice de conhecimento e uma crise permanente.

As saídas para sair da crise não estão a funcionar. Quem manda não está à altura deste desafio.

A Europa está convertida num campo de minas. Veja-se o que se está a passar no Chipre.

O que se vive hoje na Europa é semelhante à lei da selva, onde os mais fortes impõem a sua lei e os outros calam-se.

O poder político está em curto-circuito. Vivemos numa tecnocracia de comité.

Os nossos governantes procuram todos os argumentos possíveis para justificar um erro.

Depois, escolhem, por sistema, o pior possível e negam, por todos os meios, essa escolha.

O nosso governo como guia e promessa é a maior utopia viável: desilusão e a sensação de desperdício de oportunidades.

Portugal precisa de um capitão, alguém que, nos momentos difíceis, se ponha no comando, decida e não se engane gravemente.

Infelizmente, para nossa desgraça, esse capitão não existe.

O governo português está transformado numa secretaria técnica sem conexão política.

Os nossos governantes não entendem os efeitos brutais dos cortes e grassa a impressão de que estão fora da realidade.

É urgente uma política mais subtil que procure o crescimento e tenha mais em conta os cidadãos.

O governo tem uma visão mecânica das coisas.

O primeiro corralito europeu começou no Chipre. Vamos ver se chega a Portugal.

As pessoas já não acreditam em nada nem em ninguém.

Os políticos passam a vida a dizer coisas, que sabem que são mentiras.

A vida dos portugueses está inundada de falta de moral, crise de valores e começa a aparecer o latrocínio.

Vivemos o pior tempo possível das nossas vidas.

Há muita tendência para as multidões, mas não passa de uma ilusão gregária. O que se vê é uma submissão confrangedora e medo.

A crise social está-nos a arrastar para uma crise política que pode pôr em causa o regime.

Tudo se conjuga para uma explosão social: desemprego insuportável, cortes salariais, perda de direitos sociais, pobreza crescente, escândalos, incapacidade dos partidos e um governo que não oferece nenhum horizonte.

Os cidadãos não contam com as decisões que mais os afectam. A participação dos cidadãos nas suas vidas é nula.

Não há debate sobre algumas causas e as consequências desta política de austeridade que nos está arrastar para o precipício.

Não é compreensível que este governo lhe passe pela cabeça outras ideias e que não passe por mais austeridade. O *chip* deste governo é austeridade e mais austeridade. Ou muda o *chip* ou o governo vai cair.

Actualmente, vivemos num “escravómetro”. Cada vez que fazemos mais um sacrifício, logo a seguir vem outro e mais outro. Parecemos escravos, em que nos obrigam a trabalhos forçados, cada vez maiores, até não podermos mais e morrermos de exaustão.

O FMI advertiu para o perigo de fadiga dos cidadãos perante tanta austeridade, autoritária e única.

Os partidos políticos, que deveriam ser a fonte das nossas soluções, passaram a ser a causa dos nossos problemas. O seu papel privilegiado, em democracia, fez com que ocupassem e colonizassem tudo que seja instituições e isso provocou danos irreparáveis.

Exigir democracia interna e transparência externa é algo insuficiente e não resulta.

Os partidos políticos têm que dar um passo atrás e desocuparem tudo que é cargo público. Mas não o vão fazer. Os senhores dos partidos políticos questionam tudo, menos os seus próprios partidos.

Tudo o que gira à sua volta é que está mal e falha. Nunca reparam que são a chave do problema.

Os partidos políticos são os grandes culpados da péssima qualidade da nossa democracia.

A nossa democracia está ameaçada de se converter numa partidocracia.

A seguir ao 25 de Abril, criaram-se partidos fortes. Não há democracia sem eles.

Os partidos políticos foram incapazes de pôr travão a si mesmos e estão em todo o lado: poder económico, poder judicial e tudo o que é público.

Partidos políticos são focos permanentes de corrupção, uma espécie de clubes antidemocráticos e dominados pelas suas cúpulas.

A questão não é se esta democracia não serve e é dominada pelos senhores dos partidos, mas, sim, o que temos feito para modificar e para tornar a democracia saudável.

Estou cansado de todo o tipo de manobras para mudar tudo, ficando tudo na mesma.

As ideias bonitas são sempre tentadoras, mas não passam disso. Eu sei que é fácil criticar, mas assumo que todos temos culpa neste estado de coisas e no que se passa em Portugal. Portugal vive submergido num caos político, cujas consequências se reflectem nos mercados, mas, infelizmente, nos portugueses com menos posses.

Os actores protagonistas desta peça de teatro e os causadores desta crise buscam uma saída no beco labiríntico em que se meteram.

O título da peça de teatro do autor Cavaco Silva é “Compromisso de Salvação Nacional”.

O PS disse em alto e bom som que não participará num governo de unidade nacional.

O PS disse que nunca se ajoelhou à *troika*, mas foi o principal culpado da sua entrada em Portugal.

O PSD limita-se a seguir instruções.

O CDS/PP é o “não sei”, porque ou “não”.

A política está muito confusa.

NOTAS SOLTAS

Esta crise económica tem-nos obrigado a cortar nos gastos, mas também a cortar nos princípios e valores.

Com esta crise, a grande maioria de nós tornou-se um pouco pior: mais egoístas e menos solidários.

Isso deve-se à falta de prosperidade e à noção de que as coisas vão de mal a pior com menos serviços sociais – reformas, saúde e segurança.

O que está subjacente a esta receita económica é péssima. Os portugueses cada vez vivem mais tempo, porém a natalidade continua a baixar. Deste modo, cada vez há mais gente a viver do Estado e cada vez menos a pagar impostos.

No Mundo, 1% da população concentra 43% de riqueza, enquanto os restantes 50%, apenas 2%. Ou seja, 1200 pessoas possuem a riqueza de 1 658 milhões de pessoas.

Em Portugal, as coisas, mais dia, menos dia estarão a esse nível, mas não andarão longe: a riqueza concentrada num número reduzido de pessoas; os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Não se pode continuar a fazer política lançando ricos contra pobres; velhos contra novos, doentes contra saudáveis; funcionários públicos contra funcionários privados; patrões contra empregados; pensionistas contra trabalhadores no activo; etc.

A política não pode ser uma questão de gerações mas uma questão de realizações.

Este ajuste económico imposto pela *troika* e por culpa nossa é um martírio.

Nunca mais nos levantamos. Eu ficaria satisfeito se conseguíssemos andar de muletas, que nos ajudasse a dar uns passos para fugirmos da tutela da *troika*.

Continuamos entre a espada e a parede. Gastamos energias desnecessárias em divisões, uns contra os outros. Temos de colocar o interesse geral e de Portugal à frente dos interesses dos partidos.

Estou cansado do ruído mediático, do ruído partidário. Gostava mais que houvesse ruído dos cidadãos.

Os portugueses estão num caminho que é o caminho rumo ao Gólgota. Esta austeridade só serve para quem a pratica. Veja-se o caso de Vítor Gaspar, recentemente promovido, mas não serve para mais nada.

Estou farto de que Portugal seja um protectorado da *troika*.

Em Portugal, não é possível respirar com este cenário. O ar que paira por cima de nós está contaminado de medo, resignação, falta de esperança.

Os portugueses estão sobrecarregados pela crise e pela dívida.

Um bom político ou um bom governante coloca o seu país acima de tudo, sendo patriota. Procura não o seu bem pessoal, mas o bem do seu povo e do país a que pertence.

O momento político e económico é muito complicado e o mais perigoso depois do 25 de Abril, porém o nosso regime sofre défice de democracia, transparência e de apoio popular.

As instituições no nosso país oferecem uma imagem de paralisia e afastamento dos problemas dos cidadãos.

A lentidão de afrontar a crise económica, as divergências sobre as políticas a seguir, a não resolução de problemas tão prementes, como desemprego juvenil e adulto, não recebem a atenção devida.

Não abduco da minha personalidade e dignidade humana. Mas tenho medo de me acomodar, de não lutar, de, no fundo, aceitar este mal-estar latente de todos os dias.

O problema de Portugal e de quem nos governa nos últimos anos (PSD e PS) é que a aparência conta mais do que a substância. Vivemos uma época que há tergiversado tantas coisas, incluindo a liberdade.

A política vive a tergiversar, já que nunca diz nada claramente.

O Estado não sabe ler o que os cidadãos querem e necessitam. Não responde à pergunta: o que desejam os cidadãos?

O Estado vai por um lado e a sociedade por outro. Até quando?

A política actual faz-me lembrar um queijo gruyère, cheia de buracos.

A austeridade faz-me lembrar um queijo Emmental em que os buracos são ainda maiores, com isenções, bonificações, reduções, etc. Nem todos pagam pela mesma bitola.

No ano passado, houve 300 cidadãos que compraram carros de luxo: três Bentley, um Lamborghini, nove Ferraris, 14 Aston Martin e 273 Porsches. Carros a custar muito para lá de 150.000€. A ideia é que há muitos que estão a pagar com língua de palmo e espezinhadros até ao tutano, mas há uma minoria que continua a escapar e a viver à grande e à francesa.

Não há vergonha em mostrar e fazer alarde do que se tem e ganha num país com quase um milhão de desempregados e no qual as famílias não conseguem cumprir os seus compromissos.

Definitivamente, um país do terceiro ou quarto mundo, no qual se salve quem puder. Alguém sério ou honesto é um tanso, burro e totó. O que dá é enganar o Fisco, através de falências fraudulentas e procurar arranjar um subsidiozinho.

Ter um trabalho deveria ser mais barato (pagar menos impostos) e ter lucro mais caro (as empresas pagarem mais impostos ou serem obrigadas a reinvestir os seus lucros na empresa).

É urgente um plano de emprego jovem e ampliá-lo para cidadãos com mais de 30 anos.

É urgente um plano emprego para desempregados de longa duração, para cidadãos com mais de 55 anos.

É preciso utilizar os impostos para ajudar esta gente, e não para salvar quem se aproveitou desta situação com benefícios obscenos.

O estado de ânimo nacional tem sintomas que os psiquiatras descrevem às pessoas como depressão clínica: pessimismo, fatalismo, dificuldade em tomar decisões, falta de motivação, irritabilidade, falta de esperança, etc.

Por vezes, os portugueses estão virados para incidentes que ocorrem no seu país do que com as reformas que se passam noutros países como a China. As reformas económicas aprovadas na China terão no futuro muito mais consequências na vida dos portugueses e europeus que subir uma escadaria do Parlamento ou qualquer manifestação.

Foi uma pena não termos evitado a *troika*. A falta de soberania tem sido muito custoso para os portugueses.

O PS deveria, na altura própria, ter feito autocrítica: assumir que não estava a fazer as coisas bem. Que cometeu muitos erros. Nunca devia ter deixado de aplicar políticas de identidade socialista.

A democracia é achacada há inflação de vozes. Um pequeno grupo pode disparar a sua notoriedade a partir de uma qualquer iniciativa.

No futuro, as margens e votação com que um qualquer candidato vai ganhar será com uma margem muito estreita.

Não será possível reformar o Estado sem dinheiro: não se pode rescindir com funcionários públicos sem lhes conceder condições minimamente vantajosas.

Há uma *décalage* entre o que se diz e o seu efeito prático: um dos calcanhares de Aquiles da política.

Os portugueses vivem paralisados pela apatia, medo e pessimismo. Sinceramente, apetecia-me deixar de falar da política deste Governo, das suas reformas e das suas leis.

Eu sei que posso dar a imagem de mal-humorado, rabugento e desmancha-prazeres e de cidadão raivoso. Mas há muitas razões para ser assim, desde novos cortes em 2015, prescrição de processos, sondagens em que o PS não descola e o PSD e CDS se aguentam.

Todavia, quando os abusos são o normal, a regra e não a excepção, é muito difícil deixar de falar de política.

Perante tantos ultrajes e tropelias, não tenho escolha, a não ser emporcar-me na política.

Em Portugal, há gente boa, fiável, honesta e de princípios procedendo individualmente. Mas é bastante pior colectivamente, sem líderes e dirigentes corruptos que arrastam o conjunto e o embrutecem.

Como costume dizer, “Gosto imenso de Portugal. É pena ser mal frequentado.”

Não consigo ignorar e ser complacente com tanta coisa errada que ouço, leio e vejo nas notícias de todos os dias.

Não há dia nenhum que este Governo não nos presenteie com medidas autoritárias e sem nexos. O meu dia-a-dia, por muito que tente, é sempre tenso e desassossegado.

Este país está cheio de vândalos e o pior de tudo é estes vândalos estarem protegidos.

Uma sociedade não alcança nunca a plena liberdade sem que os cidadãos de um país tenham a percepção de que há justiça e se castigue quem comete crimes.

Uma sociedade livre tem de ser uma sociedade equitativa, digna e genuinamente democrática. Porém, numa sociedade onde não há igualdade de oportunidades e onde as oportunidades são para os que têm dinheiro e conhecimentos: fugir ao Fisco, arranjar melhores empregos, falências fraudulentas, não irem presos, etc., pode-se cometer as maiores monstruosidades e atropelos, mas dificilmente se paga por isso.

Desculpem-me a quem me lê e segue, mas não me consigo abstrair, como se nada se passasse. Eu sei que pouco ou nada adianta, mas não consigo deixar de dizer o que me vai na alma.

SUGESTÃO

Veio-me à ideia que muitas vezes os nossos governantes tomam decisões por informações deturpadas dos seus assessores e de organizações de todo o tipo, muitas vezes enviesada e muito longe da realidade. Qualquer pessoa sensata e atenta tem dificuldade em perceber algumas medidas implementadas, medidas estas completamente desfasadas da realidade e sem conhecimento do que se passa e existe.

Porque não o ministro que tutela os transportes, antes de tomar uma decisão sobre transportes, andar uns dias de metro, comboio ou autocarro e ver *in loco* os problemas e as coisas boas e más e só depois tomar uma decisão? Porque não o ministro ficar à frente de uma repartição de finanças e ouvir *in loco* as queixas dos contribuintes e as dificuldades de funcionamento? Porque não o ministro da Educação passar uns dias em várias escolas: uma boa para exemplo a seguir, uma má para ver o que se pode alterar e uma com alunos problemáticos para se inteirar das situações? Porque não o ministro ir a uma urgência e ver o que lá se passa? Ou procurar um médico de família e ver como tudo se processa? Falar o ministro com quem tem processos pendentes há anos? Na questão do trabalho e emprego, ouvir os trabalhadores de uma empresa que vão para o desemprego e não só os sindicatos seus representantes. Nos outros ministérios o mesmo, assim como o Primeiro-Ministro. A cadeia de

informação é de tal maneira filtrada, que a informação que chega não é a real, daí, decisões irreais. A questão central da política actualmente é não ouvir-se e não ter-se paciência para ouvir, de modo a tomar uma decisão o mais correcta possível.

Contudo, sem comitiva e gente a não deixar ouvir e a não deixar falar, esse tirocínio seria importante e enriquecedor. É preciso fazer ver a todos nós o modo de sentir que todos temos lugar na sociedade, com obrigações, mas também com direitos. É preciso uma democracia mais próxima, capacidade de comunicar com as pessoas e não por interpostas pessoas. É preciso conhecer a fundo os problemas e não tomar decisões levianas. Se os políticos não tiveram esta capacidade e renovar constantemente as suas propostas, vamos ter problemas sérios. O momento político exige proximidade, conversação, explicação, tratar dos assuntos cara a cara e um a um.

ALGUMAS RAZÕES PARA CRER NA POLÍTICA

Não sou daqueles que adjuro que quem exerce cargos públicos e está na política são um bando de corruptos e estão lá para se governar. Acho esse raciocínio perigoso e esta práxis tem muito de nobre, desde que seja feita por bem.

- 1- Tem que se fazer política como algo edificante;
- 2- Temos que acabar com este cenário de irresponsabilidade e incompetência: tramas de corrupção, financiamento ilícito de partidos, enriquecimento ilícito, etc.;
- 3- Ninguém está acima da lei e punir exemplarmente todos os abusos de poder;
- 4- A sociedade não pode tolerar que os políticos se aproveitem sem escrúpulos de determinados privilégios, em quem o povo confiou o seu destino;
- 5- A política tem que ser uma actividade altruísta, generosa e destinada a servir os que menos têm e mais precisam.
- 6- A política tem que ser gerida, acima de tudo, com verdade, sem manipulação, sem desvios e ocultação.

7- As pessoas estão mais exigentes, não toleram mentiras, exigem que lhes falem a verdade e utilizem devidamente os dinheiros públicos;

8- As maiorias absolutas já não podem ser como passar um cheque em branco;

9- A sociedade de hoje manifesta uma visão plural de determinados assuntos que passa transversalmente os partidos. Um mesmo cidadão pode estar de acordo com o que diz o PCP e, por vezes, estar de acordo com o CDS. Isso é controverso, mas não é incoerente;

10- Na renovação da política, o primeiro objectivo é acabar com os privilégios e o uso injusto do poder;

11- A política não pode tratar como idiotas os cidadãos;

12- Se não formos exigentes com os políticos e as políticas que põem em prática, temos os políticos que mereceremos;

13- O sistema político está bloqueado. Temos que abrir o sistema político à participação de cidadãos verdadeiramente independentes (a maioria são-no porque se zangaram com o seu partido), quer no poder local, quer no poder central (Parlamento);

14- Os partidos têm que se regenerar ou por dentro (o que não me acredito) ou por fora (o que tem que se fazer com alguma pressão e ideias consistentes).

CRITICAR OU NÃO CRITICAR

Pessoas como eu, que gostam de criticar e chamar à atenção do que acham que não é correcto e está mal levam-nos a ter mais inimigos do que amigos. Todavia, ao longo dos anos, muita gente que não me entendia e chamava-me agressivo, excessivamente frontal e que há coisas que não se podem dizer mas somente pensar, têm vindo a aproximar-se de mim e a dar-me razão. O problema para quem escreve, opina, intervém publicamente, tem a ver entre uma linha de se incomodar e uma linha de não ligar, ser manso, dócil e tudo aceitar. A tentação de nada fazer, por vezes, é mais forte e cómoda do que actuar e intervir.

Os políticos de tudo fazem para que acreditemos nas suas boas intenções, especialmente perto de eleições. O que é que eu pretendo ao intervir das mais variadas formas: escrita, debates, rádio, televisão? Informar, denunciar, alertar, comunicar, noticiar, participar, revelar, demonstrar, mostrar e acusar quando tenho provas evidentes. Mas, por vezes, sinto-me cansado de estar a pregar no deserto. Nada se modifica e ninguém faz o menor caso. Porém, não posso ser pretensioso ao ponto de acreditar que o que faço possa mudar o curso dos acontecimentos. No fundo, sinto que não tenho nenhum papel (apesar de me dizerem que tenho). Daí achar que caio no ridículo por não me calar e conter, não tendo a mínima influência em nada.

Critico muitas vezes o governo e recentemente presidentes de Câmara (Gaia e outros) e nada muda. Deste modo, tenho que dar razão a quem acha que não vale a pena insistir e que não passo de um sonhador, que caio no ridículo e acusado de querer protagonismo.

Digam o que disserem, nada se modifica ou altera mesmo quando os cidadãos, ora escrevem queixas, ora reclamações. Na cabeça dos governantes nacionais ou locais, está a sua vitória nas eleições e têm quatro anos para fazerem o que lhes apetece. Não importa nem conta não cumprir promessas eleitorais, rasgar compromissos assumidos, enganar e trair os cidadãos e causar danos irreparáveis nos cidadãos e no futuro.

Todavia pensando bem, não consigo conter-me e deixar de denunciar abusos de poder, injustiças, denunciar gente sem escrúpulos e canalhadas constantes neste país. É importante tratar de abrir os olhos a quem os tem fechado, procurar que as pessoas reparem no que se passa à sua volta e quem detém o poder, argumentando contra as arbitrariedades, denunciando práticas ditatoriais exercidas em democracia, protestando contra decisões tomadas, abuso dos direitos e liberdades e advertindo as formas menos lícitas de actuar e governar.

Seria mais cómodo nada fazer e dizer, mas ser “livre” é uma opção política. Se falamos, caímos no ridículo e julgamos-nos por segundas intenções. Se nos calarmos e nada fizermos, portamo-nos como cobardes e mansos.

Acredito que a influência é mínima ou zero, mas estou certo de que, se não nos incomodarmos um pouco e estivermos atentos ao que se passa, seria ainda pior.

Os políticos e quem governa querem aplausos, vénias e reverência. A única prova que tenho que não é uma absoluta inutilidade intervir, apesar de aparentemente não fazerem caso e encolherem os ombros, perante as denúncias e gritos revoltosos. Tenho a certeza de que gostariam que

desaparecêssemos, mas, ao não conseguirem fazê-lo, não nos querem como inimigos declarados.

Devemos e temos que ter a ousadia e a determinação de incomodar, chamando à atenção para fazer pensar quem nos lê, escuta e vê, de modo a que haja uma visão diferente do poder instalado. É importante assinalar os abusos, imbecilidades, cinismo, desfaçatez, as suas razões grotescas. Por fim, exigir que nos prestem contas e que expliquem as suas decisões.

O PODER DA ESCRITA

Eu gosto imenso de ler e isso potencia a minha veia de escrever. Descobri este interesse pela escrita já tarde, mas como diz o sábio povo “nunca é tarde para começar”.

O escrever não está reservado aos grandes literatos. Seria tão estúpido como pensarmos que não podemos jogar futebol, porque não somos iguais a Cristiano Ronaldo. Para escrever, como dizia Oscar Wilde, “somente há duas regras: ter algo para dizer e dizê-lo”.

A minha formação em Ciências, pouco tem a ver com Letras, mas há uns anos a esta parte verifico que escrever tem um poder assinalável de intervir e alertar. Os temas que mais me preocupam, por exemplo, são a política, em geral, alguns políticos e determinadas situações com as quais me sinto mal quando tomo conhecimento. Faço-o para que tenha relevância pelos outros e para o bem-comum. Escrever, por outro lado, potencia a criatividade e a resolução de determinado problema. Escrevo sem medo e sem pensar nas consequências. As minhas ideias vão fluindo. Procuro converter o complexo em simples. Muitas vezes, ouço críticas, outras vezes elogios. Charles Reade disse: “Semeia um pensamento e colhe um acto. Semeia um acto e colhe um hábito. Semeia um hábito e colhe um carácter. Semeia um carácter e colhe um destino”.

Não tenho dúvidas de que as minhas palavras, os meus pensamentos e as minhas ideias estão ligadas a uma

finalidade: lutar pela cidadania, dar voz aos cidadãos, lutar pela sua participação activa, lutar pelos seus direitos, proporcionar mais e melhor democracia, etc.

Passe a jactância, não sei se é um destino, mas não deixarei de continuar a fazê-lo pelo uso da palavra escrevendo ou falando.

Tenho-me apercebido de que a minha escrita chega cada vez a mais gente, logo tem mais poder e influência. Utilizo a *internet* no blogue e no *Facebook*, mas também em vários jornais de referência locais e nacionais. Tenho grande *feedback* do que digo e escrevo, o que é preocupante para alguns mas um prazer para muitos.

A minha escrita tem como finalidade melhorar. Quem é poder tudo o que faz está na arena pública, para o bem e para o mal. Não podem querer só aplausos.

COISAS

Tenho vários rituais, mas os que pratico mais assiduamente é descansar um pouco de tarde e praticar desporto. Ler sempre...

Caminhar a bom ritmo ou correr é o melhor para ter ideias e escrever.

Hemingway dizia que quando contas algo de um livro, antes de este ser publicado, algo se perde. O mesmo acontece comigo nos debates. Não gosto de falar antes de eles se realizarem. Dá azar.

Sempre que tenho uma ideia, tomo notas. Nem que seja num guardanapo de papel de um café, numa confeitaria, etc.

Sou muito rigoroso e sigo um plano. Planeio tudo com antecedência e cumpro escrupulosamente horas. Sou muito exigente comigo próprio. Depois de um debate, vejo sempre coisas que estiveram mal imperceptíveis para os outros.

Antes de um debate, fico nervoso, mas controlo esse tipo de ansiedade de não saber o que se vai passar.

Um longo historial de debates não é suficiente para me deixar em paz. Não posso falhar e o reconhecimento do meu

trabalho não é suficiente. Tenho que estar constantemente a provar.

Incerteza, angústia e não controlo do que não depende de mim é constante antes de um debate.

Procuro seduzir as pessoas que este caminho de pedagogia cívica vale a pena, mesmo sem resultados imediatos.

Não sou nada formal, mas nos debates gosto de estar de fato e gravata.

Há algumas diferenças como sou num debate e na minha vida pessoal, mas não muitas.

Pensar não é suficiente para mudar, mas é alguma coisa.

Aprendi a ouvir com os olhos e a ver com os ouvidos.

Na realização de um debate, há um misto de prazer e dor.

Cada um tem o seu caminho, o mais difícil, como diz um amigo, mas é o meu.

ALGUNS SEGREDOS DO CLUBE DOS PENSADORES

- 1 - O importante é o que queres e isso depende da nossa personalidade.
- 2- Frequentar o clube é simples, barato e divertido.
- 3- Não deixar ninguém sem o convidado responder-lhe, isto é, sem resposta.
- 4- Fazer as pessoas parar de falar na altura certa e assegurar que todos têm espaço para dizer alguma coisa.
- 5- Fazer debates estimulantes intelectualmente e em ligar as pessoas aos assuntos e pensarem.
- 6- Pôr os políticos a falar com os cidadãos, no fundo, aproximar uns e outros.
- 7- Um debate que não tenha alguma tensão é uma seca.
- 8- Procuo não cansar e não me repetir.
- 9- Nunca controlar a maneira de pensar de cada um.
- 10- Apesar de o clube ser pela diferença, procurar esbater as diferenças entre as pessoas presentes, numa lógica horizontal, sem títulos académicos, em que todos se sintam importantes e respeitados independentemente do seu grau de instrução e posição social.
- 11- Simplesmente digo o que me parece em cada ocasião, quer agrade a uns ou a outros, defenda a direita ou esquerda.

CARTA ABERTA A JOAQUIM JORGE, FUNDADOR DO CLUBE DOS PENSADORES¹

Caro Joaquim Jorge,

Neste país, há a mania de marcar o andamento de uma pessoa. De facto, a sociedade e quem a dirige diz-te que caminho tens que seguir, como tu deves actuar, onde ir, os restaurantes da moda ou discotecas *in* para onde ir de férias, como te deves vestir, como deves pensar e em quem deves votar. O teu gosto não é para aqui chamado. Deves seguir à risca o estipulado socialmente. Há normas e costumes que se devem acatar de forma resignada, amorfa e insípida. Se não o fizeres, és um herege e um alvo a abater. O teu maior problema foi fundares o Clube dos Pensadores e fazeres debates da forma como os fazes, pois há muito tempo que há debates para todos os gostos, mas não como os teus. Porém, a forma como os fazes, os conduzes e quem convidas marca a diferença e faz escola. Os teus debates têm emoção, um pouco de magia e são únicos.

Por isso, quando alguém é diferente, sai do normal e segue em contracorrente, começa por surpreender, chega a desagradar e, depois, como não conseguem modificá-lo,

¹ Numa de introspecção escrevi uma carta a mim próprio, de Joaquim Jorge para Joaquim Jorge

começam a prestar-lhe atenção, porque podem revoltar-se contra o que está estabelecido, contra o que está imposto. Mais ainda, quando tens imensos seguidores e gente que gosta da maneira como és e actuas, há os que te apoiam e os que te criticam. Dizem à boca cheia e de forma maliciosa: “Esse alguma coisa quer!”, “O que é que o tipo quer?”, “Já lhe devem ter oferecido alguma coisa.” Outros perturbam-se, porque lhes descubres as suas misérias, as suas indolências e os seus cambalachos. Deste modo, tentam destruir-te. Fazes o que fazes para chamar à atenção, ter protagonismo, ser mediático. Isto é, actuas para ter popularidade e manteres-te na crista da onda, para ser reconhecido e premiado.

Todavia, há muita gente que te aceita e aprova o que tu fazes, não só pelos debates mas pelas tuas intervenções públicas, pela escrita e comentário. A degradação humana, a inveja e o ciúme confundem-se com alguém que procura fazer cidadania e que acredita no que faz. Procura fazê-lo e presta um serviço público gratuito e não procura prebendas de espécie nenhuma.

Fazer o que fazes não tem nada de extraordinário. É um dever e um privilégio que muita gente não o pode fazer. No fundo, algo que é absolutamente normal e natural, mas que Adolfo Suárez definiu como ser preciso “elevar à categoria de normal o que é normal”.

O problema é que há muita gente que não aceita que tu sejas apenas tu mesmo, que o teu copo pode ser pequeno, mas é só dele que bebes. Que tu estabeleças os teus objectivos, segundo as tuas preferências e prioridades, que tenhas o pernicioso vírus da independência e que por si sejas um grão de areia na engrenagem que chateia toda a gente. Não funcionas por cargos ou benesses e não pensas partidariamente. Porém, tens direito a existir e existes. O teu nível de responsabilização e comprometimento é com a cidadania e os cidadãos e isso não passa por ter que ir a votos.

Há gente que está nisto contigo tão-só conjunturalmente, mas há outros que são mesmo amigos de verdade. Nunca olhaste a amizade como ter benefício ou fazer negócio.

Há gente que te odeia e não te suporta, sem tu saberes o porquê. Mas há muito mais gente que gosta de ti e está predisposta a ajudar-te.

Segundo Ulrich Beck, “esta crise não se superará sem a iniciativa dos cidadãos”. E eu acrescento que o futuro passa inevitavelmente pela cidadania.

Aceita os meus cumprimentos.

Disse,

Joaquim Jorge

BILHETE

Caro Amigo Joaquim Jorge,

Gostaria de expressar por esta via a minha admiração pelo trabalho que tens desenvolvido à frente do Clube dos Pensadores, que fundaste e que conseguiste colocar no panorama nacional como uma referência de participação cívica, tendo a ele aderido muitos portugueses, nos quais me incluo.

Várias vezes disse que me surpreende o êxito do Clube, por onde passaram várias dezenas dos melhores portugueses, seja em debates, seja na participação activa no Blogue. O último dos quais a aderir, foi o Engenheiro Belmiro de Azevedo, homem que admiro há muitos anos, pela sua genialidade e elevada competência como engenheiro, gestor, empreendedor e, sobretudo, como um patriota que ama a sua terra e propicia a maior das riquezas, que é trabalho a centenas de milhares de pessoas. O que é sintomático da qualidade deste Clube muito selecto e ecléctico.

Surpreende-me, porque alcançar o êxito uma vez até pode ser relativamente fácil, mas meia dúzia de anos é, de facto, obra e um exemplo que Portugal deveria seguir, numa época de tanta incerteza, de grandes dificuldades, de desnorte completo dos governantes e baixa auto-estima dos portugueses. Tenho estado fora do país e contactado com elites universitárias do mais alto nível e aproveitado

para reflectir sobre o meu país e o que dele dizem neste quadro de crise internacional. Nada de muito abonador, mas que em nada me surpreende. Por isso, gostaria que fosses o portador dos meus votos em que os portugueses imitem o teu feito: acreditar que é possível conseguir o “quase impossível”. Quando quase ninguém acredita, a tua persistência, competência organizativa (perfeccionista) e intuição conseguem transformar sonho em realidade.

Parabéns, caro Amigo, e que os portugueses acreditem neles próprios, num quadro de muitas dificuldades (provavelmente aumentadas pela falta de competência do governo, pese embora a sua boa vontade e crença de que está a fazer o que é certo).

Abraço,

Mário Russo

EPÍLOGO

Conheço o Joaquim Jorge há quase cinquenta anos, desde os bancos do Colégio Brotero, então comandado pelo punho férreo do Padre Lopes.

Durante anos, perdemos o contacto, até que nos reencontrámos nas efémeras tertúlias que organizei, no Palácio da Bolsa, com o “Comércio do Porto”, na fase derradeira da vida desse grande jornal portuense. O Joaquim Jorge era um dos mais entusiásticos participantes nesses debates. Desde então, nunca deixámos de nos encontrar, aqui e ali, nas esquinas da vida.

Não sei se inspirado por essas tertúlias, o Joaquim Jorge começou a organizar, com muito maior notoriedade e êxito, os debates do Clube dos Pensadores, tendo atraído, ao longo dos anos, muitas das mais influentes, poderosas e mediáticas figuras da sociedade e da política.

O seu blogue passou a ser de leitura obrigatória. Ao mesmo tempo, iniciou uma participação regular como cronista, na comunicação social. Neste livro, reencontrámos as suas opiniões, sinceras e desassombradas. Nem sempre concordo com Joaquim Jorge e sei que, muitas vezes, ele não concorda comigo. Não me acompanhou na maior batalha que eu travei, mas teve a coragem de me dizer porquê. Concordando ou não com ele, admiro a sua frontalidade.

É assim, com a sua total liberdade, que o Joaquim Jorge faz a sua pedagogia cívica.

Rui Moreira

*O medíocre discute pessoas.
O comum discute factos
O sábio discute ideias.*

Provérbio Chinês

AGRADECIMENTOS

Quero expressar o meu profundo agradecimento pelo apoio dado pelos meus amigos e amigas do Clube dos Pensadores, servindo-me de almofada e alento para seguir em frente, dando sequência aos meus escritos, às minhas ideias e, conseqüentemente, a este livro:

A todos os convidados de honra presentes nos debates, sem eles, nada disto seria possível.

Ao Marcelo Rebelo de Sousa por me fazer o preâmbulo do livro. É uma honra ter um texto de Marcelo Rebelo de Sousa que, em tempos, me apelidou de “agitador do norte” e afirmou que o Clube faz “pedagogia cívica”. Foi o mote para o título deste livro. Marcelo Rebelo de Sousa, um homem muito inteligente, esorroito, sagaz, com uma capacidade de análise notável e uma figura incontornável da política portuguesa. Um verdadeiro “senador” da nossa democracia, sendo uma reserva da República.

Ao Rui Moreira, por me fazer o epílogo, um amigo de há muitos anos, do Porto, que estudou comigo no Colégio Brotero e com o qual me identifico com as suas ideias. Inteligente e astuto, mostra que se pode fazer política de outro modo e noutra registo. Tornou o impossível possível, com a sua vitória no Porto, e que há vida além dos partidos. Não o apoiei à Câmara Municipal do Porto, porque pensei que não seria candidato, mas estou com ele por bem, sem segundas intenções ou interesse.

Ao Mário Russo, sempre presente apesar de, às vezes, ausente fisicamente dando um cunho sereno e intelectual ao Clube. Sempre no apoio, quer no blogue, quer nas suas fantásticas análises pós-debates. Um dos poucos que teve a sagacidade de perceber desde o início o que representa o Clube e para onde ia.

À Hercília Oliveira, zelando sempre pelo Clube com o seu empenho no blogue e nos debates.

Ao Abel Guedes, um exemplo de humildade, de ajudar e saber estar.

À Maria José Fabião, por me apoiar e dar ânimo.

Ao Daniel Braga, o nosso querido professor timorense por zelar pelo Clube.

Ao Paulo Rebelo, o nosso bem-disposto e animador do Clube.

Ao João Vieira, o nosso economista, uma reserva do Clube que nunca me abandona.

Ao José Sampaio, pela sua presença e amizade.

Ao Filipe Melo, pela sua constante presença e perceber a minha cabeça (como ele diz, irascível).

À Isabel Lima, pela sua doçura e saber estar.

Ao João Luís, dando jovialidade ao nosso Clube.

À Leonor Trindade Sousa, pela sua voluntariedade e o seu lado sonhador e artístico.

À Ana Sousa, com o seu estilo.

Ao Paulo Portela, o amigo da Feira e distinto advogado que fez a melhor apresentação do meu livro *Política e Coisas Piores*.

Ao José Rodrigues, um bom amigo e excelente conversador.

Ao Joaquim Gomes, que adora uma amena cavaqueira e que gosta de falar do seu passado.

À Rosa Rodrigues, uma amiga de sempre, que me entende e dá um lado historiador ao Clube.

Ao Alberto Paiva, um amigo recente, mas parece que o conheço há muitos anos.

À Carla Pinto, sempre bem-disposta e com um sorriso.

Ao José Carvalho, pelo seu acompanhamento e interesse desde o início do Clube.

À Orquídea Louro, por gostar do Clube e de mim.

À Carolina Graça, minha mulher, que me acompanha sempre neste projecto, sendo a minha maior crítica.

Ao Pedro Miguel, meu filho querido que me ajuda nos debates, levando o microfone a quem deseja intervir.

Ao Carlos Galante, o meu amigo monárquico que aprecia o que eu faço.

À Bruna Santos, a namorada do meu filho, que cuida dos papéis que se colocam na sala de jantar e na sala do debate.

À Maria dos Reis, afável amiga e professora.

Ao Jorge Queiroz, ex-vice-presidente da Câmara Municipal de Gaia, por não me deixar acabar com o Clube.

Ao Paulo Pereira, por me ter dado oportunidade de participar em vários programas de televisão e ser o meu contraponto.

Ao Francisco Azevedo Brandão, meu amigo e distinto professor que colabora no blogue sempre que entende, ora com textos, ora com os seus comentários.

Ao Miguel Azevedo Brandão, meu amigo advogado, simpático e colaborante.

Ao Guimarães Teixeira, amigo de infância de S. Mamede, economista e que me ajuda desde os primórdios do Clube.

Ao Valdemar F. Ribeiro, meu amigo de Angola que me ajuda e escreve quando entende.

Ao Pedro Almeida, meu amigo de Liverpool, sempre inconformado e lutador.

Ao Fernando Albuquerque, o senhor dos vídeos no seu estilo soviético.

Ao Vítor Alves, o senhor das fotografias que faz vibrar quem está presente e quem não está presente.

Ao Pedro Zenha, o homem que me envia os SMS's.

Ao Artur Oliveira, que controla o som, zela pela qualidade sonora e apoia os jornalistas.

Ao Artur Sousa, pela sua bonomia e apoio informático na participação cívica.

Ao João Domingues pelas suas fotos.

Ao Mário de S. Mamede, que está sempre presente, esteja bom tempo ou mau tempo, seja qual for o convidado.

Ao João, meu vizinho e amigo, sempre presente.

À Mónica Gonçalves, directora do Hotel Holiday Inn, por me proporcionar as condições belíssimas para fazer os debates.

À Teresa Ramalho por me entender.

À Maria João, pela sua amizade e por dizer sempre bem do que faço.

Ao Jorge Castro, por estar sempre presente.

À Alice Castro, por gostar deste conceito de cidadania.

À Rosa Ramos, pela ajuda nas fotos quando lhe peço.

Ao Tó Manel, pelo muito que percebe de informática e pela sua ajuda constante.

À Daniela Maia, uma amiga recente, mas empenhada nesta cruzada de cidadania.

Ao António Rebelo, por sempre gostar do Clube.

Ao António Nunes, um indefectível do Clube em Leiria.

À Isabel Coutinho, pela sua amizade recente e gosto pelo clube.

Ao Artur Santos, que acompanha o Clube e admira tudo o que o envolve.

Ao meu primo Jorge, que, mesmo em Angola, segue a par e passo tudo o que faço.

Ao Mário Jaime, por continuar a aparecer.

Ao Abel Ribeiro, meu tio, o único da minha família que marca presença nos debates, me apoia e admira.

Ao Vítor Vieira, um novato no Clube, mas um bom amigo.

Ao João Morais, alguém com quem posso conversar sobre política.

À Georgina Figueiredo Guarani-Kaiowá, uma nova amiga que me faz gostar ainda mais de animais.

Ao Joaquim, amigo de sempre que andou comigo ao colo.

À D. Jacinta, por gostar do Clube e permitir-me ver o quanto o Clube é importante em determinadas esferas de poder.

Ao Jorge Carvalho, por ser meu amigo, gostar de mim e do clube, dando abrangência ao que faço, pois é um comunista convicto.

Hernâni Magalhães, por me fazer gostar da terra onde nasci.

Ao João Barroso, pela amizade que nutro por este excelente médico que me apoia e ajuda.

Ao Fernando Guilherme, um novo amigo a ter em conta.

Ao José Manuel Dias dos Santos, dos poucos que vem de S. Mamede.

Ao meu amigo Baía, que é um gosto com a sua idade estar presente nos debates.

Ao Dino Almeida, pela sua afabilidade e gosto pelo debate de ideias.

Ao Carlos Pereira, pela ajuda no início do Clube e pela sua amizade. Como psiquiatra que é, os debates funcionam como uma terapia para as pessoas exporem os seus estados de alma (sorriso).

A todos que me seguem para onde eu for, uns fisicamente, outros virtualmente e nunca me abandonam.

Aos jornalistas que divulgam o que faço.

Por fim, à Marisa Mendes, editora executiva da Chiado Editora por me lançar o desafio de fazer este livro e à Rita Costa pelo seu apoio.

Impresso em Chiado Print, Lisboa, Portugal

PEDAGOGIA CÍVICA

Autor: JOAQUIM JORGE

EDITORA DIGITAL

"ÁGUA PRECIOSA"

Telefone: 923 407 949

Projecto gráfico

CAETANO BORGES WAMBEMBE



Todos os direitos desta obra reservados a
JOAQUIM JORGE

Este E-book está protegido por
Leis de direitos autorais na "CPLP" "SADC" e "PALOP"

=====

"CPLP" COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

"SADC" COMUNIDADE DOS PAÍSES DA ÁFRICA AUSTRAL

**"PALOP" PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA"**

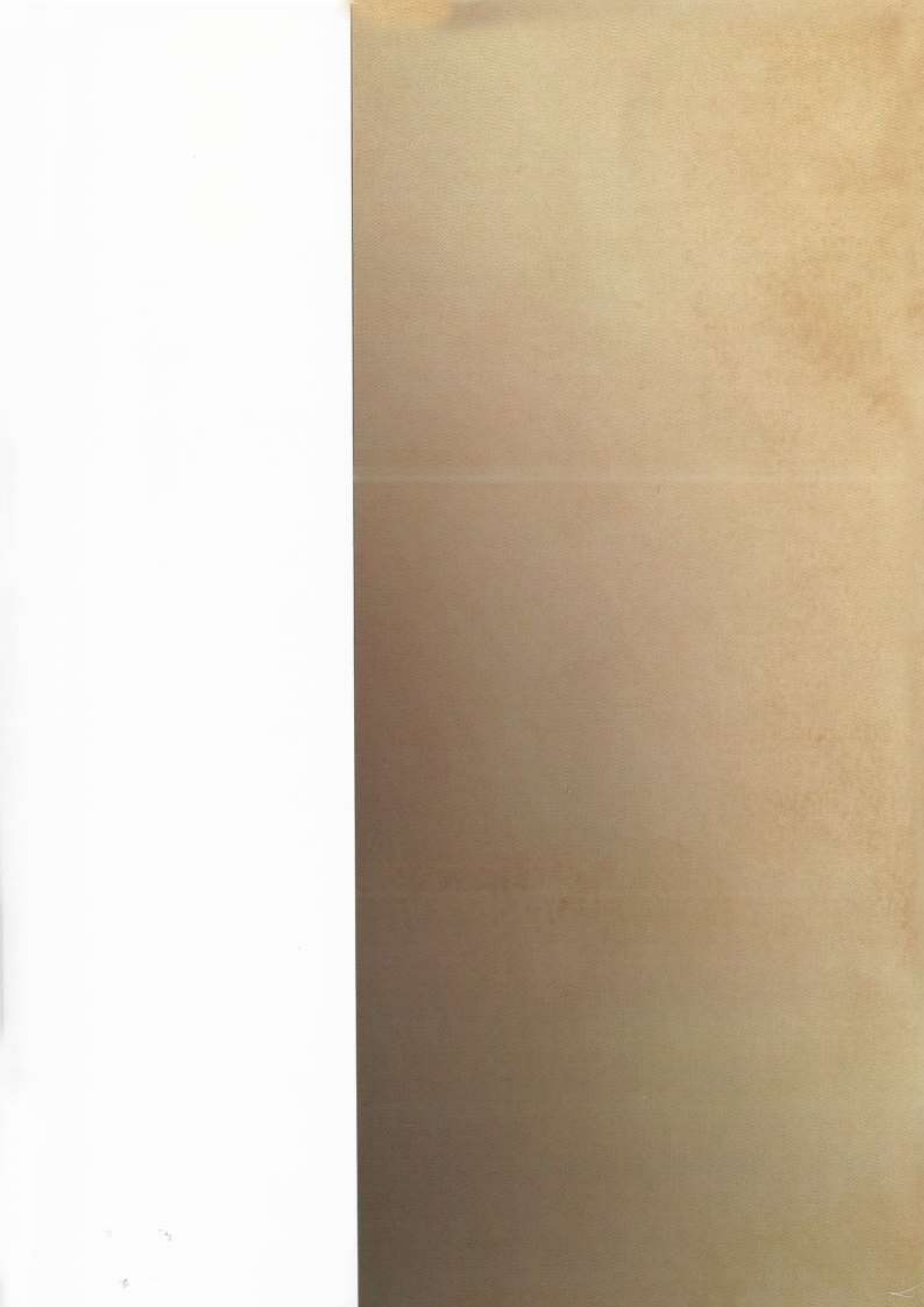
Esta obra está sob uma Licença Commons.
Você pode copiar, distribuir, exibir, desde que
Seja dado crédito aos autores originais -

Não é permitido modificar esta obra.

Não pode fazer uso comercial desta obra.

Não pode criar obras derivadas.

A responsabilidade
Pelos textos, músicas e imagens
É exclusivamente do Autor.



Clube dos Pensadores



O **Clube dos Pensadores (CdP)** nasceu em Março de 2006, contra o desinteresse por parte dos cidadãos e desconfiança nas instituições. Os cidadãos acreditam cada vez menos nos políticos, sendo prova disso a fraca participação nos actos eleitorais.

É um espaço de activismo cívico e uma nova forma de participação cívica, procurando aproximar os eleitos dos eleitores. É uma forma de democracia participativa, que serve de complemento aos partidos, não os querendo substituir, todavia a democracia não se esgota no voto.

Os partidos têm cada vez mais dificuldade em chegar às pessoas, concomitantemente as pessoas têm dificuldade em se fazerem ouvir e participarem.

No CdP estamos a tentar inventar novas formas de fazer as coisas, contra uma presença humana vazia, resultado de um processo de expectativas defraudadas, de frustrações acumuladas. Procuramos denunciar e que se tome consciência.

Há uma responsabilidade quando vivemos numa Democracia: ela não sobrevive a menos que alguns de nós se envolvam, a menos que haja massa crítica, que gastemos algum tempo a votar, a ler o jornal e a pensar.

A intervenção do Clube passa pelos debates, blogue aberto aos cidadãos, palestras, publicação de livros, artigos de opinião, comentário e análise política.

Esta crise actua como uma lupa, em que mostra os defeitos da democracia que já existiam, mas não se tinha a exacta percepção.

A resposta a esta crise está entrelaçada: a resposta para a saída da crise está na política e nos políticos, mas por sua vez a política e os políticos estão em risco pelo descrédito e má imagem na opinião pública.

